

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - MESTRADO**

PEDRO DE JESUS SILVA

**IMAGENS E RITOS INSTITUCIONAIS NA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO
(1975-1978)**

**Rio de Janeiro
2014**

Pedro de Jesus Silva

**IMAGENS E RITOS INSTITUCIONAIS NA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO
(1975-1978)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - Mestrado, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Porto

**Rio de Janeiro
2014**

Silva, Pedro de Jesus.

Imagens e Ritos Institucionais na Implantação do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (1975-1978)/ Silva, Pedro de Jesus, 2014
f. 122

Orientador: Fernando Porto.

Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

1. Conselho Federal e Regional de Enfermagem – História – 1975-1978. 2. Ritos institucionais. 3. Imagem 4. Álbum Fotográfico. 5. Enfermagem - Profissionalização.

**IMAGENS E RITOS INSTITUCIONAIS NA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO
(1975-1978)**

Pedro de Jesus Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - Mestrado, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Porto

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Porto
Presidente

Prof.^a Dr.^a Maria Antonieta Rubio Tyrrell
1º Titular

Prof.^a Dr.^a Nébia Maria Almeida de Figueiredo
2º Titular

Prof.^a Dr.^a Tânia Cristina Franco Santos
1º Suplente

Prof. Dr. Wellington de Mendonça Amorim
2º Suplente

Esta foi a mais difícil e dolorida página que escrevi, mas só posso dedicar todo este legado aos meus pais, Tibúrcio Ribeiro da Silva e Antônia Rodrigues Silva, e à minha Tia, Maria Rodrigues Chaves. Começo com algumas citações Bíblicas do livro de Provérbios:

20 Meu filho, obedeça aos mandamentos de seu pai e não abandone o ensino de sua mãe.

21 Amarre-os sempre junto ao coração; ate-os ao redor do pescoço.

22 Quando você andar, eles o guiarão; quando dormir, o estarão protegendo; quando acordar, falarão com você.

23 Pois o mandamento é lâmpada, a instrução é luz, e as advertências da disciplina são o caminho que conduz à vida;

Sei que, de onde vocês estiverem, vão estar orgulhosos desse degrau que subi! Graças a vocês sou o que sou hoje! Como eu queria poder estar vendo vocês, aqui, sentadinhos assistindo à minha defesa, mas o que me resta é ter a certeza de que estão presentes ao meu lado como sempre estiveram, pois Deus quis assim. Teria muito para fundamentar esta dedicação, mas, emocionalmente, não consigo mais escrever! Meus agora anjos, sempre os amarei muito.

AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo a Deus.

À minha família, em especial às minhas irmãs, que sempre estão me apoiando. Às minhas sobrinhas, Kátia Rodrigues, Fabíola Barroso e Carla Rodrigues. A toda minha grandiosa Família, a quem tive que abandonar para me dedicar a esta dissertação.

Ao meu orientador Fernando Porto, que foi parceiro e conseguiu entender todo momento frágil e de dificuldades por que passei no período da construção deste trabalho. Meu Soberano, nunca vou esquecer sua colaboração.

A todo o corpo docente desta maravilhosa escola de enfermagem, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Unirio.

A todos meus colegas do grupo, foi muito bom conviver com vocês. Mas, em especial aos meus três colegas de turma Claudia Cruz da Silva, Lisandra Risi e Francisco Gomes: entramos juntos, sofremos juntos, estaremos sempre juntos.

À Professora Therezinha Nóbrega da Silva, Theré, como te chamo; você sabe o quanto foi valiosa sua ajuda no pior momento da minha vida. Você é uma das melhores pessoas com quem já convivi. Esteve comigo em todos os processos difíceis, que não foram poucos. Seus ensinamentos e sua cautela me ajudaram a crescer muito. Amo-te muito.

À minha grande companheira de lutas, Maria José dos Santos Peixoto (Companheira Zezé).

Eu estendo meu agradecimento a todo o plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro que hoje presido.

Se não fosse você, minha grande e eterna Mestre Maria da Luz Barbosa, eu nem teria começado! Agradeço muito a você pelo o incentivo, força e companheirismo. Não sei mais como te agradecer, mas Deus saberá.

Ao meu companheiro Thiago de Freitas França, que muito me incentivou e apoiou o tempo todo. Meu muito obrigado por você existir.

Em nome da Normeli Fernandes e da Claudia Regina V Cid, eu quero agradecer a todos os assessores e funcionários da Autarquia.

À nossa eterna Mestre Nalva Pereira Caldas, que muito colaborou e incentivou. Saiba que você é nossa pedra preciosa! Eu tenho o prazer de ter resgatado uma parte da sua grande contribuição para Enfermagem Fluminense e Brasileira.

À minha banca, presidida pelo meu orientador Fernando Porto, composta pelos professores: Prof.^a Dr.^a Maria Antonieta Rubio Tyrrell, Prof.^a Dr.^a Nêbia Maria Almeida de Figueiredo, Prof.^a Dr.^a Tânia Cristina Franco Santos e Prof. Dr. Wellington Mendonça de Amorim. À minha leal amiga Ana Cristina de Souza Farias. Você sempre será uma pessoa especial para mim! À minha companheira de longas datas, Rejane de Almeida, que eu nunca posso esquecer o quanto me ajudou a ser hoje um militante das causas da nossa enfermagem. Seus ensinamentos muito me incentivaram para a pesquisa no campo da História. Estendo a todos meus amigos, que, graças a Deus, são muitos.

A todos os companheiros do sistema Cofen/Corens, onde busquei muitos documentos históricos para embasar esta dissertação. Em especial, à minha amiga e Companheira Ivete Santos Barreto, que me deu sempre seus ombros para derramar minhas lágrimas e me orientar. Nunca vou esquecer o que me falava sempre: “não vamos nunca esquecer nossos princípios”.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram com este produto final.

*“Ando devagar por que já tive pressa
E levo esse sorriso por que já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem
sabe,
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei
Nada sei.*

*Conhecer as manhãs e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir*

*Penso que cumprir a vida seja simplesmente
Compreender a marcha e ir tocando em
frente
Como um velho boiadeiro levando a boiada
Eu vou tocando dias pela longa estrada eu
vou
Estrada eu sou.
Todo mundo ama um dia todo mundo chora,
Um dia a gente chega, no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
E ser feliz.”*

(Almir Sater)

RESUMO

IMAGENS E RITOS INSTITUCIONAIS NA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO (1975- 1978)

Trata-se de estudo na perspectiva da história cultura visual, tendo por objeto os ritos institucionais, em imagens, na ocorrência da institucionalização do COREN-RJ (1975- 1978). Os objetivos traçados foram: descrever as circunstâncias da institucionalização do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro; analisar os ritos institucionais, em imagens, no âmbito da primeira Diretoria eleita no Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro e; discutir os efeitos simbólicos desses ritos institucionais na institucionalização Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro. Os documentos utilizados foram fotografias de quatro álbuns fotográficos e registros escritos institucionais. A operação histórica foi realizada pela análise das imagens fotográficas dos ritos institucionais. O referencial teórico foi o pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu, com ênfase nas noções de *habitus*, rito institucional e representação objetal. Foi evidenciado que a primeira gestão do COREN-RJ, por meio dos ritos institucionais, demarcou os limites da identidade profissional com alianças dentro e fora da categoria, ou seja, no campo da saúde, político e militar, se impondo nos ritos pela produção dos efeitos produzidos de lugar, figura, eficácia, se fazendo reconhecer como profissão de saúde. A Enfermagem se fez ser reconhecida, para exercer o seu efeito próprio, como detentora do cetro na habilidade e competência profissional.

Descritores: História. Ritos institucionais. Imagem. Enfermagem. Profissionalização.

ABSTRACT

IMAGES AND INSTITUTIONAL RITES IN IMPLEMENTATION OF THE REGIONAL BOARD OF NURSING OF RIO DE JANEIRO (1975- 1978)

The present study was developed in the field of the visual culture, which uses the images of institutional rites as its object of study, more specifically the institutionalization of the Regional Nursing Board of Rio de Janeiro. The main goals were: describe the state of affairs during the institutionalization of this board; investigate the institutional rites, through images, in the advent of the election of its first board of directors; and, discuss the symbolic effects of these rites upon the institutionalization of the Nursing Board. The data of the study consisted of seventy photographs taken from four albums and written documents from the institution. The historical investigation was made through the images of the institutional rites. The theory behind the study was the work of the sociologist Pierre Bourdieu, with emphasis on the notion of habitus, institutional rites and object representations. The study revealed that the first administration of the Regional Nursing Board of Rio de Janeiro, through its institutional rites, established the boundaries of its professional identities with alliances in and out of the category, as in the fields of health, politics and military service; imposing itself in the rites through the production of place, contours and efficacy effects; making itself recognizable as a profession in the health care field. Nursing made itself recognizable to enact its own effect as the holder of the ability and professional competency scepter.

Keywords: History, Institutional Rites, Image, Nursing, Professionalization.

SUMÁRIO DE QUADROS

Quadro demonstrativo n. 01- Criação dos Conselhos Profissionais de 1945 a 1973	18
Quadro demonstrativo n. 02 – Trajetória Legal da Criação do COFEN/CORENs..	49
Quadro demonstrativo n. 03 – Síntese da Trajetória Biográfica de Nalva Pereira Caldas	50
Quadro demonstrativo n. 04 – Composição da Direção do COREN-RJ (Gestão 1975-1976)	53
Quadro demonstrativo n. 05 – Composição da Direção do COREN-RJ (Gestão 1978-1981)	81
Quadro demonstrativo n 06: Estágios ritualísticos institucionais na gestão do COREN-RJ de 1975 a 1978	86
Quadro demonstrativo n 07: Atributos pessoais nos ritos institucionais	89
Quadro demonstrativo n. 08: Atributos de paisagens nos ritos institucionais.....	93

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 01 – Postos de Trabalho dos Trabalhadores de Enfermagem nos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (1976 e 1982).....	40
Tabela 02 – Postos de Trabalho nos Estabelecimentos de Saúde Segundo a Natureza da Entidade Mantenedora (1976 e 1982)	40

SUMÁRIO DE IMAGENS

FIGURA

Figura n.1 - Símbolo do Conselho Federal de Enfermagem	47
---	----

FOTOS

Foto n. 01 e 02 - Fotos n. 01 e 02 Mesa de posse da primeira diretoria do COREN-RJ.....	56
Foto n. 03 - Momento do Rito.....	59
Fotos n. 04 e 05 – Rito de posse.....	60
Foto n. 06 - Momentos do Rito	
Foto n. 07 - Parte da Composição da Mesa do Rito.....	63
Fotos n. 08, 09 e 10 - 11, 12 e 13 - Parte da Composição da Mesa do Rito.....	65
Fotos n. 14 e 15 - Discursos no rito.....	67
Fotos n. 16 e 17 - Conferência de abertura.....	68
Fotos n. 18 e 19 - Plenária no auditório da Assembleia Legislativa	69
Fotos n. 18 e 19 - 20, 21 e 22 - 23, 24 e 25 - Plenária do Auditório da ALERJ.....	69
Fotos n. 26, 27 e 28 - Preparo para realização do Rito.....	70
Fotos n. 29, 30 e 31 - Plenária do Auditório do SENAI.	72
Fotos n. 32, 33, 34 e 35 - 36, 37 e 38 - Mesa de Composição do evento.....	73
Fotos n. 39, 40 e 41 - Convidados Ilustres.....	74
Fotos n. 42, 43 e 44 - 45, 46 e 47 - Cumprimento da Presidente do COREN-RJ aos Convidados.	76
Fotos n. 48 e 49 - 50, 51, 52 e 53 - 54 e 55 - Oficina de Trabalho.....	79
Fotos n. 56 e 57 - 58, 59 e 60 - Plenária.	82
Fotos n. 61 - 62, 63 e 64 - 65 - Mesa de posse.....	83
Fotos n. 66 e 67 - 68, 69 e 70 - Plateia.	84

LISTA DE SIGLAS

- ABEn** - Associação Brasileira de Enfermagem
- AI-5** - Ato Institucional número 5
- ALERJ** – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
- CEE** - Conselho Estadual de Educação do Estado.
- COFEN** – Conselho Federal de Enfermagem
- CONASP** - Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária
- COREN-SP** - Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo
- COREN-RJ** – Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro
- DOI-Codi** - Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna,
- EAN** - Escola Anna Nery
- EEAN** - Escola de Enfermagem Anna Nery
- EEAP** - Escola de Enfermagem Alfredo Pinto
- ENSP** - Escola Nacional de Saúde Pública
- FUNRURAL** - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.
- IAPB** - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários
- IAPI** - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
- LACENF** – Laboratório de Abordagens Científicas em Enfermagem
- Lacuiden** - Laboratório de História do Cuidado e Imagem em Enfermagem
- LAPHE** – Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem
- MDB** - Movimento Democrático Brasileiro -
- PASEP** - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
- PIASS** - Programa de Interiorização das Ações de Saúde
- PIS** - Programa de Integração Social
- PUC** - Pontifícia Universidade Católica
- SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem a Indústria (),
- SORTEC** - Empresa Serviços Técnicos de Organização
- UERJ** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- UFMG** - Universidade Federal de Minas Gerais
- UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNATE** - União Nacional de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem
- UNIRIO** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

SEÇÃO 1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
1.1 Motivação	16
1.2 Construção do objeto do estudo.....	17
1.3 Objeto e Objetivos do Estudo.....	21
1.4 Justificativa	21

SEÇÃO 2

MÉTODO E NOÇÕES DE BASE	23
2.1 Procedimentos de pesquisa	29
2.1.1 Operacionalização da análise do álbum fotográfico	29
2.1.2. Aspectos éticos da pesquisa.....	34
2.2 Noções de base.....	34

SEÇÃO 3

SISTEMA COFEN E CORENS: CRIAÇÃO DO COREN-RJ.....	35
3.1 Aspectos Gerais: Socio, Político, Econômico e da Saúde.....	35
3.2 Enfermagem na década de 1970.....	39
3.3 Dos aspectos legais da profissão a materialização do Sistema COFEN/CORENS	41
3.4 Plenário e Diretoria Eleita no COREN-RJ	49
3.5 Eleição e Posse do Primeiro Plenário do COREN-RJ.....	51
3.6 As Iniciativas da Primeira Diretoria do COREN-RJ.....	52

SEÇÃO 4

DISCURSO IMAGETICO DOS RITOS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COREN- RJ.....	55
--	-----------

4.1 Estágio de Agregação	56
4.2. Estágio de Transição.....	61
4.2.1 Semana Brasileira de Enfermagem (1976).....	63
4.2.2 Semana Brasileira de Enfermagem (1977).....	65
4.2.3 Semana Brasileira de Enfermagem (1978).....	71
4.2.4 Oficina de Trabalho na UERJ (1975 -1978)	77
4.3 Estágio de separação	81
 SEÇÃO 5	
EFEITOS SIMBÓLICOS DOS RITOS INSTITUCIONAIS	85
5.1 Efeito de lugar nos ritos institucionais.....	85
5.2 Efeito dos atributos pessoais nos ritos institucionais.....	89
5.3 Efeito dos atributos de paisagem dos ritos institucionais	93
5.4 Legado para profissão	94
 SEÇÃO 6	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
 REFERÊNCIAS	 102
 APÊNDICE 1 - Criação e Primeiro Presidente dos Conselhos Regionais de Enfermagem do Brasil 113	
 APÊNDICE 2 - Termo de Autorização Institucional	 114
 APÊNDICE 3 - Termo de Autorização Institucional	 116
 ANEXO 1 - Matriz de Análise Fotográfica	 118
 ANEXO 2 - Parecer Consubstanciado do CEP	 119

SEÇÃO 1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Motivação

Formado Enfermeiro há 20 anos, exerço minhas atividades profissionais, principalmente, em funções gerenciais nas Instituições de Saúde e em Entidades de Classe da profissão. Nessa perspectiva, atualmente, encontro-me na posição de Presidente eleito do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (COREN-RJ, gestão 2011-2014).

Nessa trajetória profissional, por diversas vezes, alguns aspectos históricos são ditos com base em estudos ou na experiência vivida, conduzindo as versões, reflexões e interpretações, o que conduz a atitude que relata Karl Popper (1961, p. 117): “a única maneira de vencer essa dificuldade está [...] em introduzir a História, conscientemente, [como] um preconcebido ponto de vista seletivo, isto é escrever a História que nos interessa”.

Para tanto, a motivação principal para decidir realizar este estudo, na modalidade de mestrado, relaciona-se com a compreensão do processo histórico de rituais institucionais por imagens que fundamentam, por um lado, construir proposta de investigação histórica sobre a possibilidade de produzir conhecimento, partindo da verificação da massa documental que se encontra nos arquivos do COREN-RJ (álbuns fotográficos, fotografias soltas, relatórios, atas e outros documentos); e, de outro lado, possibilitar sua reflexão crítica, quando aplicada à análise de suas implicações numa Instituição caracterizada como Autarquia.

Isso implicou na possibilidade de se debruçar sobre o material fotográfico e documentos existentes para a produção do conhecimento como uma atitude investigativa para além dos deveres e obrigações institucionais e pessoais que requer como presidente eleito do COREN - RJ, partindo-se, então, em busca da produção do conhecimento referente ao espaço social constituído pela Autarquia.

Isso implicou a possibilidade de se debruçar sobre o material fotográfico e sobre os documentos existentes para a produção do conhecimento como uma atitude investigativa para além dos deveres e obrigações institucionais e pessoais que se exige como presidente eleito do COREN - RJ, partindo, em busca da produção do conhecimento referente ao espaço social constituído pela Autarquia.

1.2 Construção do objeto do estudo

Na busca da produção do conhecimento sobre a criação e a implantação do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, se faz necessário se remeter à obra de Anayde Corrêa de Carvalho (1976) intitulada “Associação Brasileira de Enfermagem (1926-1976)”, que trata dos primeiros cinquenta anos de criação da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn).

Sabe-se que, historicamente, a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) foi criada em 1926, com a denominação de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, sendo a primeira Entidade de Classe da Enfermagem Brasileira. Isso ocorreu por iniciativa das primeiras enfermeiras formadas pela Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública¹, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1976, p. 45 - 46).

Isso conduz a articulação do estudo de autoria de Carmen Lúcia Lupi Monteiro Garcia e Almerinda Moreira intitulado “A Associação Brasileira de Enfermagem e a criação do Conselho Profissional no Brasil”, que teve por objetivos descrever as estratégias adotadas pela ABEn para a criação dos Conselhos de Enfermagem e destacar a valorização profissional da enfermagem a partir da criação do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e de seus Regionais conhecidos pela sigla COREN(s). No texto, é apresentado o passo a passo das iniciativas das enfermeiras que estavam no comando da Entidade, para agilizar a criação do órgão de fiscalização do exercício profissional (MOREIRA; GARCIA, 2009, p. 97-110).

Na pesquisa para sua tese de doutoramento, Carmen Lúcia Lupi Monteiro Garcia relatou que os Conselhos Profissionais foram instituídos, exclusivamente, para ordenar as profissões na defesa do interesse da coletividade. Em suas palavras:

Os Conselhos são pessoas jurídicas de direito Público, com a finalidade precípua de disciplinar e fiscalizar o exercício profissional de diversas categorias, deferindo aos portadores de capacitação técnico-científica o registro que os habilita a esse desempenho. (GARCIA, 2012, p. 22).

Vale destacar que a fiscalização do exercício profissional pelo Estado teve sua origem no Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932, que regulava e fiscalizava o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das

¹ Ao longo do tempo com o desenvolvimento da enfermagem, diversas Escolas foram criadas, levando a ABEn a aceitar sócios formados por outras escolas (NASSER, 2010).

profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabeleciam as penalidades e as infrações consideradas à época, que se ressalta o artigo 5^o com a seguinte redação: “é obrigatório o registro do diploma dos médicos e demais profissionais referidos, no Departamento Nacional de Saúde Pública e na repartição sanitária estadual competente” (BRASIL, 1932).

A partir da Constituição de 1934, os Conselhos e Ordens foram considerados pessoas jurídicas, sendo outorgadas as atribuições de fiscalização do exercício profissional. Os Conselhos têm caráter corporativo, com função controladora e burocrática. Foram criados como entidades sem autonomia, para exercerem o controle político do Estado sobre os profissionais, em um contexto de regulação estatal sobre o exercício do trabalho, no governo de Getúlio Vargas. (VALENTINO, 2012, p. 2).

No que diz respeito aos conselhos profissionais na área da saúde, o Conselho Federal e Regionais de Enfermagem foi o sétimo a ser criado, como demonstra o Quadro n.1.

Quadro demonstrativo n. 01- Criação dos Conselhos Profissionais de 1945 a 1973

Ano	Conselhos
1945	Conselho de Medicina (Decreto-Lei Nº 7.955 de 1945) Conselhos Federal e Regionais de Medicina (Lei n 3.268, de 1957) ¹⁾
1957	Conselho Federal e Regionais de Serviço Social (Lei Nº 3.252 de 1957)
1960	Conselho Federal e Regionais de Farmácia (Lei Nº 3.820 de 1960)
1964	Conselho Federal e Regionais de Odontologia (Lei Nº 4.324, de 1964)
1968	Conselho Federal e Regionais de Medicina Veterinária (Lei Nº 5.517 de 1968)
1971	Conselho Federal e Regionais de Psicologia (Lei Nº 5.766 de 1971) ¹⁾
1973	Conselho Federal e Regionais de Enfermagem (Lei Nº 5.905 de 1973) ¹⁾

Fonte: Cesca (1997)

Estudos apontam que a Associação Brasileira de Enfermagem, de 1947 até 1973, investiu esforços para criação do Conselho Federal e Regionais de Enfermagem, por entender que, este órgão era contributivo para o desenvolvimento da Enfermagem Brasileira (MOREIRA; GARCIA, 2009, p. 97-110; OGUISSO; FREITAS, 2006, p. 762-768; OLIVEIRA; FERRAZ, 2011, p. 208-210).

Taka Oguisso cita, em pesquisa biográfica intitulada “Maria Rosa Sousa Pinheiro - a grande líder da enfermagem”, que, ela foi a primeira Presidente do Conselho Federal de Enfermagem eleita pelas conselheiras nomeadas pelo Ministro do Trabalho à época, Arnaldo Prieto, para compor a primeira diretoria do Conselho. Em doze meses, a diretoria organizou o COFEN e instalou os Conselhos Regionais

nos estados brasileiros (OGUISSO, 2003, p. 77). O rito de posse e eleição de presidente ocorreu em 23 de abril de 1975 (COFEN, 1975-1976. Relatório de gestão COFEN, 1975-1976, p. 4).

Nair Portela Silva Coutinho, em artigo publicado denominado “A questão democrática nas Entidades de Classes-Conselhos”, conceituou a democracia e analisou as relações de poder nas entidades de classe da Enfermagem, em especial, no Conselho Federal de Enfermagem, demonstrando como as marcas do regime autoritário vigente no país à época se refletiram na própria lei de criação do Conselho - a Lei n. 5.905/73 (COUTINHO, 1985).

Destacando o resguardo dos princípios éticos pelo órgão fiscalizador do exercício profissional, Conselho Federal e Regional de Enfermagem, o Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, de Gheysa Luciana Santiago intitulado “A importância da legislação profissional com ênfase no Conselho Regional de Enfermagem” fez reflexão a respeito de legislação de Enfermagem com ênfase no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, destacando a sua importância no conhecer a legislação, aplicar e buscar assessoria para que a mesma fosse/seja aplicada à prática (SANTIAGO, 2012).

Em dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de autoria de Ceres Pizzato Favieiro, denominada “Conselhos Profissionais de Saúde e suas transformações, a partir da nova constituição: um estudo comparado entre os Conselhos de Farmácia, de Enfermagem e de Medicina”, o autor mostrou que a trajetória dos Conselhos e Ordens no Brasil, a partir da década de 1980, foi marcada pela participação das diferentes lutas da sociedade, com os Conselhos, atuando efetivamente na “construção coletiva de espaços públicos de defesa das políticas sociais, contribuindo para a dos princípios democráticos da Constituição de 1988” (FAVIEIRO, 2007, p. 91).

Ademais, ele enfocou os diversos Conselhos tendo priorizado ações no seguinte sentido:

De maior qualificação dos trabalhadores, melhores condições de trabalho, democratização das relações profissionais, participação nos espaços de controle social, universalização das políticas sociais, garantia do direito ao acesso humanizado dos serviços públicos e estímulo à participação popular, todos em articulação com os vários segmentos da sociedade. (FAVIEIRO, 2007, p. 90).

No que diz respeito aos Conselhos Regionais de Enfermagem, os pesquisadores Joel Rolim Mancia e Clélia Soares Burlamaque (2001), no estudo intitulado “Contando uma história: o processo de construção da ABEn-RS”, e Celma Guimarães (2005), com o artigo “Entidades representativas da enfermagem no estado de Goiás: um relato histórico”, descreveram a trajetória de criação das entidades de classe da Enfermagem, inclusive dos Conselhos Regionais de Enfermagem do Rio Grande do Sul e de Goiás, respectivamente, ambos enfatizando o papel da ABEn nesse empreendimento.

As atividades do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (COREN-SP), no período de 1981 a 1996, são descritas no estudo Edilmar Pereira Vilela Dourado e Evanisa Maria Arone, “Maria Lucia Pimentel de Assis Moura - liderança da enfermagem frente ao Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo” sobre a história de vida de Maria Lucia Pimentel de Assis Moura, que, à época, presidiu o COREN-SP. A pesquisa abordou a fiscalização do exercício profissional e da Autarquia, contribuindo para a construção de normas para atividade do Conselho. Outro aspecto enfrentado na gestão dessa presidente foi o recadastramento do pessoal de Enfermagem em decorrência da promulgação da Lei do Exercício Profissional, em 1986. O estudo apontou a parceria do Conselho com a Associação Brasileira de Enfermagem para materialização do dispositivo legal. (DOURADO; ARONE, 2009).

Taka Oguisso, em pesquisa sobre “Organizações profissionais de enfermagem”, apresentou os aspectos históricos sobre as características, funções e principais atividades das organizações profissionais no Brasil: Associação Brasileira de Enfermagem, Sindicato e Conselhos Profissionais, enfatizando a importância de estarem articuladas para somarem esforços no sentido de garantir “o fortalecimento da classe, a valorização da profissão de Enfermagem e a ampliação do espaço social na sociedade para os profissionais de enfermagem” (OGUISSO, 1998, p. 1).

Mediante o exposto, pode-se identificar, de um lado, que os estudos apontam para diversos aspectos, dentre eles, que a ABEn foi a entidade matriz no movimento para a criação do Sistema COFEN e COREN, no sentido de importância da regulamentação da profissão. Por outro lado, identificou-se a carência sobre o registro de criação e implantação do COREN-RJ.

Ressalta-se que o complexo institucional da profissão, estabelecido na forma jurídico-legal, complementou-se, na década de 1970, com a instituição e criação do

Conselho Federal e Regionais de Enfermagem, por meio da Lei nº 5.905 de julho de 1973. A primeira presidente do COREN-RJ foi a Enfermeira Nalva Pereira Caldas (gestão 1975-1978).

Na esteira do que foi possível se identificar na produção do conhecimento exposto, a carência de produção de conhecimento sobre a trajetória de criação e implantação do COREN-RJ, surgiram alguns questionamentos, dentre eles: Como se deu a institucionalização do COREN-RJ? Em se tratando de Autarquia Pública, como se deram os ritos?

1.3 Objeto e Objetivos do Estudo

Isso posto, tem-se por **objeto de investigação** os ritos institucionais, em imagens, na ocorrência da institucionalização do COREN-RJ, tendo como **objetivos**:

- Descrever as circunstâncias da institucionalização do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro;
- Analisar os ritos institucionais, em imagens, no âmbito da primeira Diretoria eleita no Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro;
- Discutir os efeitos simbólicos desses ritos institucionais na institucionalização do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro.

1.4 Justificativa

A justificativa para esse empreendimento deve-se à possibilidade da contribuição para o ensino, prática e pesquisa, no sentido de socializar, ao final do processo de mestrado a trajetória de criação e implantação do COREN-RJ, por meio das fotografias, com base nos ritos institucionais. Além disso, acrescenta-se a criação de fontes documentais e conteúdos curriculares na área de História da Enfermagem sobre o Sistema Conselho Federal e Regional de Enfermagem. Nesse caso, no Rio de Janeiro, e, ritos institucionais que se relacionam com a identidade profissional fluminense.

Outra contribuição que justifica a produção deste estudo deve-se ao preenchimento de lacuna do conhecimento para a pesquisa na História da Profissão, no âmbito Fluminense, na perspectiva de clarificar e fortalecer a identidade profissional.

Ademais, na pesquisa vem acrescentar produção do conhecimento nos grupos de pesquisa da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde a Dissertação foi produzida: Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem (Laphe), Laboratório de Abordagens Científicas nas Pesquisas em História da Enfermagem (Lacenf) e Laboratório de História do Cuidado e Imagem em Enfermagem (Lacuiden), representando fonte de extensão da temática em pesquisas desta natureza, que focam estudos no campo da imagem centrado em fotografias.

A contribuição do estudo na assistência de Enfermagem, de um lado, possibilita aos profissionais - Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem - a visibilidade da trajetória do Sistema Conselho Federal e Regional de Enfermagem e, em especial, da implantação do Conselho Federal e Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, explicitando fatos e acontecimentos, ritos e mitos de lideranças na profissão que se preocuparam, e ainda se preocupam - como é o caso da insigne Professora Doutora Nalva Pereira Caldas - com o desenvolvimento da profissão e sua relação com a organização social na gestão da entidade profissional, como forma de fortalecer a identidade profissional.

Pensar na identidade profissional é contar com a possibilidade de dar visibilidade à profissão, bem como divulgar as lutas e conquistas dos profissionais antecessores para que, na contemporaneidade, propiciem-se debates e reflexões, tendências e desafios da trajetória das entidades de fiscalização do exercício profissional.

Por último, mas não menos importante, é declarar que, ao produzir o presente conhecimento, se teve a intenção de incentivar outros pesquisadores no investimento da produção na temática da Autarquia, em especial, no Rio de Janeiro.

SEÇÃO 2

MÉTODO E NOÇÕES DE BASE

Antes de se denominar o tipo de estudo na História a ser realizado no campo da imagem, com foco na fotografia, se viu a necessidade de rever alguns tipos de investigações já realizadas, em especial pelo grupo de pesquisa Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem (Laphe) e Laboratório de Abordagens Científicas nas Pesquisas em História da Enfermagem (Lacenf).

A justificativa, para tanto, se deve em virtude da possibilidade de se refletir sobre a (re)atualização do conhecimento no grupo de pesquisa, descendente do Laphe, por meio do Lacenf, em especial da linha de pesquisa “Construção Imagética da Enfermagem”, que deu origem ao grupo de pesquisa Laboratório de História do Cuidado e Imagem em Enfermagem denominado pela sigla Lacuiden, todos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP) da Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO).

Cabe destacar que, para alguns leitores, essas primeiras linhas podem ser entendidas como desnecessárias, mas a intenção é discutir, por dentro desta seção, o caminhar da tipologia dos estudos realizados no grupo como produção do conhecimento e contribuição disponibilizada para o grupo que nasce – Lacuiden.

A fotografia como documento de análise no campo da História da Enfermagem ocorreu com a construção da tese de doutoramento da pesquisadora Professora Doutora Tânia Cristina Franco Santos, em 1998, denominada “A câmera discreta e o olhar indiscreto: a persistência da liderança norte-americana no ensino da enfermagem na capital do Brasil (1928-1938)”, com destaque para o prefácio desta, em livro intitulado “O Poder Simbólico da Enfermagem Norte-Americana no ensino da Enfermagem na Capital do Distrito Federal (1928-1938)”, confeccionado pela pesquisadora, à época, Professora Doutora Jussara Sauthier, nas seguintes palavras:

O uso da fotografia como fonte de pesquisa principal, na forma como foi utilizada, além de inédito na enfermagem, atendeu plenamente à proposta do estudo, instigando o leitor a novas descobertas. (SANTOS; BARREIRA, 2002, p. 5).

A Professora Enfermeira Sonô Taíra Oliveira (2002), quando foi orientada pela Professora Doutora Tânia Cristina Franco Santos, articulou documentos

escritos e fotográficos, dando origem à dissertação de mestrado intitulada “A vida e o tempo de Rachel Haddock Lobo como diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery (1931-1933)”, seguindo a abordagem da história social.

Na sequência das orientações na utilização de fotografias, na abordagem da História Social, o Professor Doutor Antonio José Almeida Filho (2004) também articulou documentos imagéticos e escritos, dando origem à tese de doutoramento intitulada “A Escola Anna Nery (EAN) no “front” do campo da educação em enfermagem e o (re)alinhamento de posições de poder (1931 - 1949)”. Em 2007, o Professor Doutor Fernando Porto, também orientado pela Professora Doutora Tânia Cristina Franco Santos, defendeu a tese com o uso de fotografias na História da Enfermagem, oriundas da imprensa ilustrada denominada “Os ritos institucionais e a imagem pública da enfermeira brasileira na imprensa ilustrada: o poder simbólico no *click* fotográfico (1919-1925)”, todas oriundas do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (NUPHEBRAS), da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN/UFRJ).

Mediante a defesa de tese do Professor Doutor Fernando Porto, considerando ser ele docente da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e vinculado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Enfermagem da Instituição, bem como membro do grupo de pesquisa Laphe, as produções por meio da documentação fotográfica foram incentivadas, quando ocorreu a produção de duas dissertações de mestrado, a saber: “Fatos e fotos da enfermeira da Cruz Vermelha Brasileira no enfrentamento da gripe espanhola (1918)” de autoria de Amanda Coury (2010), e “A produção da crença na imagem da enfermeira da Cruz Vermelha Brasileira no período da I Guerra Mundial (1917-1918)” realizada por Mercedes Neto (2011).

A primeira dissertação orientada ocorreu na abordagem da História Social; mas a segunda, a tipologia de seu estudo foi assumida na perspectiva da História Semiótica, tendo por argumentação a finalidade de ampliar a capacidade crítica e explicativa do fenômeno social por meio da interpretação das mensagens imagéticas veiculadas nas suas diversas expressões sociais, ao penetrar no universo das representações, ao identificar e desvendar influências e inter-relações e mecanismos dos grupos sociais envolvidos com base na tese de doutoramento de Ana Maria Mauad de Souza Andrade.

Após a produção da dissertação de Mercedes Neto, o grupo de pesquisa Lacenf, descendente do Laphe, deu continuidade ao investimento na tipologia dos estudos na perspectiva da História Semiótica, produzindo as dissertações, a saber: “A imagem pública da parteira-enfermeira da Pró-Matre do Rio de Janeiro no período de 1928-1931”, de Elaine Franco Ribeiro Fonseca (2011); “Cuidado e enfermeiras na revista da Semana no âmbito da Reforma Sanitária”, de Anna Karina de Matos Deslandes (2012); e “O Dia da Enfermeira nas páginas da Revista da Semana (1929-1930): Anna Nery e os lucros simbólicos”, de Simone de Aguiar do Nascimento (2013).

Diante do exposto pode-se identificar que a perspectiva adotada foi a da História Semiótica, mas mediante as leituras sobre o uso da fotografia nas pesquisas, se entendeu ser o momento para se refletir sobre a temática em apreço.

O uso da tipologia dos estudos do grupo Laphe e Lacenf, quando em uso da imagem fotográfica ser na perspectiva da História Semiótica pela leitura da tese de doutoramento da pesquisadora Ana Maria Mauad de Souza Andrade, coadunando com o exposto até o momento.

Na obra coordenada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, denominada “Domínios da História”, em especial, no capítulo “História e Imagem: os exemplos da Fotografia e do Cinema”, assinado pelos pesquisadores Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad de Souza Andrade, este domínio foi discutido no sentido do trabalho das fontes históricas não-verbais. Os autores destacaram a semiótica da imagem, abordando em subtítulos suas generalidades, história, fotografia e cinema pautados na noção de ícone, ao se discutir o efeito de realidade segundo o duplo condicionamento, a saber: concepção cultural variável da realidade e na ideologia realista assumida pelos usuários e produtores da imagem no sentido do signo (CARDOSO; ANDRADE, 1997, p. 403-405).

Nessa perspectiva, os autores do capítulo, em uma determinada parte do texto, afirmam que:

Há de se perceber as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora; e, principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com um dada visão de mundo. Elementos que uma análise histórica-semiótica pode oferecer. (CARDOSO; ANDRADE, 1997, p. 406).

Isso se refere a uma gama variada de sistemas sígnicos não-verbais, que se revelam na ação humana e no relacionamento com o grupo, gerando formas de

comunicação sobre as atitudes, gestos, movimentos e discurso. Estes relevam o(s) significado(s) das relações de cada cultura. Dito em outras palavras, por meio do sistema de signos o trabalho social é revelado, o que compõe o quadro cultural de uma sociedade, possibilitando compreensão da cultura enquanto forma de apreender e transformar as relações sociais, quando analisadas pelo sistema de signos (CARDOSO; ANDRADE, 1997, p. 406-407).

No entendimento do desdobramento da obra supramencionada, mas reintitulada como “Novos Domínios da História”, de mesma coordenação dos autores, o capítulo “História e Fotografia”, de autoria de Ana Maria Mauad de Souza Andrade e Marcos Felipe de Brum Lopes, a discussão é apresentada de forma como no domínio da História da Cultura Visual. Esta justificada em virtude da frutificação do desenvolvimento e movimentos na historiografia, no sentido de sistematizar o uso da foto na pesquisa histórica (ANDRADE; LOPES, 2012, p. 263).

Assim, cabe o entendimento de que a fotografia é marca de uma materialidade passada, que possibilita informar sobre determinados aspectos do passado – condições de vida, moda e outros. Além disso, a foto é um símbolo que ao ser registrado, com sua visão de mundo, projetado para o futuro (ANDRADE; LOPES, 2012, p. 263).

Deste modo, cabe esclarecer que, do ponto de vista conceitual, houve ampliação da elaboração de teorias sobre a fotografia, no sentido de se relacionar e os modos de ver e conhecê-la. Isto significa que há posturas diferenciadas em diversos aspectos do campo conceitual, mas existe consenso para a valoração cultural da experiência sensível com o mundo que, de forma direta, são compreendidas (ANDRADE; LOPES, 2012, p. 263).

No debate, de posturas variadas, alguns pesquisadores são destacados, tais como Sabine Kriebel, Walter Benjaim, Roland Barthes Vilém Flusser, dentre outros, que, na discussão sobre as teorias e metodologias, chamam atenção para os aspectos diversificados que implicam o uso da fotografia, a destacar o balanço historiográfico realizado no texto intitulado “Fotografia e História: ensaio bibliográfico”, veiculado nos Anais do Museu Paulista, em 1994, que mostrou cinco categorias temáticas do uso do fato nas investigações históricas, a saber: repertório documental, processamento técnico, história da fotografia, teoria e metodologia, e significação histórica (ANDRADE; LOPES, 2012, p. 266-267).

O estudo do balanço historiográfico, assim citado pelos autores do capítulo acima, é intitulado pelas autoras Vânia Carneiro de Carvalho, Solange Ferraz de Lima, Marta Cristina Rabelo de Carvalho e Tânia Francisco Rodrigues no artigo publicado nos Anais do Museu Paulista foi assumido por elas como ensaio, com a justificativa da dificuldade em cobrir toda a bibliografia produzida em território nacional sobre a temática da história e fotografia (CARVALHO et al., 1994, p. 254).

Isto significa que Andrade e Lopes (2012) entenderam, mesmo diante da justificativa das autoras, que o estudo trata-se de balanço historiográfico, o que se faz necessário o mesmo registro desta posição em virtude da relevância para a temática e da contribuição para o avanço das investigações na fotografia e história dos resultados apresentados.

Nesse sentido, as cinco categorias foram apontadas pelas autoras do balanço historiográfico da fotografia e história, destacando-se a seguinte categoria: a fotografia como significação histórica.

Para tanto, cabe destacar que o balanço em apreço totalizou trezentas e noventa e cinco obras, apontando para a intitulada fotografia como significação histórica, contabilizando sessenta obras. Destas, a concentração se deu em artigos e dissertações de mestrado, oscilando na delimitação temporal do século XIX e na virada para o século XX (CARVALHO et al., 1994, p. 264).

As temáticas abordadas foram aquelas associadas às representações da cidade de forma predominante, e as outras relacionadas à fotografia e arquitetura, ao pictorialismo, às artes plásticas, à fotonovela, ao fotojornalismo, ao museu, às exposições universais, às representações do negro, da saúde pública e da natureza.

Ainda, o estudo aponta para pontos comuns nas metodologias de análise aplicadas. Os pontos comuns identificados se direcionaram para o tratamento seriado das análises, com categorias operacionais de análise, por meio de procedimentos quantitativos, controlando os atributos formais e temáticos.

Nesse ponto, elas se referem às premissas teóricas voltadas para a preocupação de explicar a metodologia adotada no sentido de se compreender a mensagem fotográfica ou os elementos de significação, questionando o estatuto de veracidade ou reprodução fiel da realidade. Além disso, as autoras relatam a relação analítica por meio dos estudos acadêmicos, produzidos no campo da semiótica a partir da discussão em torno do índice, pelas categorias de análise de ícone e

símbolo, postulando a necessidade de articulação entre a análise semiótica e a dimensão histórica das práticas produtoras de sentido.

Nesse sentido, as autoras advertem, segundo o resultado da pesquisa, para as limitações apontadas, em especial para a falta de identificação da técnica e da aparelhagem utilizadas, da autoria ou retratados e suas temáticas.

Mediante aos resultados das autoras Carvalho, Lima, Carvalho e Rodrigues (1994), em síntese, depreende-se que, a partir da consulta dos anexos do estudo, careceu da identificação de estudos realizados de autoria de pesquisadores da Enfermagem. Isso conduz à ratificação de que o estudo da pesquisadora Tânia Cristina Franco Santos foi o pioneiro no campo da historiografia da profissão, assumido como História Social pela autora, que foi seguido pelo discípulo Fernando Porto até sua produção do doutoramento e depois, assumindo a abordagem de História Semiótica nos grupos de pesquisa Laphe e Lacenf.

Nessa linha de pensamento, a relação de história e fotografia se define e redefine constantemente, pois a foto é um dos produtos das práticas e experiências históricas de mediação cultural, no entendimento de que ela é uma prática social, que nasce no momento em que o pesquisador tem o conjunto de questões sobre o papel da fotografia na produção de sentido social, em determinado tempo e local do mundo, o que conduz a produção do consumo das imagens, os retratados, instituições financeiras e o público de recepção, constituindo-se como campo discursivo para as fotografias (ANDRADE; LOPES, 2012, p.278).

Dessa forma, adotou-se como domínio na História a perspectiva da Cultura Visual, por se entender necessário o avanço nas pesquisas e como forma de (re)atualizar o conhecimento sobre o investimento feito até o momento pelos membros do grupo Laphe e Lacenf, bem como a contribuição para o grupo que nasce sob a denominação Lacuiden, conforme explicou André Rouillé, ao citar que, ao longo do século XX e início do XXI, se atualizou o conhecimento sobre a fotografia no sentido de documentação social e a transformou por sua incorporação no campo ampliado das artes visuais (ANDRADE; LOPES, 2012, p.263).

Ressalta-se que o apresentado até momento não deve ser entendido como equívoco da perspectiva utilizada em pesquisas anteriores, mas sim registrar de como ocorreu o movimento da(s) perspectiva(s) nos grupos de pesquisa, visto que, muitas das vezes, não é possível encontrar o registro, a não ser quando em estudos externos aos grupos de pesquisa que as adotam.

Na expectativa de os esclarecimentos terem sido clarificados e argumentados para a posição de onde se irá analisar e discutir os dados a serem apresentados, parte-se para apresentação das etapas de operacionalização do estudo, tendo por intenção o cumprimento dos objetivos propostos.

2.1 Procedimentos de pesquisa

Entende-se por procedimento de pesquisa as etapas a serem descritas a seguir, assim denominadas: Operacionalização da análise do álbum fotográfico; Aspectos éticos em pesquisa ; as Noções de base aplicadas aos resultados da investigação.

2.1.1 Operacionalização da análise do álbum fotográfico

Nas dependências do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (COREN-RJ) encontram-se quatro álbuns fotográficos, devidamente organizados, totalizando noventa e duas fotos em tons de cinza distribuídas em noventa e duas páginas (frente e verso).

Para tanto, das noventa e duas fotos, se selecionou as mais relevantes, considerando que se utilizou a estratégia de saturação, tendo por entendimento que vinte e duas fotografias não mais acrescentavam ao discurso imagético, perfazendo o total de setenta fotos.

Ademais, como dito antes no projeto de pesquisa, de que se iria solicitar autorização das pessoas retratadas, houve a necessidade de algumas alterações, a saber: considerando que a análise ocorreu em conjunto, com quantidade de monta de fotos panorâmicas; considerando o entendimento que como os nomes das autoridades foram citadas em documentos da Autarquia; considerando que as pessoas presentes não citadas em documentos escritos assinaram imagneticamente sua presente nos ritos estudados; considerando que o álbum trata-se de documento de preservação da memória Institucional; considerando que a história se faz com a presença de pessoas/agentes sociais, retirá-las seria apagá-las da memória institucional pelo que presenciaram como testemunha ocular. Desta forma, optou-se

por não descaracterizar as suas fisionomias dos retratados em respeito às lutas e conquistas na profissão.

Para descrição das fotos do álbum, foi utilizada a matriz de análise fotográfica (Anexo 1), adaptada da matriz utilizada por Porto (2007) em sua tese de doutorado, cuja descrição foi subsidiada pelos conceitos de plano de expressão e de conteúdo²:

[Plano de expressão é] a manifestação desse conteúdo em um sistema de significação verbal, não-verbal ou sincrético [e o plano de conteúdo se refere] ao significado do texto, ou seja, como se costuma dizer em semiótica, ao que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz. (PIETROFORTE, 2004, p.11).

Essa matriz de análise fotográfica se encontra composta de quatro partes: a primeira é referente ao registro dos dados de identificação da fotografia; a segunda contemplou dados do plano de expressão; a terceira, dados do plano de conteúdo, e a quarta, dados complementares obtidos em outras fotografias.

Os dados obtidos das imagens fotográficas, por meio da matriz de análise, foram triangulados com os documentos escritos dos arquivos da Autarquia, tais como atas, relatórios, dentre outros, de aderência ao objeto de estudo.

Destarte, a linha condutora da investigação é a fotográfica articulada à documentação de acesso do acervo da Autarquia, que, mediante a triangulação, possibilitou a organização para apresentação dos resultados finais.

A operação histórica foi realizada pela análise das imagens fotográficas, como “síntese de experiência histórica”, buscando investigar as múltiplas histórias na “dialética entre o real e imaginário” (ANDRADE; LOPES, 2008, p.210).

Esta experiência ocorreu por meio dos álbuns fotográficos da Autarquia - COREN-RJ, no sentido de se analisarem as imagens fotográficas dos ritos institucionais. Nesse sentido, entendeu-se que se faz necessário teorizar alguns aspectos pertinentes à concepção e intencionalidade para a confecção de álbum fotográfico, sua materialidade, organização e efeito que ele produz, por meio do discurso imagético, para a construção do conhecimento com base nas imagens sobre a Instituição em apreço durante a primeira gestão.

² Estes planos, expressão e de conteúdo, tiveram como base os dados de análise utilizados pelos estudos das pesquisadoras: Ana Maria Mauad de Souza Andrade (1991), Tânia Cristina Franco Santos (1998) e Maria Ciavatta (2002) e das dissertações de mestrado citados anteriormente sob orientação do Prof. Dr Fernando Porto.

Assim, ressalta-se a Dissertação de Mestrado de Edinamária Conceição Mendonça (2010), intitulada “Imagem especular: visões do maranhense no discurso do álbum comemorativo do tricentenário de São Luís”, que versa sobre as comemorações do tricentenário de fundação da cidade de São Luís, Maranhão, realizadas em 1912. Ela mostrou os processos discursivos de construção da imagem do maranhense no “Álbum Comemorativo do 3º Centenário da Fundação da cidade de São Luís, Capital do Maranhão”, publicado em 1913.

A pesquisa utilizou a análise de discurso na vertente francesa e o campo da memória social, analisando a construção de efeitos de sentido entre materialidades discursivas de diferentes naturezas: a verbal e a imagética.

Além disso, a autora demonstrou que as relações entre memória e discurso se dão pelo estabelecimento de três redes de sentido: a primeira, de legitimação da comemoração, que constrói a crença de que os maranhenses herdaram as qualidades positivas dos franceses em virtude da fundação da cidade por estes últimos; a segunda está relacionada à construção do discurso civilizador no Brasil e que, ao ser apropriado nos discursos do tricentenário, apresentam o maranhense como mais civilizado do que os outros brasileiros e; a terceira rede diz respeito ao discurso modernizador no campo econômico, rememorado o passado de esplendor e glória para que o Maranhão possa mostrar-se moderno e próspero, além de fazer crer que os maranhenses irão superar as dificuldades econômicas e políticas da época.

Com essa configuração discursiva, a pesquisa demonstrou a projeção, no discurso do álbum, de três imagens do maranhense: a imagem de um Maranhão glorioso, civilizado e áureo. Estas imagens constroem o discurso de distinção e pertencimento do maranhense e propõem o sentido oficial para a comemoração, buscando legitimar o evento e a governabilidade.

Outra referência diz respeito às transformações da cidade de Caxias, Rio Grande do Sul, ocorridas pelas reformas urbanas empreendidas pela administração municipal de Dante Marcucci, que foram registradas em fotografias, criando, assim, uma memória fotográfica. Essas memórias estão ordenadas em álbuns fotográficos que receberam a denominação de “Obras do Estado Novo em Caxias”. Mário Alberto Tomazoni (2011) estudou esses álbuns em sua Dissertação de Mestrado intitulada “Álbuns da cidade de Caxias (1935-1947): as reformas urbanas fotografadas”.

As fotografias contidas nestes álbuns foram tomadas entre 1935 e 1947. A maioria das imagens apresentadas representam flagrantes dos serviços de pavimentação e saneamento, bem como constroem uma nova imagem da malha urbana da cidade surgida das reformas urbanas realizadas. Tomazini (2011), ao analisá-las, problematizou a cidade e mostrou a ordenação e transformação do cenário em uma narrativa, na qual buscou defender e legitimar o processo de modernização do espaço urbano de Caxias durante aquela administração.

Ao analisar os álbuns e suas fotografias, o referido autor focalizou tanto a narrativa construída neles quanto o conteúdo das fotografias. Para essa dupla análise, ele procedeu ao isolamento das fotografias em uma série, através do fichamento das imagens, analisando o resultado desses e, assim, identificando temáticas visuais nas fotografias. Para a análise do álbum, ele recorreu a um estudo da narrativa construída em seu interior.

Ademais, a análise de fotos de um acervo de álbum familiar, confrontada com outras fontes documentais foi realizada por Estreito (2013) e os questionamentos surgidos através do “olhar” sobre as fotos e anotações em seus versos foi o caminho para construção da narrativa. A coleção de fotografias é de propriedade da família Pinheiro Vieira. O tema escolhido tem como personagem principal João José Vieira (Tinóco) e a sua atuação nos primórdios da aviação militar no Brasil. As fotos estudadas no seu leque de significados permitiu recuperar parte do legado exilado da vida familiar. O uso de registros familiares como fonte e documentação de interesse social, compreendendo-os como patrimônio histórico e cultural. Discutiu, para tanto, as transformações técnicas da fotografia e suas consequências nos usos e manejos pelas instituições de memória.

Bruno Hissatugo (2012) estudou o papel da fotografia nas trocas interpessoais entre as famílias no Japão e no Brasil. A pesquisa focalizou sua avó materna e suas famílias: seus pais, irmãos, seu marido e filhos. O autor utilizou como fonte principal as cartas, fotos avulsas e álbuns fotográficos e uma coleção fotográfica de sua mãe. Ademais, realizou entrevistas não estruturadas, por meio das fotografias, com diversos membros de sua família, nuclear e estendida, no Brasil e no Japão. Desse material, ele percebeu os meios pelos quais as relações familiares foram mantidas após a imigração para o Brasil.

O autor buscou entender as ligações entre os retratos fotográficos e a noção de identidade que os imigrantes tinham de si mesmos. Esse foi um estudo sobre a

família, em especial, do pesquisador. Assim, foram utilizadas metodologias concernentes à antropologia reflexiva; sua intenção foi preservar a memória das histórias e dos afetos compartilhados pelos imigrantes japoneses e suas famílias. Isso possibilitou, através de materiais permeados por amor e amizade, fotos e cartas, nos quais ele mostrou as relações íntimas entre os imigrantes de sua família materna.

Aline Mendes Lima (2009) analisou a auto-representação constituída pelo grupo negro em fotografias de álbuns familiares pertencentes a moradores da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, no período entre 1930 e 1960. Como fonte, utilizou os acervos privados familiares, em especial os álbuns fotográficos de três senhoras pelotenses. Estas possuíam condições sociais distintas, fator que influenciou as representações fotográficas.

A autora buscou relacionar as imagens de indivíduos, de famílias e de associações com diferentes temas, definidos por meio das constantes visuais observadas nas fotografias. Para tanto, procurou-se entender quais os elementos que foram privilegiados por essas famílias na construção das imagens e de que maneira esses sujeitos dialogaram com os cânones de representação existentes à época.

O estudo de Proença, (2012) intitulado “Pesquisando em fontes visuais”, demonstra reflexões sobre os usos da fotografia como fonte. Mostra - se alguns apontamentos sobre o método de pesquisa voltado à fonte visual fotográfica que auxiliam a pesquisa, contemplando a discussão sobre contexto, iconosfera, visual e visível. Apresenta exemplo metodológico, que utiliza como fonte a fotografia.

Charles Monteiro (2013), em um artigo intitulado “Pensando sobre História, Imagem e Cultural Visual” apresenta algumas notas bibliográficas, sobre a pesquisa com fontes visuais, na perspectiva da Cultura Visual no contexto historiográfico atual. Mostra que é um campo de reflexões complexo, com fronteiras tênues e em pleno estado de constituição no Brasil.

O autor faz uma reflexão sobre os ganhos que a pesquisa histórica tem ao entrar nesse debate sobre a interpretação da imagem e no âmbito dos estudos visuais ou de cultura visual, ao se apropriar de objetos, de problemas, de metodologias e de categorias que permitam ao historiador pensar a dimensão visual da história, bem como utilizar novas tecnologias para o ensino da história e para a divulgação das pesquisas.

2.1.2. Aspectos éticos da pesquisa

No que se refere ao atendimento do que preconiza a Resolução nº 466/2012 foi solicitada autorização de acesso aos documentos da autarquia (Apêndices 1 e 2), com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, registrado no protocolo nº 505.123 (Anexo 2).

2.2 Noções de base

As noções de base utilizadas foram do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Na sua obra denominada “O Poder Símbolo”, o autor apresenta aos seus leitores a palavra *noção*, motivo do subtítulo da seção.

A primeira noção de base a ser articulada com os resultados do estudo se refere ao habitus. Este trata-se do sistema de disposição duráveis e estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos, que seriam predispostas a funcionar como sistema estruturante. Isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações (BOURDIEU, 2003b, p. 60-64).

A segunda noção foi o rito institucional, entendido como o poder de consagrar ou legitimar um estado de coisas, uma ordem estabelecida, cuja eficácia simbólica reside no poder que lhe é próprio de agir sobre o real, ao agir sobre a representação do real (BOURDIEU, 1998, p. 97-98).

Outra foi sobre as representações objetais descritas como aquelas oriundas das representações mentais que são, nas palavras de Bourdieu:

Atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos - e de representações objetais, coisas (emblemas, bandeiras insígnias, etc), ou atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores. (BOURDIEU, 2003b, p. 107-108).

Outras, de ordem não centrais, mas de aderência, foram incluídas em meio à análise e discussão para possibilitar ao leitor dinamismo na leitura, como o modo de ver e crer, bem como para o avanço modelar que seguem outras pesquisas com este referencial.

SEÇÃO 3

SISTEMA COFEN E CORENS: CRIAÇÃO DO COREN-RJ

Este capítulo destina-se apresentação das circunstâncias para a criação do Sistema COFEN e CORENS, com foco no COREN-RJ, envolvendo os aspectos sócio político e da saúde, articulados com a Enfermagem, organizados em subtítulos que abordam os aspectos gerais: sócio, político, econômico e da saúde; panorama da Enfermagem na década de 1970; aspectos legais da profissão a materialização do Sistema COFEN/CORENS; Diretoria e Plenário do COREN-RJ e algumas iniciativas da primeira gestão do COREN-RJ.

3.1 Aspectos Gerais: Socio, Político, Econômico e da Saúde

Na década de 1970, o país se encontrava no período denominado ditadura militar³, tendo como Presidentes da República Emilio Garrastazu Médici (1969-1974)⁴ e Ernesto Geisel (1974 – 1979)⁵.

A ditadura militar implantada em 1964 ocorreu por meio de um golpe militar que violou os princípios básicos da democracia⁶, fechando o Congresso Nacional por várias vezes e criando mecanismos legais para cassar mandatos de

³Ditadura é um tipo de governo que apresenta as seguintes características: a) autoridade suprema absolutista; b) chefia de Estado conseguida por conquista, i. e., não em virtude de leis preexistente c) inexistência de normas sucessórias legalmente estabelecidas (ANDRESKI, 1986, p.364-365).

⁴Nascido na cidade de Bagé/RS, em 4/12/1905; estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, e na Escola de Armas, atual Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1939). Tenente do 12º Regimento de Cavalaria, em Bagé, apoiou a Revolução de 1930 e, em 1932, aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Comandante da 3ª Região Militar (1957-1960); subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras -AMAN, entre 1960 e 1961 e (1963-1964). Foi adido militar em Washington (1964-1966), Chefe do Serviço Nacional de Informações - SNI em 1967 e Comandante do III Exército, no RS, em 1969. Com o afastamento de Costa e Silva, através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de Presidente da República em 30 de outubro de 1969. Faleceu no Rio de Janeiro, em 9/10/1985 (ARQUIVO NACIONAL, 2014; COUTINHO, 2014).

⁵Ernesto Geisel nasceu em Bento Gonçalves (RS) em 3/08/1907, estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e na Escola Militar do Realengo, no RJ; serviu no 1º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar; no 4º Grupo de Artilharia a Cavalos, em Santo Ângelo (RS); participou da Revolução de 1930 e do Governo Provisório de Getúlio Vargas; da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Cursou a Escola Aperfeiçoamento de Oficiais -(EsAO); cursou a Escola de Estado-Maior do Exército; chefiou o Comando Militar de Brasília. Foi Chefe do Gabinete Militar do Presidente da República de 1961 e 1967. Ministro de Superior Tribunal Militar de 1967-1969. Presidente da Petrobras 1969-1973. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 12 de setembro de 1996 (ARQUIVO NACIONAL; DIAS, 2014).

⁶Democracia é um modo de vida numa sociedade em que se acredita que cada indivíduo tem direito a participar livremente de valores dessa sociedade. (NEAL, 1986, p. 316-317).

parlamentares, realizar prisões e intervir nas organizações de estudantes e trabalhadores (FAUSTO, 2012, p. 125).

O governo Médici foi considerado o mais duro e repressivo do período, conhecido como “anos de chumbo”. A repressão à luta armada cresceu e uma severa política de censura foi colocada em execução. Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística e culturais eram censuradas. Muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores foram investigados, presos, torturados ou exilados do país. O Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) atuava como centro de investigação e repressão do governo militar. Nessa época, ganhou força no campo a guerrilha rural, principalmente, no Araguaia⁷, sendo reprimida pelas forças militares (ALVES, 1989, p. 85; FAUSTO, 2012 p. 145; PEIXOTO, 2011, p. 479).

Do ponto de vista econômico, deve ser ressaltado o período entre 1968 e 1973, quando ocorreu o chamado “milagre brasileiro”, caracterizado por uma fase de crescimento econômico e explicado por um sistema de incentivos fiscais, que não só favoreceu os investimentos estrangeiros, mas também estimulou os grandes investidores internos a buscarem financiamento externo (TAVARES, 1985, p. 29).

É importante destacar que o crescimento econômico levou à euforia desenvolvimentista com expansão das telecomunicações, abertura de novas estradas, construção de pontes e hidrelétricas e expressivo crescimento industrial (CORDEIRO, 2009, p. 105).

O governo Médici criou uma agência de propaganda governamental para divulgar os feitos do governo, com seus sucessos reais e fictícios. Dos sucessos que permaneceram ao longo do tempo, destaca-se o Programa de Integração Social- PIS, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural- Furrural. Esses programas, apesar de serem de pouca monta financeira, contribuíram para o desenvolvimento econômico de pequenas cidades do interior (REIS, 2014, p. 85).

Esse modelo econômico obedecia à tendência definida como “produtivista” e gerou uma das maiores concentrações de renda da história do país. Como

⁷ A Guerrilha do Araguaia teve lugar nas regiões sudeste do Pará e norte do então estado de Goiás (atual Tocantins), também abrangendo terras do Maranhão, na área conhecida como 'Bico do Papagaio (PEIXOTO, 2011).

contraponto, verificou-se o agravamento dos sérios problemas de pobreza e de privação de recursos elementares da maioria da população (TAVARES, 1985, p. 29).

Em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu o governo e iniciou um lento processo de transição rumo à democracia. Seu governo coincidiu com o fim do milagre econômico e com a insatisfação popular em virtude das altas taxas. A crise do petróleo e a recessão mundial interferiram na economia brasileira no momento em que os créditos e empréstimos internacionais diminuía (FAUSTO, 2012, p. 130).

Ele anunciou uma abertura política lenta, gradual e segura. A oposição política começou a ganhar espaço. Nas eleições de 1974, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) conquistou 59% dos votos para o Senado, 48% para a Câmara dos Deputados e ganhou a prefeitura da maioria das grandes cidades. Em 1978, Geisel acabou com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), restaurou o *habeas corpus* e abriu caminho para a volta da democracia no Brasil (FAUSTO, 2012, p. 133).

Ao longo da década de 1970, também se considerou o registro da resistência dos trabalhadores à política econômica e à política salarial do governo. São ilustrativas desse fenômeno, as greves de trabalhadores atuantes em empresas do ABC Paulista⁸, especialmente as greves de Contagem e Osasco⁹ (FAUSTO, 2012, p. 150).

É oportuno lembrar que o grupo militar liderado pelo general Geisel, antes mesmo de sua eleição pelo Congresso, defendia a instituição de mecanismos flexíveis de controle para possibilitar o estabelecimento de bases institucionais para o Estado. O sistema político foi chamado por seus mentores de “democracia relativa” ou “democracia forte”. Nesse período de transição conservadora, realizaram-se algumas reformas institucionais, como a anistia¹⁰ e a reformulação partidária¹¹ (ALVES, 1989, p. 88; FAUSTO, 2012, p. 140).

⁸ ABC paulista é uma região tradicionalmente industrial do estado de São Paulo faz parte da Região Metropolitana a sigla indica os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano (REGIÃO DO GRANDE ABC, CIDADES PAULISTAS).

⁹ Estas primeiras greves são marcos do movimento dos trabalhadores durante o período militar. A greve de Contagem começou em 16 de abril de 1968 na Siderúrgica Belgo Mineira. A greve de Osasco teve início em 16 de julho de 1968 na Cobrasma, fábrica metalúrgica. (FAUSTO, 2012, p. 150). Contagem esta localizada em Minas Gerais. Osasco é município do Estado de São Paulo, localizado na região metropolitana.

¹⁰ Lei 6683 de agosto de 1979 (Brasil, 1979).

¹¹ Lei 6767 de dezembro de 1979, nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos que permitiu a criação de novos partidos (BRASIL, 1979).

A estrutura de atenção à saúde era excludente e destinada a quem possuía carteira de trabalho assinada ou podia pagar pelos serviços, sendo, portanto, uma rede de serviços de saúde previdenciária e particular. O modelo assistencial era médico-privatista, centrado na atenção hospitalar, curativa e individual, o que favorecia a expansão da rede de assistência médico-hospitalar privada. Os hospitais tinham posição de relevo na prestação de saúde (PEREIRA et al., 2009, p. 76; COSTA; OLIVEIRA, 2006, p. 83-90).

A diretriz política era centrada na medicina previdenciária conveniada, estabelecendo um aumento da demanda efetiva para o setor saúde com possibilidades de aumento de postos de trabalho (PEREIRA et al., 2009, p. 77).

Vale destacar que os planos privados de atenção médica ganharam espaço, passando a realizar convênios com as empresas e com o Estado para ofertar a atenção médica individual para trabalhadores (PEREIRA et al., 2009, p. 80).

Em 17 de julho de 1975, foi promulgada a Lei nº 6.229, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Saúde (SNS), propondo uma rearticulação entre as diversas esferas do governo: Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e entre os órgãos governamentais e do setor privado. Essa lei definia os papéis do o Ministério da Saúde e da Previdência Social, cabendo ao primeiro a atenção à saúde coletiva, e ao segundo, o atendimento médico assistencial individualizado. Essa dicotomia gerou duras críticas, que evidenciavam a necessidade de unificação das ações de saúde, destacando a criação do Ministério da Previdência Social (1974) e do Sistema Nacional de Previdência Social (1977). No discurso oficial governamental, predominaram as questões econômicas e políticas mais gerais, estando as políticas sociais inseridas no projeto de readaptação do Estado como nova realidade (GOMES, 1997, p. 28).

Como sublinhou Bourdieu (2004, p. 72), trata-se de “lugar de lutas a propósito de palavras” e o discurso governamental que traduz sua política é, no essencial, uma questão de palavras. Com efeito, os discursos emitidos pelos porta-vozes autorizados do governo militar expressavam o discurso legítimo sobre a eficácia das políticas sociais do país, dentre elas, as da saúde.

No que se relaciona à implantação do Sistema Nacional de Saúde, surgiram algumas iniciativas governamentais com projetos que questionavam os serviços vigentes à época e apresentavam propostas alternativas para restaurar a competência do sistema de saúde. Destacam-se os denominados, genericamente,

Programas de Extensão de Cobertura, com vistas a levar à população o mínimo de serviços considerados básicos para atender suas necessidades primárias de saúde, como, por exemplo, o Programa de Interiorização das Ações de Saúde (PIASS) (BRASIL, 2007, p. 28).

Em 1981, o Governo assumiu a crise da Previdência Social e criou o Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária (CONASP), com o objetivo de racionalizar os gastos da Previdência Social com assistência à saúde, quando ocorreram as modificações na estrutura organizacional do setor. Isso implicou a passagem do órgão de natureza consultiva para determinador das políticas de saúde previdenciária (NICZ, 1982, p. 165).

Não obstante, essas iniciativas, o setor saúde atravessou uma crise, gerado pelas desigualdades nas condições de saúde e no acesso aos serviços de saúde no país.

Como ensina Bourdieu (2003, p. 60-64), o campo é um espaço estruturado de relações, no qual forças de desigual poder lutam para transformar ou manter suas posições, sendo um universo multidimensional, no qual os agentes e as instituições desenvolvem estratégias, tecem alianças, antagonismos e negociações. Essa concepção implica colocar em relevo a existência de discursos concorrentes de relações de saber e poder, dinâmica que inclui os diferentes enfoques teóricos acerca da saúde e de suas relações.

Dessa forma, na década de 1970, período do regime militar, quando aconteceram mudanças econômicas, políticas e sociais que repercutiram no setor da saúde, ocorreu uma disputa pela hegemonia. Isto é, “o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo” (BOURDIEU, 2003b, p. 114). Isso ocorreu porque emergiu a Reforma Sanitária, que teve seu ápice com a Constituição, ao criar o Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988.

3.2 Enfermagem na década de 1970

No período em destaque, a reestruturação do sistema de saúde e a implementação dos programas de saúde possibilitaram a ampliação do mercado de trabalho em saúde.

Girardi (1986, p. 425) relata que, em 1976, tendo por comparação o ano de 1984, os empregos nos estabelecimentos de saúde cresceram 8,6% ao ano. Ele destaca a pesquisa realizada pela Escola Nacional de Saúde Pública/Universidade Federal de Minas Gerais - (ENSP/UFMG) sobre “Dinâmica do emprego em saúde no Brasil a Força de Trabalho, 76/84”.

Na tabela n.01 se apresenta parte destes dados verificados que havia 12.251 enfermeiros, em 1976, ocorrendo incremento de 6,67%, passando em 1982 para 18.047 enfermeiros. Sobre os Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem tiveram aumento nos postos de trabalho, uma vez que nos Estabelecimentos de Saúde no Brasil estes profissionais eram 5.868, em 1978, passando para 8.883, em 1982. Os Auxiliares de Enfermagem eram 53.576, em 1978, aumentando para 85.210, em 1982. No que diz respeito aos Atendentes de Enfermagem, em 1978, existiam nos Estabelecimentos de Saúde no Brasil, 158.227 passado para 179.808, em 1982, e as Parteiras eram 4936, em 1978, e 5.098, em 1982.

Tabela 01 – Postos de Trabalho dos Trabalhadores de Enfermagem nos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (1976 e 1982)

	1976	%	1982	%
Enfermeiros	12.251	5,2	18.047	6,1
Técnicos de Enfermagem	5.868	2,5	8.883	3,1
Auxiliares de Enfermagem	53.576	22,9	85.210	28,6
Atendentes de Enfermagem	158.227	67,3	179.808	60,5
Parteiras	4936	2,1	5.098	1,7
Total	234.858	100	297.046	100

Fonte: Girardi (1986)

Os dados da Tabela 02 informam que o total de empregos nos estabelecimentos de saúde, em 1978, era de 418. 319, sendo 196.673 do setor público e 222.646 do setor privado. Ao se comparar com dados do ano de 1982, vê-se que o número era de 555.141, sendo 283.188 do setor público e 271. 953 do setor privado.

Tabela 02 – Postos de Trabalho nos Estabelecimentos de Saúde Segundo a Natureza da Entidade Mantenedora (1976 e 1982)

Empregos	1978	%	1982	%
Público	196.673	46,78	283.188	51,01
Privado	222.646	53,22	271. 953	48,99
Total	418. 319	100	555.141	100

Fonte: Girardi (1986)

Chama atenção a comparação da tabela n.1 com a de n.2, que se verifica o total de trabalhadores de enfermagem nos estabelecimentos de saúde de 234.858, em 1978, representando 56% dos postos de trabalho em saúde que era 418.319 e, quando comparados em 1982, se teve por resultado 297.046, representando 54% dos postos de trabalho em saúde que era de 555.141.

Vale destacar que, de acordo com estes dados, a Enfermagem no início da década de 1980 ocupava espaço importante no âmbito dos serviços de saúde.

3.3 Dos aspectos legais da profissão a materialização do Sistema COFEN/CORENs

A fiscalização do exercício profissional da Enfermagem esteve em discussão entre as enfermeiras a partir da década de 1940, o que se pode constatar por meio das Resoluções e Recomendações desde o I Congresso Nacional de Enfermagem¹² realizado em 1947, quando uma das Resoluções focalizou o desejo da Enfermagem de criar o Conselho Nacional de Enfermagem, com o objetivo de fiscalizar o exercício da profissão, discussão que ocorreu durante os congressos de 1949, 1951, 1955, 1960, 1970 e 1979 (BELLAGUARDA, 2013, p. 53-54; CALDAS et al., 1982, p. 18).

Ressalta-se que, por ocasião das discussões para a elaboração da Lei nº. 2.604/55, a Associação Brasileira de Enfermagem pleiteou, por meio de pareceres enviados ao Poder Legislativo, a criação de uma Seção de Enfermagem no Serviço de Fiscalização da Medicina, mas que fosse dirigida por uma enfermeira, entendendo que a fiscalização do Serviço de Enfermagem não deveria ficar a cargo da Medicina, por não haver vigilância no cumprimento das leis que dispunham sobre o exercício profissional da Enfermagem (PINHEIRO, 1956, p. 209).

Apesar de suas argumentações e das parcerias que conseguiu com os Sindicatos de Enfermeiros, dos Empregados de Hospitais e Casas de Saúde, a Associação não foi bem-sucedida na luta pela criação de uma Seção de Enfermagem no Serviço de Fiscalização da Medicina, que fosse dirigida por uma enfermeira. Ao sustentar essa discussão, a ABEn possibilitou que fossem criados os

¹² Os Congressos a partir de 1954 denominados de Congresso Brasileiro de Enfermagem, foram realizados pela ABEn e configurou-se como importante fórum de discussão científica e política da categoria (CARVALHO, 1976 e MANCIA et al., 2009).

Sindicatos dos Enfermeiros, na década de 1970, e o Conselho Federal de Enfermagem e Regionais de Enfermagem, em 1973 (PINHEIRO, 1956, p. 209).

As enfermeiras queriam um órgão para cuidar do aperfeiçoamento do exercício profissional por meio de uma fiscalização, mais direta e imediata, a fim de zelar pelo bom conceito dos que a exerciam (CARVALHO, 2006, p. 245).

A criação do órgão representativo da profissão era a garantia do controle profissional e representava o fortalecimento da categoria na estrutura social e política. Inicialmente, foi discutido e elaborado um anteprojeto de lei que não se referia à fiscalização do exercício profissional, mas sim à fiscalização das escolas de enfermagem e do ensino de enfermagem (CARVALHO, 2006, p. 248). Nesse processo complexo, parece que não havia clareza sobre a finalidade da criação do Conselho Profissional, sendo considerada, em 1949, a criação da Ordem das Enfermeiras do Brasil¹³ (CARVALHO, 2006, p. 249), que não foi materializada.

Nessa situação, a Lei nº 2.604/55 representou a primeira legislação de regulamentação do exercício profissional da enfermagem. Ela definia quem poderia exercer a profissão, a saber:

Art 2º - Poderão exercer a enfermagem:

1. Na qualidade de enfermeiro:
 - a. os possuidores de diploma expedido no Brasil, por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei Nº 775, de 6 agosto de 1949;
 - b. os diplomados por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis de seu país e que revalidaram seus diplomas de acordo com a legislação em vigor;
 - c. os portadores de diploma de enfermeiros, expedidos pelas escolas e cursos de enfermagem das forças armadas nacionais e forças militarizadas, que estejam habilitados mediante aprovação, naquelas disciplinas, do currículo estabelecido na Lei Nº 775, de 6 de agosto de 1949, que requererem o registro de diploma na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.
2. Na qualidade de obstetrix:
 - a. os possuidores de diploma expedido no Brasil, por escolas de obstetrixes, oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei Nº 775, de 6 de agosto de 1949;
 - b. os diplomados por escolas de obstetrixes estrangeiras, reconhecidas pelas leis do país de origem e que revalidaram seus diplomas de acordo com a legislação em vigor.
3. Na qualidade de auxiliar de enfermagem, os portadores de certificados de auxiliar de enfermagem, conferidos por escola oficial ou reconhecida, nos termos da Lei Nº 775, de 6 de agosto de 1949 e os diplomados pelas forças armadas nacionais e forças militarizada que não se acham incluídos na letra c do item I do art. 2º da presente lei.

¹³ A Ordem das Enfermeiras seria uma entidade nos moldes da Ordem dos Advogados do Brasil que seria um órgão de disciplina e de fiscalização do exercício da enfermagem (Carvalho, 1976, p. 249).

4. Na qualidade de parteira, os portadores de certificado de parteira, conferido por escola oficial ou reconhecida pelo Governo Federal, nos termos da Lei Nº 775, de 6 de agosto de 1949.
5. Na qualidade de enfermeiros práticos ou práticos de enfermagem:
 - a. os enfermeiros práticos amparados pelo Decreto nº 23.774, de 11 de janeiro de 1934;
 - b. as religiosas de comunidade amparadas pelo Decreto nº 22.257, de 26 de dezembro de 1932;
 - c. os portadores de certidão de inscrição, conferida após o exame de que trata o Decreto nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946.
6. Na qualidade de parteiras práticas, os portadores de certidão de inscrição conferida após o exame de que trata o Decreto nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946. (BRASIL. 1955, Art. 2º).

Ressalta-se que a discussão sobre a criação do Conselho Federal e Regionais de Enfermagem foi realizada com a comunidade de Enfermagem e que as enfermeiras, em torno da Associação Brasileira de Enfermagem, empenharam-se, atendendo aos diversos pareceres emanados dos Ministérios da Saúde e do Trabalho, elaborando e reelaborando anteprojetos de lei¹⁴ durante vinte e oito anos, quando foi sancionada a Lei n.º 5.905, em 12 de julho de 1973, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e Regionais de Enfermagem” (CARVALHO, 2006, p. 245 - 270).

As primeiras enfermeiras designadas para compor o Conselho Federal de Enfermagem, por meio da Portaria Ministério do Trabalho n.º 3059, de 5 de março de 1975, foram:

Membros Efetivos

1. Amália Corrêa de Carvalho – SP¹⁵
2. Edna Duarte Bispo - PE¹⁶
3. Jandira Santos Orrico – nome completo: Jandyra Santos Orrico - BA¹⁷
4. Judith Feitosa – nome completo: Judith Feitosa de Carvalho – PE¹⁸
5. Maria Helena Nery – nome completo: Maria Elena da Silva Nery – RS¹⁹

¹⁴ O primeiro anteprojeto para criação do Conselho Nacional de Enfermagem deu entrada na Organização Sanitária do Ministério de Educação e Saúde em agosto de 1945 (CARVALHO, 2006, p. 246).

¹⁵ Amália Corrêa de Carvalho - presidiu a ABEn por duas gestões: 1968-1970/1970-1972; foi docente da Escola de Enfermagem da USP (CARVALHO, 2006; Freitas, 2014).

¹⁶ Edna Duarte Bispo representava Pernambuco (Relatório de gestão-COFEN, 1975-1976, p.38).

¹⁷ Jandyra Santos Orrico – foi Presidente da ABEn – BA, gestão 1972-1976 (ABEn-Bahia)

¹⁸ Judith Feitosa de Carvalho – Secretária executiva da ABEn- Nacional 1959-1960; Chefe da Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Saúde, 1971 (CARVALHO, 2006).

¹⁹ Maria Elena da Silva Nery - Curso de Visitadora Sanitária, em 1949. Graduada na primeira turma do curso de Enfermagem do Estado, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1954. Diretora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS entre

6. Maria Rosa Pinheiro – nome completo: Maria Rosa Sousa Pinheiro – SP²⁰
7. Raimunda Becker – nome completo: Raimunda da Silva Becker – RJ²¹
8. Terezinha do Valle – nome completo: Therezinha²²
Albertina Patrocínio do Valle –DF
9. Vani Maria Faraon – nome completo: Vani Maria Chiká Faraon – RS²³

Membros Suplentes

1. Clotilde Rodrigues Linhares – nome completo: Clotildes Rodrigues Linhares – CE
2. Deborah de Azevedo Veiga – RS
(renunciou ao mandato imediatamente após a designação)
3. Haidée Guanais Dourado – nome completo: Haydée Guanais Dourado - RJ
4. Josefina Mello – nome completo: Josephina de Mello – AM
5. Lydia Ighes Rossi – SC
6. Miriam Graça Pereira – nome completo: Myriam Graça Generoso Pereira - DF
7. Nilsa da Rocha Medeiros – nome completo: Nylza da Rocha Dias de Medeiros – RJ
8. Paulina Kuragant – nome completo: Paulina Kurcgant – SP
9. Terezinha Azeredo – nome completo: Terezinha Beatriz Gomes Azeredo – PR

A primeira reunião do grupo de enfermeiras designadas para essa missão foi convocada pela ABEn e realizada em 23 de abril de 1975 na sede do Ministério do

1972-1976; Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (COREN-RS; UFRGS).

²⁰ Maria Rosa Sousa Pinheiro – 1930 fez o curso de Educadora Sanitária; 1937; Bacharel em Letras Estrangeiras; 1940 fez o Curso de Enfermagem na Universidade de Toronto, no Canadá, entre 1947-48 fez curso de pós-graduação, no Teachers College da Universidade Columbia, em Nova York, Estados Unidos; foi docente da EEUSP entre 1948 e 1951; foi Chefe de Enfermagem do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), no Rio de Janeiro entre 1951 e 1955; Diretora da EEUSP de 1955 a 1978 quando se aposentou. Foi presidente da ABEn Nacional gestão 1954-1956 e 1956 a 1958; durante sua gestão na ABEn foi realizado o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil a primeira pesquisa realizada com metodologia científica pela enfermagem brasileira (OGUISO, 2003).

²¹ Raimunda da Silva Becker – Diretoria da ABEn Nacional de 1964-1966 e 1970-1972; Chefe do Serviço de Enfermagem do Hospital São Sebastião-RJ; integrado o grupo de coordenação da Primeira Experiência Internacional de Quimioterapia da Tuberculose, realizada no Instituto de Tisiologia e Pneumologia, da então Universidade do Brasil, cujo responsável foi o Professor Hélio Fraga e Chefe do Serviço de Enfermagem do Hospital Estadual Santa Maria. Diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery de 1990 a 1993 (CARVALHO, 2006; ALMEIDA FILHO, MONTENEGRO e SANTOS, 2014).

²² Therezinha Albertina Patrocínio do Valle – representou o Distrito Federal (Relatório de Gestão-COFEN, 1975-1976, p.38).

²³ Vani Maria Chiká Faraon - diretora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, 1977-1981. (UFRGS, 2011).

Trabalho, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O Secretario Geral do Ministério do Trabalho, Doutor Jorge Alberto Furtado, foi representado pelo Doutor Ubiracy Torres Cuoco para acompanhar esta reunião, na qual seria eleita a Primeira Diretoria do COFEN (Relatório de gestão COFEN, 1975-1976, p. 4).

A reunião foi presidida por Maria das Graças Simões Côrte Imperial²⁴, Presidente da ABEn Nacional, e secretariada por Izaura Lopes Godoy, Secretária da ABEn Nacional. Nessa mesma reunião, foi eleita a primeira diretoria (Relatório da gestão COFEN, 1975-1976, p. 4).

Primeira Diretoria do COFEN

1. Presidente - Maria Rosa Sousa Pinheiro - SP
2. Vice Presidente - Amália Corrêa de Carvalho – SP
3. Primeira Secretária Maria Elena da Silva Nery – RS
4. Primeira Tesoureira Raimunda da Silva Becker – RJ
5. Segunda Secretária Vani Maria Chiká Faraon – RS
6. Segunda Tesoureira Judith Feitosa de Carvalho – RJ

Os demais membros, Edna Duarte Bispo, Jandyra Santos Orrico e Therezinha Albertina Patrocínio do Valle, constituíram a Comissão de Tomada de Contas.

Vale destacar que, nessa reunião, além dos membros efetivos e suplentes designados para dirigir o COFEN, compareceram enfermeiras de Brasília (Relatório de gestão COFEN, 1975-1976, p. 4).

Os membros da Diretoria fizeram a análise da Lei de criação do Conselho Lei n.º 5.905/73 - e elaboraram um cronograma de atividades para os doze meses de mandato, assim constituído: orçamento; regimento interno; Código de Deontologia; brasão do Conselho; modelo de carteira de identidade profissional; anteprojeto de Lei do Exercício Profissional para substituir a Lei nº 2604/1975, que estava em vigor; estudo do número de profissionais existentes em cada estado/região do país para fixar o número de Conselheiros Regionais (Relatório da gestão COFEN, 1975-1976, p. 4).

O obstáculo inicial enfrentado pela primeira diretoria do COFEN foi a situação financeira, que era um empecilho para fazer funcionar o órgão. Diante disso, foi solicitado ao Ministério do Trabalho um local para que fossem realizadas as reuniões regulamentais e a instalação da secretaria do Conselho e dar início a seu

²⁴ Maria das Graças Simões Côrte Imperial – graduada pela Escola de Enfermagem Anna Nery em 1949; Presidente da ABEn Nacional entre 1975-1976 (CARVALHO, 2006).

funcionamento, bem como ajuda financeira, conforme prevê a Lei nº. 5.905/73 em seu Artigo 10:

Art. 10 - A receita do Conselho Federal de Enfermagem será constituída de:

V- Subvenções oficiais

Art. 22- Durante o período de organização do Conselho Federal de Enfermagem, o Ministério do Trabalho e Previdência Social lhe facilitará a utilização de seu próprio pessoal, material e local de trabalho. (BRASIL, 1973, Art. 10).

Destaca-se que esse pleito não foi atendido e a Associação Brasileira de Enfermagem fez um empréstimo no valor de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros)²⁵. Além disso, as Escolas de Enfermagem ofereceram suas próprias dependências para realização de reuniões (COFEN, 1975-196. Relatório da gestão COFEN, 1975-1976, p. 5).

O problema financeiro foi resolvido, gradativamente, à medida que os Conselhos Regionais foram sendo criados e se iniciou a cobrança de emolumentos para o funcionamento. No final do primeiro trimestre, foi apresentado o primeiro orçamento do COFEN e o Balancete deste primeiro trimestre de funcionamento (COFEN, 1975-196. Relatório da gestão COFEN, 1975-1976, p. 5)

O Regimento Interno do COFEN e o Regimento padrão para os Conselhos Regionais, foram elaborado por duas Conselheiras, Maria Elena da Silva Nery e Van

²⁵ Cruzeiro, como padrão monetário brasileiro, vigorou com essa denominação em 3 épocas: 1942 a 1967 ; 1970 a 1986 ; e de 1990 a 1993. Nesse período, passou pelo cruzeiro novo, cruzado, cruzado novo e cruzeiros reais. Resolução Nº 2.010 de 28 de Julho de 1993. *Divulga a instituição do "cruzeiro real" como a unidade do sistema monetário brasileiro e o correspondente processo de substituição do meio circulante.* O Banco Central do Brasil, na forma do art. 4º, inciso II, e 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Presidente do Conselho Monetário Nacional, por ato de 28 de julho de 1993, com base no artigo 1º, § 2º, da Lei nº 8.646, de 7 abril de 1993, "ad referendum" daquele Conselho, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 336, de 28 de julho de 1993, Resolveu: Art. 1º - A partir de 2 de agosto de 1993, a nova unidade do sistema monetário brasileiro é o "cruzeiro real", que circulará com equivalência a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros). Art. 2º - A centésima parte do "cruzeiro real" é denominada "centavo", sendo escrita sob a forma de fração decimal precedida da vírgula que segue a unidade monetária. Art. 3º - As importâncias em dinheiro escrever-se-ão precedidas do símbolo "CR\$". Art. 4º - As cédulas de Cr\$ 200,00 (efígie da República), Cr\$ 500,00 (Augusto Ruschi), Cr\$ 1.000,00 (Cândido Rondon), Cr\$ 5.000,00 - estampa "A" (Carlos Gomes), Cr\$ 5.000,00 - estampa "B" (República), Cr\$ 10.000 (Vital Brazil), Cr\$ 50.000,00 (Câmara Cascudo), Cr\$ 100.000,00 (Beija-flor) e Cr\$ 500.000,00 (Mário de Andrade) permanecerão possuindo poder liberatório e curso legal, com as seguintes equivalências: (...) VI - Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) correspondem a CR\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros reais). Localizado: <http://www.cnb.org.br/CNBV/resolucoes/res2010-1993.htm>. Acessado em 16 de outubro de 2014. Outro sitio eletrônico que permite a conversão pode ser encontrado no endereço eletrônico: http://www.portalbrasil.net/economia_real_conversao.htm. Acessado em 16 de outubro de 2014. Em leitura aproximada este valor à época correspondia a 20 instalações e equipamento + 202 instalações e equipamentos de dormitórios, de enfermarias, de copas, de cozinhas, de lavanderias e similares = CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), conforme dados localizados no endereço eletrônico <http://www.al.sp.gov.br> (SÃO PAULO, 1956).

Maria Chiká Farson, que elaboraram projeto que foi revisto por um Grupo de Trabalho composto pelas Conselheiras Maria Rosa Souza Pinheiro e Amália Correa de Carvalho, e os Assessores Jurídicos Edir Seixas e Carlos Mario Nunes (COFEN, 1975-196. Relatório da gestão COFEN, 1975-1976, p. 63).

O Código de Deontologia foi elaborado pela Conselheira Amália Correa de Carvalho e revisto pelo Grupo de Trabalho composto por Lúcia Cristofoline, Maria José Schimit, Taka Oguisso e Vilma de Carvalho. O grupo contou com o assessor jurídico e administrativo do COFEN, Edir Sanchez e Carlos Maris Menezes Nunes, respectivamente (COFEN, 1975-196. Relatório de gestão COFEN, 1975-1976, p. 57).

A Lei de criação do Conselho Federal e Regionais de Enfermagem previa, em seu Art. 8º “a instituição das insígnias da profissão pelo COFEN”; assim, foi encomendado a um renomado aureovitreografista baiano, Ori Ramos, o Brasão da Enfermagem (Figura n.1). O artista fez doação do trabalho ao Conselho, e o mesmo foi aprovado pelo Plenário do COFEN (COFEN, 1975-196. Relatório de gestão COFEN, 1975-1976, p. 18).

No Brasão estão representados: o Brasil, pela constelação do Cruzeiro do Sul com estrelas prateadas sobre campo azul; a Enfermagem, pela lâmpada azul com chama vermelha; as entidades nacionais de saúde, por sua insígnia oficial, o bastão serpentário, em vermelho sobre fundo branco (BRASIL, 1961). Segundo a concepção do artista, foi dado realce à lâmpada como símbolo da Enfermagem, destacado pelo contraste entre o campo prateado e o campo azul no qual se encontra o Cruzeiro do Sul, que simboliza a projeção e a participação da Enfermagem no processo de desenvolvimento nacional (COFEN, 1975-196. Relatório de gestão COFEN, 1975-1976, p. 18).



Figura n.1 - Símbolo do Conselho Federal de Enfermagem

A representação objetual do símbolo da Instituição se faz remeter a Bourdieu (1998, p. 63), quando ele cita que “Não há poder simbólico sem uma simbologia do poder”, bem como se pode afirmar que ele se refere também como um dos elementos para a composição da assinatura imagética da Autarquia (PORTO; NETO, 2014). Isso implica que, o símbolo representa a Instituição mesmo na ausência de autoridade personificada, motivo pelo qual nos espaços físicos de trabalho, rito institucional, dentre outros, onde ele estiver presente lembra aos presentes o respeito e poder que lhe é conferido.

A primeira diretoria cumpriu com êxito as tarefas de criação das carteiras de identidade profissional e de organização burocrática do órgão, além de fortalecer a discussão sobre o Projeto de Lei do Exercício Profissional da Enfermagem, que foi encaminhado ao Congresso Nacional naquele período, e que em 1986 foi sancionado pela Lei nº 7.498/1986 (COFEN, 1975-1976. Relatório da gestão COFEN 1975-1976, p. 56).

Essa Diretoria do COFEN foi composta pelas enfermeiras designadas pelo Ministro do Trabalho, que recebeu, em 23 de abril de 1975, o desafio de eleger e instalar, no prazo de um ano, o Conselho Federal e os Regionais de Enfermagem (COFEN, 1975-1976. Relatório da gestão COFEN 1975-1976, p. 1).

Segundo a declaração do grupo no Relatório de gestão entregue em 22 de abril de 1976, a missão foi cumprida, fato expresso nas seguintes palavras:

A MISSÃO CUMPRIDA:

- Eleitos, instalados e em pleno funcionamento, o Conselho Federal e 22 Conselhos Regionais de Enfermagem.
- Recursos financeiros em contas bancárias próprias, providas por sistema de arrecadação de âmbito nacional.
- Sedes de imóveis locados sob contrato.
- Equipamentos e material indispensáveis ao correto atendimento de serviços: máquinas de datilografia, de contabilidade e de cálculo, mobiliário, livros, impressos, etc.
- Pessoal treinado para o desempenho das tarefas peculiares aos conselhos de fiscalização profissional
- Baixados os provimentos fundamentais necessários à Autarquia para o desempenho de sua competência (COFEN 1975-1976, p. 1).

A implantação dos Conselhos Regionais de Enfermagem nos estados e no Distrito Federal constituiu estratégia do COFEN para alcançar visibilidade, dar-se a conhecer e se fazer reconhecer, uma vez que a proximidade no espaço físico favorece a aproximação no espaço social, facilitando a acumulação de capital social (BOURDIEU, 2011, p. 86). Dessa forma, o COFEN ampliou as possibilidades de atuação no campo da Enfermagem.

Mediante ao exposto apresentado na presente seção, pode-se, em síntese, mostrar a cronologia da trajetória para a criação do COFEN.

Quadro demonstrativo n. 02 – Trajetória Legal da Criação do COFEN/CORENs

Período	Acontecimentos
1945	Primeiro anteprojeto para criação do Conselho Nacional de Enfermagem deu entrada na Divisão de Organização Sanitária do Ministério de Educação e Saúde
1947, 1949, 1951, 1955, 1960 e 1970	Resoluções e Recomendações no Congresso Nacional de Enfermagem focalizou a necessidade de criação do Conselho Nacional de Enfermagem com o objetivo de fiscalizar o exercício da profissão
1945 a 1973	10 Projetos de Lei pleiteando a criação do órgão de fiscalização da profissão
1973	Lei nº 6.905 de 1973

Fonte: Carvalho (2006).

3.4 Plenário e Diretoria Eleita no COREN-RJ

Antes de se abordar a Diretoria e o Plenário do COREN-RJ, se entendeu ser pertinente a apresentação da primeira presidente da Autarquia, mediante os aspectos da trajetória de vida de Nalva Pereira Caldas; e finaliza-se, articulando os aspectos como presidente do COREN-RJ com as iniciativas do grupo, tendo por objetivo a implantação do órgão em prol do desenvolvimento da profissão.



Prof. Dra. Nalva Pereira Caldas

A Enfermeira Nalva Pereira Caldas foi a primeira presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro. Nascida em Aracaju, no Estado de Sergipe, filha de Naldy Curvello Pereira e de Antônio Rodrigues Pereira, tem formação evangélica. Estudou enfermagem na Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo, atual Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FENF/UERJ), de 1948 a 1952 (SILVA; BARREIRA, 2005, p. 398).

Nalva foi presidente da ABEn - Seção do Estado de Sergipe (gestão 1953-1958) e da ABEn - Seção Rio de Janeiro, participou de algumas comissões e do Conselhos Fiscal, dentre outras (SILVA; BARREIRA, 2005, p. 401).

Na ABEn Nacional, coordenou a Comissão Permanente de Serviço de Enfermagem, no período 1985-1988, e participou de diversas Comissões Especiais para Estudo e Revisão do Regimento da ABEn Nacional e das Seções.

Participou, também, da criação do Sindicato de Enfermeiros do Rio de Janeiro, integrando seu Conselho Fiscal de 1975 a 1978 (SILVA; BARREIRA, 2005, p. 397- 402).

Quadro demonstrativo n. 03 – Síntese da Trajetória Biográfica de Nalva Pereira Caldas

Período	Formação Acadêmica/Experiência Profissional e Acadêmica
1940-1970	Formação Acadêmica 1948-1952 - Graduação em Enfermagem- Escola Rachel Haddock Lobo; 1962-1964 - Mestrado em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas; 1974 - Concurso para Livre-Docência, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, obtendo o título de Doutor.
Década 1950/70	Experiência Profissional 1952 – 1953-Campanha Nacional Contra a Tuberculose: Conjunto Sanatorial Curicica (1953- 1958) Sanatório de Aracajú; 1958 - Concursada pela Prefeitura do Distrito Federal para o Hospital Pedro Ernesto; 1958 – 1961-Empresa Serviços Técnicos de Organização – SORTEC – participou da equipe de organização de um hospital modelar, da Companhia Sul América, mais tarde vendido para o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB), atual Hospital da Lagoa; Atuou no Hospital Julia Kubitschek (Belo Horizonte), Atuou no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e na Policlínica (Rio de Janeiro).
Décadas 1960/80	Experiência Acadêmica 1961- 1964-Diretora da Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo; 1965 a 1973 - Vice-diretora;1974-Coordenadora do Curso de Graduação da Faculdade de Enfermagem da UERJ - Docente na Universidade Federal do Maranhão; docente do Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac e do Curso de Graduação da Universidade Gama Filho; Professora convidada no Curso de Mestrado da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975) e no Curso de Mestrado de Enfermagem na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto/UNIRIO (1984-1986); Ministrou aulas no Curso de Chefia e Estado Maior de Serviços de Saúde da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, (1979 e 1981); Diretora do Centro Biomédico da UERJ (1987); Coordenadora do Curso de Especialização em Administração de Serviços de Enfermagem na UERJ; Coordenadora do Ensino de Pós-Graduação da UERJ; Coordenadora do Núcleo de Informática da Faculdade de Enfermagem da UERJ. Aben Nacional Coordenou a Comissão Permanente de Serviço de Enfermagem, no período 1985-1988, e participou de diversas Comissões Especiais para Estudo e Revisão do Regimento da ABEn Nacional e das Seções.
Década 1990	Experiência Acadêmica 1995 - Professora Titular da Faculdade de Enfermagem da UERJ; 1993 e 1997 - Membro do Conselho Deliberativo da Revista de Enfermagem da UERJ e; membro do Conselho Editorial a partir de 1998; 1998 e 2001, atuou na Faculdade de Enfermagem da UERJ como professor visitante sendo membro da Comissão de Extensão e Responsável pelo Centro de Memória Faculdade de Enfermagem da UERJ.
Década 2000	Homenagens 2001 -- Centro de Memória da Faculdade de Enfermagem da UERJ recebeu o nome de Nalva Pereira Caldas; 2002- recebeu o Título de Professora Emérita da UERJ.

Fonte: Silva e Barreira (2005) e Currículo Lates Cnpq (2014).

Os títulos acadêmicos e profissionais de Nalva Pereira Caldas apresentados no Quadro n.3 à luz de Bourdieu podem ser entendidos como representação de

prosperidade simbólica, tendo por efeito o acúmulo de capital simbólico, que remete ao reconhecimento no campo (BOURDIEU, 2004, p. 163-164) - no caso, acadêmico.

3.5 Eleição e Posse do Primeiro Plenário do COREN-RJ

Para instalar o Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, foi instituída Junta Especial pela Portaria COFEN n. 1- RJ, de 4 de agosto de 1975, composta por: Aracy Carmen Pereira, Enf. (Coordenadora); Natália do Nascimento Daré²⁶, Enf. (Assessora Administrativa); Nadir Sant'Ana Ferreira da Silva, Auxiliar de Enfermagem (Assessora Econômico-Financeira). A Junta foi empossada pela Conselheira Federal Raimunda da Silva Becker, em 11 de agosto do mesmo ano, na sede da Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Guanabara, onde ficou instalada (COFEN. 1975-1976. Relatório de gestão COFEN, 1975-1976 e COREN-RJ, 1975. Livro de Ata de Posse do COREN-RJ, 1975, p. 2).

Vale destacar que esse grupo recebeu a incumbência de instalar o Conselho e realizar as eleições do primeiro Plenário. A primeira providência tomada foi a inscrição dos profissionais de Enfermagem no Conselho, para que fosse realizada a primeira eleição do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro. Esta ocorreu em 21 de outubro de 1975, com a participação de 734 profissionais, sendo 440 enfermeiros e 294 auxiliares e técnicos de enfermagem. Para garantir a ordem nas eleições, estiveram presentes, acompanhando o processo, dois soldados da Polícia Militar (COREN-RJ, 1975. Livro de Ata de Posse do COREN-RJ, 1975, p. s/n).

Convém destacar que a presença dos soldados da Polícia Militar representa a manutenção da ordem e a lisura das eleições, por se tratar de um órgão público, ligado ao Ministério do Trabalho.

A presença de militares para garantir a ordem nas eleições pode ser entendida pela presença do Estado por causa do contexto da ditadura militar, mas também pode ser vista como apoio das autoridades à época, o que conduz a aliança simbólica.

A aliança simbólica, por meio da presença de dois militares, possivelmente fardados, conduz ao entendimento do poder simbólico. Dito em outras palavras, ela

²⁶ Substituída pela Enf. Joaquina de Souza Rocha em 04 de outubro de 1975 através da Portaria COFEN-1a-RJ.

permite exprimir diversos sentimentos aos presentes, sinalizando buscar a distinção como efeito de magia, impondo respeito pela imposição simbólica (BOURDIEU, 2003b, p. 14 e 59).

Foram eleitos como membros efetivos: Quadro I - Nalva Pereira Caldas, Lelia Maria Almeida Alconforado, Maria Nortanicola; Quadro II e III - Maria do Amparo Cunha Chagas e José Luiz da Silva Porto; Membros Suplentes: Quadro I - Raimunda Ramalho Silveira; Benedita Mascarenhas Martins Prado e Alhaida Texeira dos Anjos; Quadro II e III - Maria de Lourdes Lima e Albertina Magalhães Rego (COREN-RJ, 1975. Livro de Ata de Posse, COREN-RJ, 1975; p. s/n.).

Os eleitos foram empossados pela Conselheira Federal Haydée Guanais Dourado, em 21 de outubro de 1975, para o mandato do triênio 1975-1978. O rito ocorreu no Auditório do Instituto Nacional de Previdência Social (INAMPS), localizado na Rua México, número 128, 10^o andar, Centro, Rio de Janeiro. (COREN-RJ, 1975. Livro de Ata de Posse do COREN-RJ, 1975, p. s/n.).

A posse da Diretoria do COREN-RJ como rito institucional representa o limite das situações de imposição, por meio do exercício das competências técnicas que se refletem no social, autorizando o falar com autoridade por aqueles que representam a Instituição, em síntese, um ato de magia social (BOURDIEU, 2003b, p. 28).

3.6 As Iniciativas da Primeira Diretoria do COREN-RJ

As dirigentes, ao assumirem a gestão do Conselho, além de providenciarem as suas instalações físicas, precisaram elaborar estratégias para dar continuidade à inscrição dos profissionais de enfermagem do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, era necessário divulgar a importância desse órgão, tanto para a Enfermagem, como para as instituições. Tal divulgação visava contemplar as principais funções do Conselho, a saber: fiscalizar o exercício profissional; zelar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem e; conhecer e decidir os assuntos atinentes à ética profissional (COREN-RJ, 1976c. Livro de Ata de ROP do COREN-RJ, 3^a ROP, 1976, p. s/n e Lei n^o 5.905/73).

Em 31 de outubro de 1975, ocorreu a primeira Reunião Ordinária do Plenário –ROP - do COREN-RJ. Esta reunião foi realizada na sala de reuniões do Santuário

da Medalha Milagrosa²⁷, ocasião em que foram eleitos pelos pares os conselheiros para os cargos de Diretoria, Delegado Eleitor e Comissão de Tomada de Contas, como segue no Quadro demonstrativo n.04.

Quadro demonstrativo n. 04 – Composição da Direção do COREN-RJ (Gestão 1975-1976)

DIRETORIA	
Presidente	Nalva Pereira Caldas (Quadro I)
Secretaria	Lélia Maria Almeida Alconforado (Quadro I)
Tesoureira	Maria Nortanicola (Quadro I)
Delegado Eleitor	Maria Nortanicola (Quadro I)
Suplente Delegado Eleitor	Lélia Maria Almeida Alconforado (Quadro I)
COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS	
Comissão de Tomada de Contas	Maria do Amparo Cunha Chagas (Quadro I)
	José Luiz da Silva Porto (Quadro II e III)
	Albertina Magalhães Rego (Membro Suplente do Quadro II e III)
Suplentes da Comissão de Tomada de Contas	Alhaida Texeira dos Anjos (Membro Suplente do Quadro I) Benedita Mascarenhas Martins Prado (Membro Suplente do Quadro I). Raimunda Ramalho Silveira (Membro Suplente do Quadro I) Maria de Lourdes Lima (Membro Suplente do Quadro II e III).

Fonte: Livro de Ata de Posse (COREN-RJ, 1975).

Os Membros Suplentes foram eleitos para a Comissão de Ética, que ficou assim constituída: Presidente - Alhaida Teixeira dos Anjos (Membro Suplente do Quadro I); Vogal - Benedita Mascarenhas Martins Prado (Membro Suplente do Quadro I).

Dentre as primeiras correspondências enviadas para as autoridades do estado do Rio de Janeiro, podem-se citar aquelas enviadas para os Diretores de Hospitais e Casas de Saúde do Rio de Janeiro, solicitando a divulgação, através das Chefias de Enfermagem, dos Editais para habilitação de enfermeiros e provisionados e comunicando a instalação do Conselho (COREN-RJ, 1976d. Livro de Ata de ROP do COREN-RJ, 4ª ROP, 1976, p. s/n.).

Vale destacar que dentre as correspondências recebidas no COREN-RJ encontravam-se congratulações pela posse da Diretoria do COREN-RJ, de autoridades como Prefeito do Rio de Janeiro, Chefe do Gabinete Militar do Estado da Guanabara, Secretário de Obras e Serviços Públicos, Secretário de Estado e de Transporte, Reitor da UFRJ, Presidente do Conselho Federal de Medicina, Arcebispo do Rio de Janeiro, dentre outros. O Conselho recebeu também uma

²⁷ Santuário da Medalha Milagrosa situado na Rua Santa Amélia, n. 102, Tijuca (COREN-RJ, 1976a. Livro de Ata de Reunião de Diretoria, 1ª Reunião, 1976).

Moção de Congratulações da ALERJ, de autoria do Deputado José Maria Dantas²⁸ (COREN-RJ, 1976d. Livro de Ata de ROP do COREN-RJ, 4ª ROP 1976, p. s/n.).

As dirigentes do COREN-RJ, com a finalidade de dar visibilidade ao órgão, trataram de organizar o rito da XXXVII Semana Brasileira de Enfermagem – 1976, no Rio de Janeiro - a qual foi a primeira depois da instalação da Autarquia.

Na próxima seção irá se explorar o discurso imagético de alguns ritos realizados pela primeira diretoria, se considerar o dito pela linguagem não verbal nos textos imagéticos.

²⁸ x Deputado do MDB – mandato 1971-1975 - Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara.

SEÇÃO 4

DISCURSO IMAGETICO DOS RITOS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COREN-RJ

A presente seção destina-se à análise do discurso imagético contido nos álbuns fotográficos do COREN-RJ, se tendo por objetivo analisar os ritos institucionais, em imagens, no âmbito da primeira Diretoria eleita no Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro.

A autora Martine Segalen, na obra “Ritos e rituais contemporâneos” (2002), esclarece que no episódio ritualístico podem-se distinguir três estágios para os ritos, sendo eles: agregação, margem e separação²⁹. Estes devem ser entendidos de forma aplicada aos subtítulos supramencionados.

Nessa perspectiva, com as devidas adaptações e proporções, o primeiro subtítulo se entendeu como o estágio ritualístico de agregação, pois ele agregou no sentido de organização da categoria pelos seus próprios pares – enfermeiros (as), técnicos(as) e auxiliares de enfermagem. O segundo subtítulo, a margem, entendido como transitório por aqueles que ocuparam as funções/cargos por meio de eleição da categoria, por tempo determinado, bem como a oficina de trabalho.; O terceiro, a separação, quando ocorreu o desligamento de um grupo para outro, também por eleição, como rito de passagem.

Esses estágios dos ritos foram aplicados, após organização, por agrupamento dos ritos, extraídos dos álbuns fotográficos de capa de veludo verde com folhas frente e verso contendo as fotografias. O fotógrafo não foi identificado.

Vale lembrar que os ritos institucionais tendem a consagrar ou legitimar o estado de coisas, a ordem estabelecida, cuja eficácia simbólica reside no poder que lhes é próprio de agir sobre o real ao agir sobre a representação do real (BOURDIEU, 1998, p. 97-98).

Para tanto, ele tem a função social de separar aqueles que se identificam dos que se estranham, mas isso somente é possível por existirem realidades distintas que coexistem em um mesmo espaço. Ele delinea fronteiras e institui diferença. É necessário observar qual o seu lugares dentro do campo.

Nesse sentido, os ritos são maneiras ordenadas e oficiais de manifestar, publicamente, o sistema de condições. Isso implica que o seu funcionamento

²⁹ Estes estágios de ritualização são discutidos na obra da autora, mas o posicionamento para o presente estudo foi adotado pelas denominações relatadas.

oficializado por alguém reconhecido e percebido como legítimo (BOURDIEU, 1998, p. 65). Ademais, eles são produtos da tradição, transmissíveis culturalmente e sancionados pelo consenso grupal, exigindo como condição básica, a crença em sua eficácia e a sua repetição constante (BOURDIEU, 2003a, p. 58).

4.1 Estágio de Agregação

Em 21 de outubro de 1975, ocorreu o rito de posse da primeira Diretoria do COREN-RJ. No acervo fotográfico da instituição, há 05 fotografias que registram esse momento.

As fotografias da posse foram classificadas em três grupos: o rito, propriamente dito duas fotografias dos presentes à mesa; uma foto que captou, provavelmente, o discurso de uma das empossadas; e duas fotografias das empossadas com alguns convidados.

Vale lembrar que o rito de posse da primeira Diretoria do COREN-RJ aconteceu no Auditório do Instituto Nacional de Previdência Social, localizado na Rua México, número 128, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro. (COREN-RJ, 1975. Livro de Ata de Posse do COREN-RJ, 1975, p. s/n.).



Fotos n. 01 e 02 Mesa de posse da primeira diretoria do COREN-RJ

No conjunto das duas fotografias, é possível se identificar que as imagens são de grupos mistos. Os presentes se encontram em trajes sociais – mulheres de vestidos e hábito religioso e os homens de terno. No arranjo do conjunto das fotos, a de n. 01- da esquerda para direita- pela *hexis corporal* dos retratados que se encontram de pé, se infere ser o momento da execução do hino nacional posição de

respeito e reverência á Nação, com destaque para alguns retratados com os braços para baixo e mãos entrelaçadas na altura da cintura.

A imagem da foto n. 2 apresenta os componentes da mesa, sentados. No centro do grupo, está a representante do Conselho Federal de Enfermagem, Enfermeira Haydée Guanais Dourado, que deu posse aos eleitos. Nas cadeiras de extensão da mesa à esquerda, encontram-se os eleitos que foram empossados e os demais integrantes da mesa, o que se pode inferir que sejam os convidados ilustres.

Destaca-se que os convidados ilustres são aqueles que atuam como testemunhas autorizadas, pois o rito não se efetiva sem a presença das autoridades, no sentido de sua legitimação.

Nas duas fotos, pode-se observar como representações objetais, do lado esquerdo, a bandeira do Brasil; no centro, o quadro com o nome do Auditório (Auditório Plácido Brandão); acima deste, um quadro decorativo; do lado esquerdo, a foto do General Médici, Presidente da República à época; e uma corbelha de flores do lado direito dos textos fotográficos. Cada representação objetual contribui para a composição do texto imagético, que, ao ser decodificado, expressa o efeito de lugar a ser explorado na próxima seção.

Ressalta-se que a bandeira é um dos Símbolos Nacionais do Brasil, os quais foram instituídos através da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. Os Símbolos Nacionais são: a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

A bandeira é uma representação objetual de significado emblemático, pois a bandeira nacional representa a nação de forma simbólica e transmite o espírito de patriotismo. É um símbolo que proclama a identidade e a soberania da nação e faz jus ao respeito e lealdade de significação universal indefinida (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p.19).

O nome do auditório identifica que não se trata de qualquer espaço, mas sim a deferência a Plácido Barbosa, que foi importante médico sanitário³⁰ e representava o poder simbólico.

³⁰ Plácido Barbosa, médico sanitário foi dirigente da Inspeção de Profilaxia da Tuberculose, na década de 20 do século XX (MASCARENHAS, 2013). Publicou um “Plano de combate à tuberculose no Rio de Janeiro”, apontando para: a instalação de cinco dispensários, criação de estações de cura ao ar livre ao redor da cidade, e a criação de colônias de férias ao ar livre, por meio da Prefeitura (BARREIRA, 1992, p. 47).

A foto do presidente à época é para lembrar o respeito, mesmo na ausência presencial, simbolicamente presente, o que sugere supervisão, neste caso do rito institucional, entendido de forma simbólica, indicando o respeito e a lembrança mítica, conforme, também, foi analisado com outra imagem no estudo intitulado “A prática do ensino na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: um registro da mídia impressa (1946)” (PORTO et al, 2003).

Outro atributo de paisagem é a presença da corbelha de flores. Esta, apesar de pequena em meio ao texto imagético, simbolicamente pode representar beleza e sensibilidade, intimamente ligadas ao feminino, que se pode associar aos atributos pessoais e o arranjo fotográfico, bem como entre os gêneros, o que pode denotar poder e prestígio.

Nesse sentido, Leite (1993, p. 112-113) explica que as flores podem ser entendidas como representação da transferência de bens pelos que presentearam, e que a foto é um produto de um ato de publicidade que foi testemunhado pelos que o viram, com a pretensão de obter reconhecimento social.

Destaca-se que, apesar da busca da autoria do quadro ao fundo do texto fotográfico *in lócus*, não foi possível identificar título da obra e autoria, mas se arrisca algumas inferências. Em outras palavras, se tratar de tela de dimensões de monta, comparando, proporcionalmente, as pessoas e os atributos de paisagem; a imagem da tela, possível de ver vista em fragmento nas fotografias n. 1 e 2, conduzindo a indícios, pelas características de: rejeitar a perspectiva limitada a único ponto de vista; a possibilidade do olhar para diferentes planos e áreas da pintura, sendo plausível se pensar que, o artista tenha desafiado a representação em três dimensões em superfície bidimensional da tela; exploração do volume e a massa a inferência do movimento de vanguarda do século XX, marcado por alguns artistas, tais como: Pablo Picasso (1881-1973) e George Braque (1882-1963), considerados pioneiros da expressão artística conhecida como cubismo (DEMPSEY, 2010).

Outro atributo presente nas imagens, sem identificação do que se trata de forma específica, é o desenho que se encontra à frente da mesa, o qual se acredita se tratar da imagem de algum prédio, com visões de ângulos diferentes, possivelmente, edificação de alguma obra pública. Em outras palavras, seja qual tenha sido a proposta, esse atributo de paisagem conduz a visão de projeção, entendidas como projeto visual, no sentido de visibilidade.



Foto n. 03: Momento em que uma das mulheres é chamada para se posicionar no rito institucional

A foto n. 03 é referente focal do palco, pois o atributo de paisagem ao fundo trata de relevos na cor clara, decorativo da estrutura arquitetônica do espaço, que nas fotos n. 1 e 2 aparecem ao fundo do texto fotográfico. Nessa foto, se apresentam cinco mulheres, sendo, destas, duas religiosas. Uma das mulheres ao fundo, de pé, parecendo se dirigir para algum lugar ou ter ficado de pé por ter sido mencionada em alguma chamada de apresentação aos presentes no rito institucional, enquanto as outras quatro as aplaudem.

A *hexis* corporal das mulheres que aplaudem a Conselheira suplente eleita Albertina Magalhães Rego, reconhece a autoridade de sua presença no rito. Dito de outra maneira, o reconhecimento se dá por meio das mãos aplaudindo. Na leitura de Guglielmi (2009), as mãos se encontram estritamente ligadas ao cérebro, inclusive se respalda, para tanto, em Aristóteles, ao afirmar que elas são ramificações do cérebro. Isto implica na assertiva do reconhecimento, apesar da polissemia que ela pode conduzir, conforme se identificou o significado em diversos sítios eletrônicos, desde a velocidade a atribuição que ela pode representar.

A vestimenta das religiosas, na variação de cores escuras e claras usadas pelas retratadas no texto imagético, se destaca na leitura e remete à ideia de identidade grupal, marcada pelo modo de vestir. “O corpo disciplinado e suas formas femininas escondidas tem como propósito produzir o pudor feminino e evitar os olhares” (OTTO, 2008, p. 5).



Fotos n 04 e 05 – Rito de posse

As duas fotografias (n. 04 e n.05) são do tipo posada e geometricamente retangular. Na foto n. 04, estão três componentes do grupo eleito: da esquerda para direita, a enfermeira Lélia Maria Almeida Alconforado, a enfermeira irmã Maria Nortanicola e a enfermeira Nalva Pereira Caldas, como membros do COREN-RJ, com destaque pelas posições a serem ocupadas.

Nessa foto, o poder simbólico da Autarquia se faz ver e crer, considerando que suas atribuições, segundo a Lei nº 5.905/1973, são:

Art. 15 - Compete aos Conselhos Regionais:

I- deliberar sobre inscrição no Conselho e seu cancelamento;

II - disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, observadas as diretrizes gerais do Conselho Federal;

III - fazer executar as instruções e provimentos do Conselho Federal;

IV - manter o registro dos profissionais com exercício na respectiva jurisdição; V – conhecer e decidir os assuntos atinentes à ética profissional, impondo as penalidades cabíveis;

VI - elaborar a sua proposta orçamentária anual e o projeto de seu regimento interno e submetê-los à aprovação do Conselho Federal;

VII - expedir a carteira profissional indispensável ao exercício da profissão, a qual terá fé pública em todo o território nacional e servirá de documento de identidade;

VIII - zelar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerçam;

IX - publicar relatórios anuais de seus trabalhos e relação dos profissionais registrados;

X - propor ao Conselho Federal medidas visando à melhoria do exercício profissional;

XI – fixar o valor da anuidade;

XII - apresentar sua prestação de contas ao Conselho Federal, até o dia 28 de fevereiro de cada ano;

XIII - eleger sua diretoria e seus delegados eleitores ao Conselho Federal;

XIV - exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas por esta Lei ou pelo Conselho Federal. (BRASIL, 1973).

Na foto n. 05 é possível se identificar grupo de doze pessoas, sendo: dez mulheres, trajando vestes sociais e uma religiosa - irmã Maria Nortanicola - e dois homens, ostentando terno.

Para tanto, se destacam indumentárias do tipo social feminina, religiosa e masculina, o terno com gravata, o que se faz remeter Alison Lurie (1997, p. 135), quando cita que, a roupa vem a desempenhar expressão cultural, pois há trajes para atividades nos diversos horários e ocasiões. Esta assertiva conduz ao entendimento que as indumentárias ostentadas pelas retratadas denotam a sua época e ocasião de investidura, mesmo diante do traje religioso de filosofia de vida própria, sem requinte, mas limpa.

Ademais, se pode citar que o traje religioso ostentado pela irmã Maria Nortanicola, expressa sua crença e prova de respeito pelo que usa e se articula ao grupo retratado como um dos fundamentos na crença do grupo e ao mesmo tempo a força ilocucionária, no sentido performativo pelas aparências, que traduzem serem porta-vozes da credibilidade do coletivo (BOUDIEU, 1998, p. 105).

Mediante ao exposto sobre as indumentárias, em síntese, se infere se tratar de certa aliança simbólica, no sentido de apoio e pelo poder e prestígio que merece o rito, sendo ratificada com as autoridades presentes e mais, tendo a enfermeira Nalva Pereira Caldas, ao centro do texto fotográfico, ladeada por dois homens, sendo o da direita, o senhor Benecdito Carvalho - presidente da União Nacional de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem (UNATE), e o da esquerda o Conselheiro eleito José Luiz Silva Porto o que se infere como suporte de uma das colunas simbólicas de sustentação da arquitetura do arranjo fotográfico.

Além disto, pode-se depreender que o rito institucional de posse ocorreu em espaço de representação de poder e prestígio, pelas representações objetais presentes no texto imagético. Isto articulado a presença dos retratados, é possível se inferir como aliança simbólica, sendo a representação da magnitude do rito.

4.2. Estágio de Transição

Um dos ritos institucionais articulado pela primeira gestão do COREN-RJ foi a Semana Brasileira de Enfermagem, juntamente com a Associação Brasileira de Enfermagem, tendo ocorrido nos três anos da gestão: a primeira realizada pelo COREN-RJ ocorreu no Palácio Pedro Ernesto, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, em 1976; a segunda foi realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 1977 e; a terceira no auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem a Indústria (SENAI), localizado na Rua Mariz e Barros, Tijuca, em 1978.

Cabe destacar que as comemorações da Semana Brasileira de Enfermagem, juntamente com o Dia do Enfermeiro, possuem relevância singular para os profissionais da categoria, sejam nas Instituições de Ensino e Serviço, pois se referem não só sobre o reconhecimento social da profissão, mas também, pelas balizas das datas que circundam a homenagem, do dia 12 a 20 de maio, respectivamente, como tributo ao nascimento de percussora da Enfermagem Moderna – Florence Nightingale – e o passamento da heroína da Guerra do Paraguai – Anna Justina Ferreira Nery.

Estas comemorações ocorrem mediante dois dispositivos legais. O primeiro dispositivo legal foi o Decreto nº 2.956/1938, destinado ao Dia do Enfermeiro – 12 de maio e o segundo destinado a Semana Brasileira de Enfermagem (12 a 20 de maio), por meio do Decreto Federal nº 48.202/1960 (AGUIAR; PORTO, 2013; RIZZOTTO, 2006).

Por outro lado, não se pode negar que a comemoração do Dia da Enfermeira ocorre no mínimo desde 1929, mediante aos resultados do estudo intitulado “O Dia da Enfermeira nas páginas da Revista da Semana (1929-1930): Anna Nery e os lucros simbólicos” de autoria de Simone de Aguiar do Nascimento (2013).

A autora identificou que as comemorações ao dia da enfermeira ocorriam de forma anterior aos dispositivos legais, em especial pela iniciativa dos dirigentes da Cruz Vermelha Brasileira – Órgão Central, quando em homenagem ao dia do passamento de Anna Nery, em 1924, seguida, posteriormente da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (1925) e veiculada nas páginas da Revista da Semana no período proposto, desde 1929.

Isto posto, depreende-se da significação das comemorações citadas como uma dominação simbólica (BOURDIEU, 1998, p. 37). Este entendimento como o sentido que aqueles que participam sofrem o impacto, como uma forma de cumplicidade que não se trata de submissão passiva, mas sim coerção externa, expressamente professada, sendo um ato intencional de aceitação da norma estabelecida na forma de rito institucional.

4.2.1 Semana Brasileira de Enfermagem (1976)

As dirigentes do COREN-RJ para dar visibilidade ao órgão trataram de organizar, em 1976, a XXXVII Semana Brasileira de Enfermagem no Rio de Janeiro que, depois da instalação da autarquia no processo de institucionalização.

A abertura da Semana de Enfermagem ocorreu no Palácio Pedro Ernesto com realização em conjunto com a ABEn, tendo como parceira as Escolas de Enfermagem, que ficaram responsáveis pela comissão de recepção, sendo composta por professores e alunos. A conferência de abertura foi proferida pela Presidente do COFEN, enfermeira Maria Rosa de Sousa Pinheiro. O tema foi “O COFEN, na evolução, e sua influência no desenvolvimento da Enfermagem” (COREN-RJ, 1976b. Livro de Ata de Reunião de Diretoria do COREN-RJ, 3ª Reunião, 1976, p. s/n).

A Presidente da Associação Profissional dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro, Maria de Jesus Silva e a Presidente do Sindicato das Parteiras do Estado do Rio de Janeiro, Maria de Lourdes Garcia Andrade - participaram da mesa de abertura da Semana de Enfermagem, apresentando o histórico das entidades (COREN-RJ, 1976b. Livro de Ata 3ª Reunião de Diretoria, 1976, p. s/n).

No acervo fotográfico se encontram duas fotografias que registram este evento.



Foto n. 06 (à esquerda) – Um dos momentos do rito. **Foto n. 07** (à direita) – Parte da composição da mesa do rito institucional

A fotografia de n. 06 mostra Nalva Pereira Caldas, trajando vestido de estampa com o fundo escuro, sentada à mesa da cerimônia. Ao seu lado se

encontra um homem, secretário do Palácio Pedro Ernesto, trajando terno escuro com camisa clara e gravata. Tem-se como atributo de paisagem: papéis, parte de uma cadeira de espaldar alto, confeccionado em madeira talhada e detalhe do adereço da parede ao fundo.

A *hexis* corporal sugere a entrega de algum documento ou até mesmo o pedido de auxílio, por não entender a letra de alguma autoridade que se encontrava na plenária, que necessitava ser citada ao público presente. Este tipo de inferência é possível, tendo em vista a frequência pessoal do pesquisador em ritos e a identificação da possibilidade em apreço.

Na outra foto n.7, retrata parte da mesa de abertura do evento, tem-se da esquerda para direita, a enfermeira Maria das Graças Corte Imperial, presidente da ABEn Nacional à época, a enfermeira Nalva Pereira Caldas e a enfermeira Maria Rosa de Sousa Pinheiro, presidente do COFEN e conferencista no rito.

Os atributos de paisagem são cadeiras de espaldar alto, que nessa foto fica mais visível que na anterior, arranjo farto de flores e detalhes da mesa em madeira escura talhada com adereços com destaque que contrasta com a cor da madeira escura.

Estes elementos, são representações objetais que, se pode atribuí-los significação; as flores representam fartura e quem senta na cadeira de espaldar alto significa que, ocupa posição de autoridade em relação aqueles que ocupam as cadeiras baixas. Isto porque, *“elevação e poder são de fato sinônimos”* (DURAND, 1992, p. 151), o que se pode atribuir aqui, a importância das pessoas nela sentadas, majoritariamente feminino.

Por outro lado, no que se refere a cadeira de espaldar alto, Vânia Carneiro de Carvalho, na obra *“Gênero e artefato – o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920”* (2008), destaca o objeto, em apreço, com foco no material de forração – o couro. Este tem conotação que oferece prestígio aos interiores religiosos e governamentais, no exercício das funções de poder, mas atribuídas ao masculino. Isto se deve ao repertório dos elementos utilizados pelo masculino, tais como: cinto, carteiras, porta-documento, caixa de óculos, pois ele faz parte da vida masculina, remontando a utilização de arreios, selas, jaquetões por esta ligado a caça, o que evidencia dominação masculina.

Nesta perspectiva, pode-se entender que, apesar do relevo do material de forração, se tratar de couro, de significação simbólica do masculino e por ele

ocupada, neste rito se identificou o oposto, ou seja, o feminino, sem poder. Isto conduz ao pensamento, que houve autorização simbólica do masculino para o uso, mas também de quem ocupa ser merecedora da deferência em ocupar aquele assento de forração em couro, além da posição mais alta que as pessoas no plenário do espaço e outras significações, mas que para o momento se deu o referido destaque para a forração do objeto cadeira.

4.2.2 Semana Brasileira de Enfermagem (1977)

A Semana de Enfermagem de 1977 foi realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e coordenada pelo presidente da casa, deputado pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB, Cláudio Moacyr de Azevedo³¹. Esse rito foi registrado em vinte e uma fotografias que se encontram no acervo documental da instituição.



Fotos n. 08, 09 e 10 - da esquerda para direita na parte superior - e **fotos n. 11, 12 e 13** - da esquerda para direita parte inferior: - todas referentes à composição da mesa do rito.

³¹ Cláudio Moacyr de Azevedo (1935-1997) Elegeu-se deputado estadual em 1970, sendo líder da oposição na Assembléia. Eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para a Constituinte estadual, em 1974, foi líder do partido e depois presidente da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (Alerj) entre 1977 e 1978. Foi novamente eleito pelo MDB em 1978 e se tornou líder da bancada do bloco parlamentar do PP em 1980. Reelegeu-se em 1982 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e foi líder do partido em 1985. No ano seguinte, passou a integrar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo eleito nesta legenda na legislatura de 1987. Dois anos depois, exerceu a liderança da bancada do partido, mas em 1990 renunciou ao mandato para integrar o Conselho Estadual de Contas do Município. Presidiu o Conselho até sua extinção em 1991. Faleceu em São Paulo em 1997.

No conjunto do texto fotográfico é possível se identificar as autoridades presentes que compuseram à mesa do rito da Semana e Enfermagem, nas fotografias n. 08, 09 e 10, tem-se os retratados perfilados, provavelmente, ouvindo o Hino Nacional, pela *hexis* corporal que se encontram e; as fotos n. 11, 12 e 13, apresentam os componentes da mesa sentados, possivelmente, em virtude dos discursos que ocorriam no momento.

As representações objetais que compõem os arranjos fotográficos se identifica três arranjos de flores, nas laterais do espaço do rito duas bandeiras, do Brasil e do estado do Rio de Janeiro ao fundo no centro da parede se nota grande quadro de decoração, além das cadeiras de espaldar.

Para tanto, se destaca para análise o quadro ao fundo do espaço do rito, considerando que a significação das flores, bandeiras e cadeiras de espaldar alto já foram decodificados. O quadro ao centro do arranjo fotográfico, de mais fácil visualização na foto de n. 9.

Este quadro é um painel decorativo, localizado no Plenário, atrás da presidência da mesa, trata-se da pintura de autoria de Eliseo Visconti³², datada de 1926. Ele retrata a sessão plenária, que resultou na assinatura da primeira Constituição Republicana, em 1891. O painel, foi restaurado em 2001, figuram em tamanho natural os retratos dos sessenta e três constituintes (ALERJ, 2014).

Este quadro pode ser entendido, pelo referencial teórico, como de imposição da própria representação que por si a ele é atribuído, o que conduz o exercício do poder simbólico, que não se pode deixar de registrar, mesmo que de forma repetida “não há poder simbólico sem uma simbologia do poder” (BOURDIEU, 2003a, p. 63).

O poder simbólico da representação do quadro, articulados as demais representações objetais, faz do espaço, como o lugar de poder real e simbólico e se ousa na assertiva, aquele que se encontra no espaço é de seu merecedor, mesmo diante das discussões políticas, pois é palco de tomada de decisão e reflexão diversas, tendo o rito institucional da Semana Brasileira de Enfermagem nele realizado, é a autoridade que os porta-vozes da profissão declaravam a categoria, no sentido de efeito de demonstração do potencial que, ela, à época, era capaz de

³²Eliseo d'Angelo Visconti (Giffoni Valle Piana, 30 de julho de 1866 — Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1944) foi um pintor, desenhista e designer ítalo-brasileiro ativo entre os séculos XIX e XX. É considerado um dos mais importantes artistas brasileiros do período e o mais expressivo representante da pintura impressionista no Brasil.

fazer ver e crer, fosse para a sociedade, fosse como força mágica de retroalimentação para as lutas e conquistas.



Fotos n. 14 e 15 - Discursos no rito

A fotografia n. 14 mostra a enfermeira Lélia Maria Alconforado de Almeida, secretária do COREN-RJ e a foto n. 15 retrata a presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro. A primeira se encontra, possivelmente, na tribuna da Assembleia Legislativa proferindo discurso pela *hexis* corporal adotada, articulada as folhas de papéis que se encontram em suas mãos, bem como a enfermeira Nalva Pereira Caldas.

Do lado esquerdo de Nalva, se notam dois homens e uma mulher. Os homens estão de terno escuro, sendo um deles Benecedito Carvalho, presidente da UNATE e a mulher, enfermeira Raimunda da Silva Becker, Conselheira Federal do COFEN.

Como se pode identificar mais duas autoridades e/ou lideranças da enfermagem fluminense se encontram, compondo a mesa do rito, o que se leva a crer sobre o potencial da aliança simbólica da Autarquia, dirigida por Nalva, podendo ser considerada como, estratégia de aglutinação no campo simbólico o fortalecimento da Enfermagem. Este tipo de estratégia, pode ser entendida como, uma das maneiras de tornar o grupo manifesto, pois o ritual para que seja válido e eficaz precisa de destinatários específicos (BOURDIEU, 2003a, p. 68).

Na continuidade dos discursos proferidos, os documentos possibilitaram a triangulação dos dados, que apontam que, neste evento, a conferência de abertura foi proferida pela Edilia Coelho Garcia, presidente do Conselho Estadual de Educação (COREN-RJ, 1977a. Livro de Ata de ROP do COREN-RJ, 12ª ROP, 1977), o que se infere, ser ela a retratada nas fotos de n. 16 e 17.



Fotos n. 16 e 17 - da esquerda para direita – Conferência de abertura

Ela traça vestido de cor clara com estampa floral. Este tipo de estamparia chama a atenção, provavelmente, pelo colorido e a alegria que a conferencista deseja transmitir em seu discurso, pois o órgão fonador age em conjunto com a fala do corpo e como as indumentárias para o efeito daquele que escuta.

Na foto de n. 17 se podem ver a plenária e na primeira fileira a presença de dois militares uniformizados. A presença de militares, uniformizados, se pode entender outra aliança simbólica. Por outro lado, não se pode negar que o período circunstancial era de ditadura militar, logo também cabe se entender como uma forma de controle do dito e não-dito, pois a presença militar, simbolicamente, em um rito institucional, aparentemente de comemoração, trata-se do exercício do poder simbólico.

Ademais, é possível identificar que a plenária se encontrava pessoas de ambos os sexos. Isto implica no pensamento que, apesar da profissão ser, majoritariamente feminina, o rito necessitava ser composto por ambos, homens e mulheres, pois segundo Bourdieu, o rito ocorre em virtude da dominação masculina, tendo em vista a presença mesmo que de poucos homens, eles se encontram presentes, demarcando o espaço do discurso simbólico do poder (BOURDIEU, 2012, p. 25).



Fotos n 18 e 19 – Plenária no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no momento de execução do hino nacional.



Fotos n. 20, 21 e 22 - da esquerda para direita na parte superior **fotos n. 23, 24 e 25** - da esquerda para direita, na parte inferior, plenária no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Os dois conjuntos de fotos são do mesmo cenário com ângulo diferenciado pela lente fotográfica, mostrando a plenária do rito institucional. A foto de n. 18 se refere a imagem do centro do auditório. Na foto n. 19, os retratados em outro ângulo, mas em ambas as fotografias, as pessoas se encontram em posição ereta de pé, momento de execução do hino nacional, inclusive como um dos homens com a mão ao peito, o que ratifica a assertiva.

O Hino Nacional é uma etiqueta protocolar. Sua execução tem início após solicitação da maior autoridade à mesa, com andamento metronômico de semínina igual a 120, sendo obrigatória a tonalidade de si bemol em instrumentos simples. Sua execução é facultada a sessões civis, devendo todos ficar de pé e em silêncio, atitude de respeito, cabendo ao masculino se encontrarem com a cabeça descoberta e os militares em continência, segundo os regulamentação das corporações; o

oposto ao dito, como a conversação, é entendido com manifestação de desrespeito (CESCA, 1997, p. 134 e 136).

Neste sentido, pode-se entender que o hino se trata de texto cantado, que requer o *habitus* para execução, quando a *hexis* corporal representa a expressão ética e estética da necessidade de uma condição social.

O outro conjunto de fotos mostra a plenária sentada em diversos ângulos. A foto n.20 mostra, novamente, o espaço lateralizado do auditório. Com foco na foto n. 21, pode identificar um grupo de pessoas em posição de destaque do local, ou seja, mais alto em relação aos demais e mais baixo que a composição da mesa do rito, o que se infere ser a tribuna de honra.

Nesta foto se identifica, na primeira fila a segunda da esquerda para direita, a Professora Cecília Pecego, à época diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery; na segunda fila, a quinta retratada é a enfermeira Alhaida Texeira dos Anjos, conselheira do COREN-RJ e; na última fila, se identifica a enfermeira Lélia Maria Alconforado, secretária do COREN-RJ, o que ratifica que ela pronunciou algumas palavras na tribuna do espaço (ver foto n.14).

As fotos n. 23, 24 e 25 são do tipo panorâmico do auditório, nota-se na foto n. 23 na primeira fileira do auditório, três militares fardados e como já foi dito antes, transmite o significado de força e poder ao proclamar, ao mesmo tempo, autoridade e cooperação, coerente a época com o período militar.

Destaca-se que o uniforme ostentado por eles, se torna uma distinção social, reconhecida naqueles que o vestem e para a sociedade, que os reconhecem. Este serve para cimentar a unidade do mundo militar (ROCHE, 2007, p. 230-259).

As fotos que se seguem, são dos bastidores do evento. Elas podem ser anterior ao rito ou até mesmo pós-rito, seja um, outro ou ambos, nela se destaca as articulações ou como se pode dizer pelo referencial teórico, alianças simbólicas.



Fotos n. 26, 27 e 28 - da esquerda para direita - O preparo para a realização do rito.

A foto n. 26 mostra dois homens sentados à mesa com papéis a sua frente e mais cinco de pé e oito mulheres de pé, que os rodeiam. Esta foto é do tipo posada, em virtude da *hexis* corporal dos retratados, se inferindo a possibilidade do fotografo ter preparado o arranjo ou até mesmo os mesmos terem se posicionado da maneira congelada e golpeada pelo tempo no registro imagético.

Destaca-se que Nalva Pereira Caldas se encontra próxima ao centro da imagem, tendo ao seu lado direito a presidente da ABEn Nacional, Ieda Barreira de Castro³³, bem como um dos homens sentados, de terno escuro, se tratar do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Cláudio Moacyr de Azevedo.

Em olhar focado nas duas retratadas, pode-se inferir alianças simbólicas, que na foto de n. 27 se ratifica, tendo em vista que, a enfermeira Ieda Barreira de Castro, presidente da ABEn-Nacional, ao seu lado de pé e curvadas, da esquerda para direita a presidente do COREN-RJ e Profa Elvira de Felice Souza, presidente da ABEn-Guanabara, que pela *hexis* corporal parece conversarem no sentido da alguma decisão momentânea que circunscrevia o rito.

As duas enfermeiras retratadas tratavam-se de lideranças na profissão fluminense pelas posições ocupadas no campo da Enfermagem, o que se pode depreender aliança simbólica das entidades de classe.

4.2.3 Semana Brasileira de Enfermagem (1978)

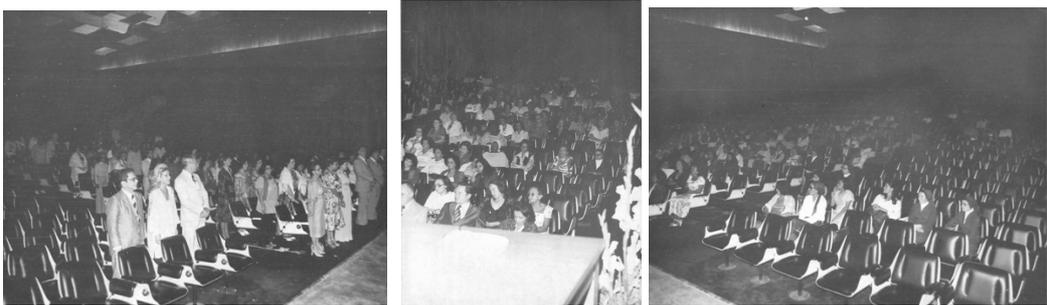
No álbum onde se encontram as dezenove fotografias sobre o registro da Semana de Enfermagem de 1978 identificam-se, provavelmente, os momentos mais relevantes do rito, a considerar: a execução do rito, os presentes na plenária do evento, autoridades à mesa e convidados ilustres nas dependências do auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem a Indústria (SENAI), localizado na Rua Mariz e Barros, Rio de Janeiro.

Ressalta-se que o rito, em apreço, ocorreu em espaço distinto de poder simbólico como os outros dois anteriores. Várias são as possibilidades pensadas, dentre elas: falta de agenda nos lugares de poder simbólico, anteriormente, ocorridos; ausência de articulação política à época ou; estratégia de aproximação

³³ Ieda Barreira de Castro hoje Ieda de Alencar Barreira foi presidente da ABEn – Nacional gestão 1976-1980.

com o campo de aprendizado destinado a indústria ou até mesmo nenhum deles, ou seja, espaço disponível articulado por alguém influente no espaço.

Das dezenove fotografias de composição do álbum institucional, pode-se organizá-las em quatro grupos: três como os presentes no auditório como plenária; sete referentes os presentes à mesa; três convidados ilustres presentes no palco e; seis da presidente, Enfa. Nalva Pereira Caldas, cumprimentando alguns convidados no evento.



Fotos n. 29, 30 e 31 - da esquerda para direita: Plenária no auditório do SENAI.

No conjunto das três fotografias é retratado o auditório do rito é possível se identificar que as imagens são de grupo misto, os retratados se encontram em trajes sociais – mulheres de vestidos e os homens de terno, em sua maioria.

Ressalta-se que o registro das fotos 29 e 31, o profissional do registro imagético se encontrava, possivelmente no palco, com a intencionalidade de capturar a imagem de forma oblíqua - pelas laterais do espaço interno do auditório, sendo identificada a quantidade de assentos vazios na cor escura da forração dos assentos e na foto 30, o registro se deu, possivelmente, do centro do espaço – palco - para fotografar os presentes em posição sentada de frente para a mesa com a presença das autoridades no rito institucional.

No arranjo do conjunto da foto n. 30 - da esquerda para direita -, os presentes se encontram de pé, o que se infere tratar do momento da execução do hino nacional.

De forma geral, o espaço do auditório do SENAI, trata-se de ambiente amplo, composto de dois conjuntos de poltronas – lado direito e esquerdo – com três espaços de circulação – nas laterais e um espaço central.



Fotos n. 32, 33, 34 e 35 da esquerda para direita, na parte superior; **fotos n. 36, 37 e 38** - da esquerda para direita, na parte inferior: Mesa de composição do evento.

O conjunto das fotografias n. 32 a 38 se refere à composição da mesa do evento. As sete fotos são em momentos flagrantes, pelas posturas corporais. Trata-se do momento dos discursos pelos componentes da mesa, em sua maioria sentados.

As fotos são em tons de cinza, a mesa foi composta das seguintes autoridades identificadas: Gerson Sá Pinto Coutinho, Presidente do INAMPS, que presidiu a sessão de abertura; Nalva Pereira Caldas, presidente do COREN-RJ; Profa. Ivone Chaves Mauro, da Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ que foi a conferencista intitulada “A Enfermagem na Comunidade” (COREN-RJ, 1978^a. Ofício COREN-RJ n^o 204/78).

As mulheres trajam vestidos em estilo social e os homens ternos. Os atributos de paisagem presentes nas fotos destacados são as representações objetais: flores e bandeiras.

No que se refere aos discursos, foi possível identificar na foto n. 32, o da presidente do COREN-RJ; na foto n. 33 da secretaria do COREN-RJ, Lélia Maria Almeida Alconforado; nas fotografias de n. 34, 35 e 36 do presidente do INAMPS - Gerson Sá Pinto Coutinho, presidente do INAMPS, que presidiu a sessão de abertura e; momento da conferência realizada pela professora Ivone Chaves Mauro, retratada nas fotos n. 37 e 38, sendo todas flagrantes.

Os discursos nos ritos institucionais, podem ser entendidos como aqueles que falam com autoridade. Isto conduz a competência técnica e social no exercício da função/cargo que exerce, independente do que se trata o tema, eles são enunciados performativos, que confere poder de produzir representação coletiva reconhecida, e assim lhe conferida, decerto por excelência do sonhado poder (BOURDIEU, 1998, p.28).

Desta forma, o dito nos discursos é uma das maneiras de se exercer o poder de sugestão, como condição de eficácia do poder simbólico capaz de exercer sobre os habitus predispostos (BOURDIEU, 1998, p. 28). Isto implica no entendimento de que, enquanto uma autoridade discursiva, a outra escuta, e, possivelmente, reflete sobre o desencadear das palavras, seja a favor, contra ou no sentido de neutralização.



Fotos n. 39, 40 e 41 - da esquerda para direita: Convidados ilustres.

As fotos deste grupo são mistas, do tipo flagrante, pelo entendimento de se encontrar em meio o rito institucional. Todos os retratados se encontram sentados, e mais uma vez na sua maioria, as mulheres se encontram, trajandom vestidos e os homens ternos.

Pode-se identificar que os presentes, sendo eles: Profa Elvira de Felice Souza, Presidente da ABEn seção Rio de Janeiro, Benedito Carvalho, presidente da União Nacional de Auxiliares e Técnico de Enfermagem – UNATE e outra autoridade do sexo feminino não identificada.

Destaca-se que os retratados da primeira e segunda fotografia da esquerda para direita do grupo fotográfico (fotos 39 e 40) – são as mesmas pessoas: Profa Elvira de Felice Souza, Benedito Carvalho e outra autoridade do sexo feminino não foi possível ser identificada, apesar de ângulos distintos.

Não se pode negar que a presença dos retratados, mesmo que de ângulos diferente houve intencionalidade na distinção de um ou do grupo retratado na organização do álbum fotográfico. Pode-se inferir na leitura do texto fotográfico a aliança simbólica com as entidades de classe da enfermagem que os fotografados representam – ABEn e UNATE.

No grupo de imagem, se destaca a *hexis* das pernas dos retratados, sejam elas cruzadas ou descruzadas, que podem ser entendidas como por hábito ou comodidade, mas também podem ser entendidas como sinal de desconfiança, confinamento, reservas, dentre outros mediante ao contexto, significados que podem ser atribuídos (GUGLIELMI, 2011, p. 107-120).

Isto implica pela variação identificada desta *hexis* corporal, a inferência de possíveis comportamentos ambíguos, pois se trata de momento de escuta dos discursos ditos no espaço ritualístico, mas não se pode negar que além das pernas cruzadas, as mãos, também, se encontram cruzadas, apoiadas na altura da cintura, o que sugere no mínimo três suposições: atenção ao dito, conforto físico habitual em um ato social, confinamento simbólico de reserva ou um deles combinados a discordância de algum dito.

Os atributos de paisagem, apesar de já terem sido citados, ratificam a presença de flores e bandeiras como representações objetais no texto fotográfico.

O último grupo de fotografias se refere aos cumprimentos da presidente do COREN-RJ, Enfa. Nalva Pereira Caldas, aos convidados.



Fotos n.42, 43 e 44 da esquerda para direita na parte superior; **fotos n. 45, 46 e 47** da esquerda para direita, na parte inferior: Cumprimento da presidente do COREN-RJ, Enfa. Nalva Pereira Caldas, aos convidados.

Neste grupo fotográfico, há duas fotografias do tipo posadas (fotos n. 42 e 43) e as demais do tipo flagrante, considerando a posição dos retratados, inclusive da Enfa. Nalva de costas.

Apesar do grupo fotográfico se tratar de grupo misto, pode-se identificar que na organização do álbum houve equilíbrio entre os registros de ângulos para fotografias de ambos os gêneros.

No equilíbrio da organização dos gêneros nos arranjos fotográficos, pode-se citar a presença de 04 homens e 11 mulheres.

A presença de autoridades masculinas nas fotografias indica as questões de dominação masculina, Bourdieu afirma que “a ordem social funciona como uma máquina simbólica que ratifica a dominação masculina” (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Destaca-se que em três registros fotográficos n. 43, 46 e 47 há presença de uma menina, trajando vestido, meias três quarto, sapato na tonalidade escura e seus cabelos, apesar de soltos, parte deles se encontra enfeitado com fita com acabamento em laço, sendo ela, Cyntia Pereira Caldas, filha da presidente do COREN-RJ.

Outro destaque se deve a *hexis* corporal de Nalva, que parece que o fotografo vez questão da deferência. Esta é possível se identificar no cumprimento entre a presidente do COREN –RJ com Gerson Sá Pinto Coutinho, presidente do INAMPS, marcando com aperto de mão, que de acordo com Guglielmi, trata-se de

Cumprimento entre duas pessoas que se respeitam, se estima e entre as quais não existe nenhum desejo de dominar ou ser dominado se dá estendendo-se as palmas verticalmente. (GUGLIELMI, 2011, p. 167).

Esta mesma linguagem corporal é identificável, na foto n. 46 da parte inferior, entre Nalva e Ieda de Alencar Barreira, considerando que a *hexis* da mão parece mais suave em comparação com o outro.

Destaca-se que neste grupo fotográfico as pessoas, direto ou indiretamente, se cumprimentam. Este tipo de comportamento social ocorre na chegada ou despedida de um determinado rito institucional, signo de respeito. David Cohen em sua obra “A linguagem do corpo – o que você precisa saber” (2012), relata sobre o cumprimento, com base nos escritos do antropólogo Adam Kendon, de comportamento de corte e que possa ser um dos mecanismos de manutenção de equilíbrio³⁴ (COHEN, 2012, p. 67).

Para tanto, sejam apertos de mãos forte, suave, próximos distantes no sentido corporal, dentre outros tipos, eles ao serem decodificados indicam posições sociais, que pelo referencial teórico, pode-se entendê-los como um dos elementos da formação do habitus social.

4.2.4 Oficina de Trabalho na UERJ (1975 -1978)

No acervo fotográfico, no álbum de capa de veludo verde escuro se encontra oito fotos, de n. 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54 e 55 que pelos atributos de lugar, sala de aula com mesa e carteiras universitárias, deixam transparecer um evento realizado na UERJ, são flagrantes de retratos da oficina de trabalho.

Os documentos utilizados para triangulação dos dados informam que durante esta gestão o Conselho Estadual de Educação do Estado (CEE) foi solicitado ao COREN-RJ assessoria para apoiar e oferecer subsidiar análise e aprovação de processos de instituições que solicitavam autorização para abertura de curso e reconhecimento de cursos (CEE, 1976. Ofício CEE n. 286/06 de 1976).

³⁴ Indícios históricos apontam para culturas distintas deste habitus, que se sugere a leitura de Cohen (2012).

Assim, foi criada uma Comissão Assessora para assuntos referente a educação de nível médio de enfermagem composta por:

- Zélia Sena Costa – Diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da UNIRIO
- Esther de Almeida Neves – Diretora da Faculdade de Enfermagem Luiza de Marilac
- Cecilia Pêcego Coelho – Diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery da UFRJ
- Alaíde Bittencourt Duarte – Diretora da Faculdade de Enfermagem UERJ
- Elvira de Felice Souza – Presidente da ABEn-Seção Rio de Janeiro
- Leda Santos Pires – ex- diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da UNIRIO³⁵

Inicialmente a comissão elaborou um formulário para montagem dos processos, visando autorização e reconhecimento dos cursos no sentido de se estabelecer os “Padrões mínimos para Escolas de nível médio”, quando foi criada a subcomissão composta por: Cecilia Pêcego Coelho, à época diretora da EEAN/UFRJ, Irmã Esther de Almeida Beves a época diretora da Escola de Enfermagem Luiza de Marilac, e Nalva Pereira Caldas, presidente do COREN-RJ.

No documento apresentado ao Conselho Estadual de Educação e aprovado em Reunião Plenária do COREN-RJ se estabeleceu os padrões que facilitassem o estudo dos processos, servissem como instrumento de avaliação e como orientação para os diretores, coordenadores de cursos e diretores de Instituições convenientes, no sentido de assegurar razoável formação aos técnicos e auxiliares de enfermagem, sugerindo currículo e carga horária total e para os estágios (COREN-RJ, 1977b. Livro de Ata de ROP do COREN-RJ, 14ª ROP, 1977).

A Comissão Assessora para assuntos referentes à educação de nível médio de Enfermagem, em reunião com o Professor Dinamérico Pombo Coordenador do Ensino Supletivo, em 01/08/77, ele se comprometeu e elaborou documento para realização do Exame de Suplência Profissionalizante da Enfermagem (COREN-RJ, 1978b. Ofício COREN-RJ nº 254/03/1978).

Diante destas informações, se infere que o conjunto de fotografias apresentado trata-se de Oficina de Trabalho realizada na Faculdade de Enfermagem da UERJ.

³⁵ Diretora da EEAP/UNIRIO período 1971-1976.

Considerando tratar-se de Oficina de Trabalho, o que, também, pode ser considerada como rito, no entendimento que legitima e consagra o ato na presença e participação das autoridades presentes.



Fotos n 48 e 49 na parte superior; **fotos n. 50, 51, 52 e 53** da esquerda para direita, na parte mediana e **fotos n 54 e 55** na parte inferior: oficina de trabalho

As fotos n. 48 e 49 mostram o que parece ser o momento inicial da oficina. A fotografia n. 48, Nalva Pereira Caldas esta sentada à mesa, tendo sobre ela papeis e livros, informando aos presentes o possível objetivo do encontro e a dinâmica do trabalho.

Do seu lado esquerdo, há uma mulher de blusa clara de xadrez, de óculos escuros e do seu lado direito outra senhora de vestido claro sentada em uma carteira universitária que pela *hexis* da mão tem-se por sugestão estar atenta à fala que escuta.

Esta *hexis* corporal sugere que a pessoa se encontra em momento de atenção e reflexão sobre o dito, pois caso seja solicitado sua opinião, posição sobre

o assunto exposto, terá condições de verbalização centrada no assunto (GUGLIELME, 2011, p. 185-186).

Da mesma forma a foto n. 49 focaliza uma mulher em pé, que parece estar falando para o grupo, que está à sua frente e nas laterais. Esta posição corporal, independente do era dito, indica posicionamento no assunto em pauta, o que sugere enunciar algo, sendo mais um elemento entendido como formação do *habitus* social, pois enquanto ela fala os retratados se encontram sentados, alguns com o olhar direcionado para ela e outros, realizando anotações, que pela variação de comportamentos, arriscar mais inferências seria colocar em risco a análise.

Por outro lado, trata-se de grupo, majoritariamente, de mulheres sentadas em carteiras universitárias, trajando, majoritariamente, vestidos de cores variadas, cabendo destacar dois homens no arranjo fotográfico localizado em melhor ângulo na foto de n.50.

O conjunto das fotos n. 50, 51,52 e 53 da parte mediana são flagrantes de quatro grupos de pessoas, sentados em carteiras universitárias com papéis nas mãos e parecerem atentos a leitura documental.

Acredita-se que este momento tenha ocorrido após o grupo ter se reunido com exposição da dinâmica de trabalho. Para tanto, seja em grupo maior ou menor, a formatação do espaço se aproxima da forma circular. Isto traduzir a ideia sobre o rei Arthur e os Cavaleiros da Távola Redonda, no sentido de garantir aos presentes paridade de suas posições e importância (GUGLIELMI, 2011, p. 51).

As fotos n 54 e 55 parecem ser dois flagrantes de momento em que o grupo está reunido, aparentemente, discutindo determinado assunto, o que conduz pela *hexis* corporal, se trata do momento de troca e/ou síntese dos trabalhos, se carecendo saber, se trata de início ou término das atividades, pois a ordem é sugestiva, o que conduz na construção de determinada assertiva.

Por outro lado, não se pode negar que o grupo de imagens fotográfica representa a dinâmica da Oficina de Trabalho e mais, que a formatação do espaço na forma circular, foi uma estratégia de equilíbrio, pois o momento histórico nacional era de ditadura militar. Neste sentido, a presidente do COREN-RJ, apesar do contexto, deixa transparecer ser estrategista na formatação do espaço para tomada de decisão sobre o assunto em pauta de forma democrática, pela significação da organização espacial.

4.3 Estágio de separação

A transmissão de cargo dos Conselheiros eleitos para dirigir a Instituição foi um rito de separação – término de uma gestão para início de outra, que se estabelecem os limites de cada governabilidade.

O rito de posse da nova gestão do COREN-RJ (1979 -1981) aconteceu no oitavo andar da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), localizada na Avenida 28 de setembro, 157, no bairro de Vila Isabel no Rio de Janeiro. No mesmo dia houve a posse dos Conselheiros e a seguir da Diretoria, os eleitos foram empossados pela Presidente do Conselho Nalva Pereira Caldas (COREN-RJ, 1975. Livro de Ata de Posse do COREN-RJ, 1975, p. s/n.).

Foram eleitos como membros efetivos: Alhaida Teixeira dos Anjos, Raimunda Ramalho, Lygia dos Santos, Solange Sanchez, Maria Valderez Borges, Ana Shirley Valverde Meirelles, Clenyr Castilho Corrêa, Amaral Antunes Ferreira, Maria do Carmo Maia, Dulce Silva de Carvalho, Anthôfila Assumpção de Lima, Doriléia Ribeiro Amorim e Damiana Córdoba dos Santos.

Quadro demonstrativo n. 05 – Composição da Direção do COREN-RJ (Gestão 1978-1981)

DIRETORIA	
Presidente	Ana Shirley Valverde Meirelles
Primeira Secretária	Solange Sanchez
Segunda Secretária	Lygia dos Santos
Primeiro Tesoureiro	Maria Valderez Borges
Segunda Tesoureira	Amaral Antunes Ferreira
Delegado Eleitor	Clenyr Castilho Corrêa
Suplente Delegado Eleitor	Raimunda Ramalho Silveira
COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS	
Comissão de Tomada de Contas	Alhaida Teixeira dos Anjos
	Damiana Córdoba dos Santos
	Anthôfila Assumpção de Lima

Fonte: Livro de Ata de Posse (COREN-RJ, 1975).

O espaço do rito, que se acredita ser de transmissão do cargo, pelas informações coletadas, não corresponde ao oitavo andar da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), localizada na Avenida 28 de setembro, 157, no bairro de Vila Isabel no Rio de Janeiro, não sendo possível identificação até o momento.



Fotos n 56 e 57 da esquerda para direita, na parte superior: mesa de posse da gestão 1979-1981. **Fotos n 58, 59 e 60** da esquerda para direita: plateia, parte inferior: plenária.

O conjunto de fotos n 56, a 60 pela *hexis* corporal das pessoas é flagrante, pois todos se encontram de pé em respeito à execução do hino nacional. As fotos da parte superior tratam-se da composição da mesa do cerimonial e as três inferiores dos presentes no rito institucional.

Na mesa do cerimonial - da esquerda para direita – é possível se identificar: a enfermeira Lélia Maria Alconforado de Almeida, secretária do COREN-RJ; enfermeira Nalva Pereira Caldas, presidente do COREN-RJ; enfermeira Raimunda da Silva Becker, Conselheira Federal do COFEN; enfermeira Ana Shirley Meirelles Valverde; nova presidente eleita do COREN-RJ e; a irmã Maria Nortanicola, tesoureira do COREN-RJ.

Como se pode identificar no grupo de fotos 58, 59 e 60, bem como em outras não exploradas até o momento, os presentes se encontram em trajés diversos durante os ritos institucionais, a saber: masculino e feminino, que produzem efeito a ser abordado na próxima seção.



Fotos n 61 na parte superior; **fotos n. 62, 63 e 64** da esquerda para direita na parte mediana e **foto n. 65** na parte inferior: Mesa de posse.

Neste conjunto de fotografias da mesa do cerimonial, se destaca a foto de n. 61 Esta é flagrante da retratada, Nalva Pereira Caldas presidente do COREN-RJ, quando em *hexis* corporal sentada à mesa com folha de papel nas mãos, o que indica a leitura do discurso. Ao seu lado esquerdo, pode-se identificar um homem de terno escuro que, pela *hexis corporal* escuta com interesse o que diz a presidente.

A inferência de o homem escutar com atenção o discurso de Nalva, se pauta na sua *hexis* corporal. Em outras palavras, o retratado se encontra com o polegar próximo ao queixo, que na linguagem corporal indica atenção naquele que fala (GUGLIEMI, 2011, p. 185).

As fotos n 60, 61 e 62 é o momento do discurso da enfermeira Ana Shirley Valverde Meirelles, presidente eleita do COREN-RJ. Ela faz o discurso, lendo o texto em uma folha de papel que, se encontra sobre a mesa. Do lado direito da presidente eleita, se encontra a Conselheira Federal do COFEN, Raimunda da Silva Becker.



Fotos n 66 e 67 da esquerda para direita na parte superior; fotos n. 68, 69 e 70 da esquerda para direita na parte inferior: plateia.

O conjunto das fotos 66 a 70 mostra os presentes no auditório em momento distinto do grupo de fotos do início do rito institucional, assistindo a cerimônia.

A presença quantitativa de pessoas no rito institucional com o olhar direcionado para a mesa do cerimonial, pode ser entendido como a magia das palavras, no sentido da circulação do bem simbólico, sendo a capacidade de mobilizar a energia simbólica produzida pelo conjunto dos agentes, como porta-voz, cada um de sua área específica, fazendo com que o campo funcione. Ademais, o poder das palavras não se reside nelas, mas na condição que elas são verbalizadas, criando a produção da crença a ser consumida (BOURDIEU, 2004, p. 161-163).

Pensar, nesta perspectiva, é refletir na produção do conhecimento no sentido em que as palavras produzem efeitos, às vezes mensuráveis, mas isto, mas uma vez será abordado na próxima seção sobre os efeitos simbólicos.

SEÇÃO 5

EFEITOS SIMBÓLICOS DOS RITOS INSTITUCIONAIS

Nesta seção, visa-se discutir os efeitos simbólicos produzidos pelas fotos dos ritos institucionais do COREN-RJ, durante a primeira gestão, mediante as fotografias analisadas na seção anterior.

Para tanto, como estratégia, se utilizou da organização dos dados em alguns subtítulos, a saber:

- Efeito de lugar dos ritos institucionais
- Efeito dos atributos pessoais nos ritos institucionais
- Efeito dos atributos de paisagem nos ritos institucionais
- Legado para a profissão

5.1 Efeito de lugar nos ritos institucionais

Os ritos institucionais foram organizados por estágios ritualísticos, que ocorreram em espaços físicos distintos, o que notificou a categoria e à sociedade à época, sua identidade na proposta de se fazer crer e fazer ver como ato de consagração.

Neste sentido, a consagração, importante responsabilidade da primeira gestão da Autarquia no Estado do Rio de Janeiro, sob a liderança da enfermeira Nalva Pereira Caldas como efeito simbólico de lugar da credibilidade da Instituição e da enfermagem fluminense.

Estes ritos institucionais durante sua operacionalização tinham, simbolicamente, cada um a sua maneira a finalidade de produzir efeitos simbólicos. Estes, conscientes ou inconscientes, foram marcados pelos locais de execução ou realização, atributos pessoais e de paisagem. Além disto, foram organizados, intencionalmente ou não, em álbuns fotográficos, o que reforçava a assertiva a produção dos efeitos simbólicos, no sentido intelectual, pois para muitos que folheiam aquelas páginas do álbum, possivelmente, irão recordar bons momentos, mas para a investigação elas produzem sentidos de significação.

A produção de sentidos, primeiramente, será discutida o efeito de lugar. Este como se pode identificar no quadro demonstrativo n. 06, evidência os espaços, que ao serem articulados com os espaços produziram os seus efeitos.

Quadro demonstrativo n 06: Estágios ritualísticos institucionais na gestão do COREN-RJ de 1975 a 1978

Estágios ritualísticos	Rito Institucional	Local do rito institucional
Agregação	Rito de Posse do Primeiro Plenário	Auditório do INAMPS
Transição	Rito das Semanas Brasileiras de Enfermagem	Palácio Pedro Ernesto Auditório da ALERJ Auditório do SENAI
	Oficina de Trabalho	Faculdade de Enfermagem da UERJ
Separação	Transmissão de cargo	Local não identificado

Ao se discutir os efeitos simbólicos pela lente do efeito de lugar constituído em propriedade que situam os agentes sociais para simbolizar o espaço social (BOURDIEU, 2011, p. 160-163) e, neste particular, pelo estágio ritualístico de agregação, pode-se evidenciar que, o rito de posse ocorreu no Auditório do INAMPS, um dos campos centrais da saúde.

Depreendeu-se deste estágio ritualístico, o sentido se mostrar para que veio a Instituição no campo da saúde, considerando: as Resoluções e Recomendações do I Congresso Nacional de Enfermagem (1947), quando se apontou o desejo de criação do Conselho Nacional de Enfermagem, que perdurou durante anos de luta; a elaboração da Lei nº. 2.604/55, ao pleitear o Poder Legislativo a criação da Seção de Enfermagem no Serviço de Fiscalização da Medicina sob direção de uma enfermeira, e não mais de médico quando não foi atendida e; em 12 de julho de 1973, a Lei n. 5.905/73 foi promulgada no sentido de que “Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e Regionais de Enfermagem” (BRASIL, 1973), que representou a base legal para a criação da autarquia para a fiscalização da prática profissional.

O momento representou visibilidade dos profissionais da enfermagem na saúde, mostrando aos concorrentes no campo não só a vitória, deste fato social mas também, a posição de demarcar o espaço da ocupada pela Enfermagem nos espaços sociais e instituições.

A escolha de o espaço ser o INAMPS foi, simbolicamente, emblemático, pois se tratava de local de relevância no campo da saúde e por enunciar o nascimento da Instituição ali, era revelar a conquista, como produto de anos de luta, bem como comprovar a resistência e a perseverança em prol da independência e pertença profissional.

Ademais, o INAMPS detinha a maior rede de serviços de saúde do Brasil e do Rio de Janeiro, em particular, onde existia o maior número de pessoal de enfermagem e, também, uma instituição de prestígio no país. Neste sentido, o efeito de lugar foi um dos elementos simbólicos para garantir o poder e prestígio a Autarquia que visava agregar a categoria.

O estágio de transição, composto por diversos ritos institucionais realizados nos espaços físicos: Auditório do SENAI, Palácio Pedro Ernesto, Auditório da ALERJ e Faculdade de Enfermagem da UERJ, Semanas Brasileiras de Enfermagem e Oficina de Trabalho, demonstram agregar mais efeito de lugar.

Neste estágio, o COREN-RJ iniciava suas atividades, tendo por estratégia as Semanas Brasileiras de Enfermagem, quando se utilizou de espaços prestigiosos. Para isto se fez recorrer a Bourdieu, no entendimento que, a apropriação de estruturas do espaço físico, constitui-se de mediações por meio das estruturas sociais, que convergem progressivamente para estruturas mentais, pois como relata o autor *“o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce”* (BOURDIEU, 2011, p. 32).

Ainda, no segundo estágio, a Oficina de Trabalho realizada na Faculdade de Enfermagem da UERJ, foi outro espaço de interesse para a produção de sentido intelectual/acadêmico. Isto conduz ao pensamento que, a presidente do COREN-RJ, como diretora da antiga Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo, na época e atualmente, Faculdade de Enfermagem da UERJ, vice-diretora e Coordenadora do Curso de Graduação da Faculdade de Enfermagem da UERJ, antes de assumir a presidência da Autarquia, o que possibilita a assertiva se tratar de espaço simbólico em permanência aliança com o ensino, tema central da atividade desenvolvida como rito.

O terceiro estágio ritualístico – de separação para a primeira gestão, pode-se entender também que, apesar de ser considerado como rito de separação, ele, é de manutenção de agregação, pois se trata da continuação do fluxo de trabalho desenvolvido pela primeira gestão da COREN-RJ sob liderança de outra enfermeira.

Isto dito, o entendimento pelo pensamento de Bourdieu, em suas palavras é como:

Técnica de objetivação bastante poderosa com a condição de que se saiba ler (...) [no espaço físico] a relação construída entre a estrutura do sistema das posições constitutivas do espaço de um campo e a estrutura social (BOURDIEU, 2010, p.38).

Pensar, nestes efeitos simbólicos, é evidenciar a produção de sentido que eles produziram como consequência da posse da primeira gestão a transição de cargo para a segunda, pois os discursos imagéticos ao serem decodificados, mesmo considerando a polissemia, foram possíveis à identificação do poder e prestígio do nascedouro da instituição, em espaço social, percorrendo pelos lugares realizados e relacionados à posse, as Semanas de Enfermagem e a Oficina de Trabalho, até a transmissão de cargo para nova gestão seguinte.

Pela análise feita, estes foram espaços acertados para se construir e manter alianças simbólicas, visando à projeção e fortalecimento de um projeto aspirado pelas antecessoras de luta, tendo em mãos o bastão das decisões e condução do da fiscalização exercício profissional fluminense.

Acredita-se ter sido período difícil, mas foi nele, a Enfermagem se fez ser reconhecida, para exercer o seu efeito próprio, como detentora do cetro na habilidade e competência, produzindo discurso, no que Bourdieu chama de condições litúrgicas.

Esta é entendida como conjunto de prescrições que conduzem os ritos institucionais, os gestos, os elementos visíveis do sistema de condições, os dispositivos de condutas e crenças estabelecidas na delegação do discurso autorizado (BOURDIEU, 1998, p. 91).

Além disto, o conjunto de elementos supramencionado conduz ao efeito do rito. Isto posto, ele é o sacramento de fazer válido e eficaz às condições estabelecidas e de funcionamento do rito, pois o que se encontra em jogo na liturgia é a autorização e controle das condições de assegurar a uniformidade nas variantes de tempo e espaço, garantindo, assim, a conformidade do missão, não permitindo que ocorra a crise litúrgica (BOURDIEU, 1998, p. 91,93 e 95).

Nesta perspectiva, pelos discursos imagéticos articulados aos documentos escritos na análise e no momento em discussão, pode depreender que a primeira gestão, na condução da liderança de Nalva Pereira Caldas, o cetro foi fortemente segurado e, para tal, alianças simbólicas acertadas foram realizadas, evidenciadas pelas imagens apresentadas e analisadas, tendo por missão a posse e transmissão do cargo, que se refletiu na continuidade do COREN-RJ, de assunção do cargo na primeira gestão, em período de ditadura militar em prol do desenvolvimento da Enfermagem fluminense.

5.2 Efeito dos atributos pessoais nos ritos institucionais

Este efeito se refere aos atributos pessoais, evidenciados em visão global/panorâmica das imagens analisadas na seção anterior. Isto significa que, não se teve a intenção de realizar análise individual dos trajes ostentados pelos retratados, mas sim a visão de conjunto. Dito isto, o quadro demonstrativo n. 6 apresenta os trajes, significativos, ostentados pelos retratados nos ritos institucionais.

Quadro demonstrativo n 07: Atributos pessoais nos ritos institucionais

Rito Institucional	Local do rito institucional	Atributos pessoais de conjunto mais significativos	
		Masculinos	Femininos
Rito de Posse do Primeiro Plenário	Auditório do INAMPS	Ternos completos. Paletó, camisas e calças compridas.	Vestidos sociais Traje religioso
Ritos das Semanas Brasileiras de Enfermagem	Palácio Pedro Ernesto	Ternos completos Trajes militares Camisas e calças	Vestidos sociais, incluindo os longos Traje religioso
	Auditório da ALERJ	Ternos completos Camisas e calças	Vestidos sociais, incluindo os longos Traje religioso
	Auditório do SENAI	Ternos completos Camisas e calças	Vestidos sociais, incluindo os longos e calças compridas
Oficina de Trabalho	Faculdade de Enfermagem da UERJ	Camisas e calças compridas	Vestidos e blusas e calças compridas
Transmissão de cargo	Local não identificado	Ternos completos Camisas e calças	Vestidos, saias, calças compridas e blusas

Os trajes podem ser considerados com uma das formas da cultura das aparências. Esta revela a funcionalidade da indumentária, sendo a oportunidade de se perceber as entrelinhas da sociabilidade, distinção social, o papel daqueles que os ostentam. Ademais, a hierarquia pode ser visualizada nas aparências, o que pode ser entendida como sistema de troca das diferenças. Nesta distinção, signos são expostos e a indumentária compõe o discurso imagético na possibilidade de se ter versões e interpretações em outro tipo de linguagem, ou seja, da indumentária (ROCHE, 2007, p. 9-11).

Nesta perspectiva, a indumentária masculina, predominante, foi o terno e calça social com paletó, com ou sem gravata. Estes trajes são compostos de massa

de indicadores semânticos, que representam a inspiração de confiança e prestígio (LURIE, 1997, p. 151), que nas palavras de Lurie:

No âmbito da alta-sociedade, a roupa desempenha um papel importante na expressão da cultura. Há uma roupa adequada para as atividades à tarde e outra para a noite. Há trajes para o casamento e outros para recepção ao ar livre. Os homens usam um terno para os negócios e outro para jantar. Onde a civilização atingiu seu ponto mais alto, a moda atingiu seu desenvolvimento mais requintado (LURIE, 1997, p. 135).

Isto é uma das maneiras de se traduzir a moda e *status*, pois colocar roupas é “tornar a vida e o trabalho mais fácil e confortável”, pois ela contribui para proclamar a identidade (LURIE, 1997, p. 41).

A indumentária feminina, possível de ser identificada nas imagens, é composta de: vestidos, saias e blusas. Em consulta a enciclopédia da moda, que na visão de Bourdieu (1998), ela oferece imagem rica e justa da língua no sentido que, para ele, confere Saussure, em se tratando da “soma dos tesouros de língua individual” (p. 35), pois ela normatiza o seu funcionamento ao decodificar os códigos. Dito em outras palavras, ela conduz “a elaboração, legitimação e imposição de uma língua” (p.35).

Isto implica que a consulta à enciclopédia da moda, trata-se de uma das estratégias de se decodificar o significado de algumas indumentárias. Para tanto, se teve por resultado treze tipos de saias – bailarina, balonê, saia-calça, saia odalisca, de pala, em lenços, entavada, envelope, franzida, godê, pião, reta e de praia³⁶. Trata-se de modelagens distintas que retratam épocas e estilos, que ao serem articuladas as blusas – soltas, de mangas compridas ou curtas, confeccionadas em diversos tipos de tecidos – usadas para fora da pala, mas quando usadas com calças compridas, por dentro, houve a necessidade de produção com tendências aos modelos masculinos (CALLAN, 2007, p. 48 e p. 275-277).

Outra indumentária feminina que apresenta variações, em virtude da modelagem é o vestido. Para este, na consulta à enciclopédia foram encontradas catorze tipos, a saber: vestido-aventail; bolha; campestre; de baile; de coquetel; de metal; engana-mamãe; lenço; mantô; recortado, derivado do engana-mamãe; *susy wong*; tango e; tenda³⁷ (CALLAN, 2007, p. 322-323).

³⁶ Para se saber mais sobre os significados de cada peça, consultar a obra de Enciclopédia da Moda, de autoria de Georgina O'Hara Callan (2007).

Nesta perspectiva, foi possível se identificar certa classificação e estilos, dependendo da modelagem, mas se percebeu que, mesmo não se tratando de estudo objetivado na indumentária, ela é um dos elementos de composição para se decodificar a linguagem imagética das fotografias, quando se recorreu à obra mais atual e recomendada pelos especialistas no assunto no sentido de se articular a tendência à época no livro “História da indumentária no ocidente” de autoria de François Boucher (2012).

Nesta obra, se encontrar o registro articulado ao contexto, nas seguintes palavras:

A partir de 1975, os efeitos do primeiro choque do petróleo se fizeram sentir na economia do têxtil e do vestuário, cuja boa saúde começava a ser ameaçada. A crise econômica não fará senão agravar a situação a partir de 1991 (BOUCHER, 2012, p.427).

Ademais, se destaca que a partir de 1965 as fábricas francesas confeccionaram mais calças do que saias e, em 1971, três milhões de calças compridas femininas foram produzidas ao passo que, os vestidos reduziram nas mesmas proporções, o que pode ser entendida como tendência de manifestação da igualdade diante do homem, sendo comum encontrar o slogan “tudo é permitido” (BOUCHER, 2012, p. 417).

Nesta perspectiva, ao se articular indumentária e contexto internacional, é possível inferir que, a crise do petróleo e o regime militar no Brasil, ocorreram de forma processual nos diversos aspectos. Isto conduz, ao entendimento de que, mesmo diante do contexto, até aqui imbricado na trajetória da implantação da Autarquia da Enfermagem, no âmbito Federal e focado no regional do Estado do Rio de Janeiro, avanços foram possíveis, o que irá refletir como reflexões e assertivas nas considerações finais deste estudo.

Mediante ao exposto, cabe ancorar no referencial teórico, ou seja, a linguagem do corpo é uma técnica corporal – *hexis* corporal – que repousa na crença simbólica, quando ocorre o equilíbrio e refinamento se fazem presentes na moda, pois a atualização do vestuário é reconfigurar o habitus, sendo entendido como possibilidade da eficácia da alquimia simbólica (BOURDIEU, 2010, p. 137 e 150).

A eficácia da alquimia simbólica foi entendida, na aplicação dos resultados, articulados pela lenta da moda, como reconfiguração do habitus pelos presentes nos

ritos institucionais, marcados pelos indicadores da tendência das indumentárias, que não ocorram de forma aleatória.

As indumentárias articuladas a *hexis* corporal e aos ritos se potencializam no que as palavras, às vezes, podem não traduzir o não-dito. Assim, o efeito dos atributos pessoais, pode contribuir pela tendência dos atributos pessoais, que se faz reportar a Bourdieu no sentido aplicado que ele expõe.

Os tipos ideais servem para a descrição e construções rigorosas dos sistemas de relações, um meio privilegiado de compreender a gama de condutas reais que o tipo ideal permite objetivar, objetivando sua distância diferencial para o tipo puro (BOURDIEU, 2003a, p. XXXI).

Isto implica o que se encontrava em jogo era a distinção, que foi entendida como o que merece ser cultivado (BOURDIEU, 2003a, p. 16). Ao se aplicar como efeito dos atributos pessoais, em especial das autoridades nos ritos institucionais, os retratados de terno e os vestidos longos, direcionam o olhar para distinção, incluindo o comportamento. Aliás, o uso de vestidos longos, conduz a inferência de alguns dos ritos institucionais terem ocorridos no final da tarde ou até mesmo à noite, pela elegância que o “escuro” permite, se diferenciando do uso do terno para o masculino, exceto se fosse analisada amiúde a cor utilizada, mas este elemento de análise não foi contemplado no presente estudo, em virtude das fotografias serem em tons de cinza, o que poderia causar equívocos sobre a paleta de cor a depreendida.

Mediante ao exposto sobre os atributos pessoais, pode inferir o efeito de figuras. Este se relaciona a vivacidade, nobreza e charme, entendido como si, ou seja, pela distinção de cada figura, em especial, daqueles que se diferenciam do conjunto pelo refinamento, o que pressupõe o domínio das regras – monopólio a ser cultivado (BOURDIEU, 2004, p. 22).

Isto posto, os atributos ostentados no conjunto ou em separado atendem a função do habitus que vincula a circulação dos bens simbólicos e identifica a categoria de Enfermagem, quando pelo porta-voz é apresentado e com ela segue a corte no estilo, acompanhando o tom da liderança fluminense.

Em outras palavras, Nalva, além de conduzir e dar o tom do exercício profissional, ela conduzia a tendência dos atributos pessoais a serem utilizados nos ritos institucionais. Isto é possível de se identificar no conjunto dos trajes, em especial, no feminino, quando ela se encontrava de vestido longo as demais as acompanhavam.

Alguns ao lerem, podem até pensar que, isto poderia de um lado, ocorrer pela etiqueta e boas maneiras sociais; mas, por outro lado, não se pode esquecer que, o habitus e o poder simbólico agem de forma quase mágica. Para tanto, é mágico, pois faz com que se naturalizem as tendências, fazendo coisas que não se percebe de forma consciente.

5.3 Efeito dos atributos de paisagem dos ritos institucionais

Outro efeito simbólico produzido pelos ritos é possível se encontrar nos atributos de paisagem. Este quando articulados aos efeitos de lugar e figura dos atributos pessoais, conduzem ao reforço e ratificam o poder simbólico conferido aos ritos institucionais.

Para tanto, evidencia-los é colocar os elementos simbólicos como parte do discurso produzido. Neste sentido, mais uma vez se confeccionou um quadro demonstrativo de n. 7, tendo por finalidade oferecer relevo para a reflexão da sua funcionalidade na liturgia do rito.

Quadro demonstrativo n. 08: Atributos de paisagens nos ritos institucionais

Rito Institucional	Local do rito institucional	Atributos de paisagens mais significativos
Rito de Posse do Primeiro Plenário	Auditório do INAMPS	Obra de arte, quadro do presidente do país, placa com o nome do auditório, bandeira, desenho de edificação e flores
Ritos das Semanas Brasileiras de Enfermagem	Palácio Pedro Ernesto	Cadeiras de espaldar com forração em couro e flores.
	Auditório da ALERJ	Cadeiras de espaldar alto, flores, bandeiras, obra de arte, tribuna, móveis entalhados e tribuna de honra.
	Auditório do SENAI	Flores e bandeiras.
Oficina de Trabalho	Faculdade de Enfermagem da UERJ	Cadeiras universitárias.
Transmissão de cargo	Local não identificado	Flores e bandeira.

No quadro demonstrativo n. 7 é possível se evidenciar que, as flores, no *click* fotográfico se destacam nos ritos institucionais, seguida da bandeira. Estes atributos de paisagens refletem a sensibilidade, fartura e nacionalidade, o que resultam no respeito para aqueles que se encontram no espaço do rito institucional.

Como dito na análise sobre a decodificação das flores e das bandeiras, aqui cabe o efeito que elas produzem no rito institucional. O efeito destes atributos é ditado pelos habitus, ou seja, condicionamentos (BOURDIEU, 2009, p. 102).

Isto implica que, os agentes presentes, em espaço com a bandeira e flores, foram condicionados a determinados comportamentos. Dito em outras palavras, na presença destas representações objetais, em especial, no momento da execução do hino nacional, eles são condicionados a *hexis* corporal apropriada, para que não seja entendida como desrespeitosa e as flores, indicam momento festivo, quando em espaço ritualístico que conduzem para este efeito mágico, pois cabe lembrar que flores podem ser usadas para diversos momentos, inclusive os fúnebres, quando os agentes sociais, também, são condicionados a determinados comportamentos, mas distintos dos momentos de festas, salvo as exceções pelos aspectos culturais.

O comportamento regulado aos atributos de paisagem conduz a encenações, fazendo produzir emoções e sentido para o momento proposto, como, por exemplo, os aplausos dos nomeados em públicos, podendo ser entendido como a eficácia simbólica do ato.

Outro atributo que se impõe no espaço do rito institucional são os retratos, em especial o retrato do presidente do país. Este requer respeito, o que conduz a sua presença, mesmo ausente fisicamente. Isto conduz a vigilância constante dos atos e a *hexis* corporal não foge ao seu efeito mágico.

Os outros atributos de paisagem, como, por exemplo, a cadeira, obra de arte, produzem também efeitos ditos sociais, implicando em atitudes corporais, que ao mesmo tempo podem ser entendidas como singular e sistemática, pois são carregados de massa de significação simbólica e valores sociais (BOURDIEU, 2004, p. 119-121).

5.4 Legado para profissão

O discurso fotográfico remete à importância da valorização da profissão da Enfermagem brasileira de um modo geral e a fluminense, em particular e para identidade da profissão.

A implantação do Conselho de Enfermagem do Rio de Janeiro contribuiu para dar visibilidade ao trabalho da profissão por meio dos ritos institucionais no processo de implantação da Autarquia.

Com a implantação do órgão fiscalizador da profissão no estado do Rio de Janeiro sob a direção de uma enfermeira permitiu que, houvesse avanço no reconhecimento profissional evidenciado pelos estágios ritualísticos e as alianças sociais e políticas materializadas.

As dirigentes da entidade no contexto adverso da ditadura militar com prudência estabeleceram as alianças necessárias para a implantação do órgão fiscalizador do exercício da Enfermagem. As principais alianças foram com as entidades de classe da profissional: ABEn, entidade pré-sindical dos enfermeiros, UNATE, Sindicato das Parteiras, dentre outras, como as chefias de Serviço e Direções de hospitais

Nesta perspectiva, os documentos analisados mostraram que no primeiro ano de gestão ao organizarem a Semana de Enfermagem, fato anterior que já ocorria sob a égide da ABEN, que após aliança realizaram juntas alguns ritos institucionais. Estes foram entendidos como apoio da ABEN, no Rio de Janeiro, atrelando a outras Instituições de Serviço, Ensino e Sindicatos.

No campo da educação, apesar de ser de atuação da ABEN, o COREN-RJ, à época, mais uma vez por meio de aliança simbólica articulou a realização da Oficina de Trabalho realizada na Faculdade de Enfermagem da UERJ.

Nesta perspectiva, Bourdieu (1998, p. 108) cita que a luta pela definição da identidade supera os obstáculos, considerando a representação e a realidade. Elas direcionam para o esforço “do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer”, impondo de forma legítima as divisões no mundo social e na mesma via “de fazer e desfazer os grupos”.

Ao aplicar o referencial acima exposto acima, depreende-se que, a primeira gestão do COREN-RJ, por meio dos ritos institucionais, demarcou os limites da identidade com alianças dentro e fora da categoria, ou seja, no campo da saúde, político e militar, se impondo nos ritos pela produção dos efeitos produzidos de lugar, figura, eficácia, se fazendo reconhecer.

Acredita-se que isto tenha sido possível, em virtude poder mágico de fazer e desfazer grupos, agregando no processo dos estágios de cada rito, tendo produzido como legado o efeito de consagração.

Este efeito de consagração é exercido pelo capital cultural, luta simbólica, no sentido da inculcação de uma identidade legítima engendrada no *modus operandi* no campo (BOURDIEU, 1998, p. 113).

Isto requer ser entendido como a força da representação do rito institucional, que nas palavras de Bourdieu se refere “a instituição de um herdeiro” (BOURDIEU, 1998, p. 97), aqui podendo ser entendido, como herdeiros – categoria profissional.

Como herança da primeira gestão o legado foi deixado e transmitido a próxima a gestão, em mais um rito de passagem, que consagra e legitima aquele que conduz o cetro da liderança da profissão na delimitação espacial fluminense.

SEÇÃO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar este trabalho, com base na análise e discussão do objeto de estudo proposto, foi para além do olhar curioso ou até mesmo saudosista, de quem passa página a página para ver imagens de tempos idos. Tratou-se de ver o passado no presente, mas com o olhar de pesquisador e ratificar o esforço da luta das nossas antecessoras para a conquista do que temos hoje.

Ao descrever as circunstâncias para a criação e implantação do COREN-RJ, pode-se entender o que muitas vezes era dito na voz corrente, sobre a trajetória da Autarquia no contexto da ditadura militar, quando muitos foram torturados, cassados e exilados, mulheres enfermeiras souberam lutar sem sangue derramar para agregar a categoria Enfermagem, saindo da égide da medicina no campo saúde.

A consulta aos documentos e as referências foi à possibilidade de entender mais sobre o assunto, mesmo diante do entendimento, do passado não vivido por mim, se produziu conhecimento de situações verossímeis.

Neste sentido, o COREN-RJ foi criado em 1973, integrando o sistema COFEN, num contexto contraditório em que pesem os importantes fatores determinantes que congregavam, à época, dentre eles: a luta das enfermeiras para não sofrer a fiscalização da prática pela medicina; contribuir para construção da identidade profissional, tendo como um dos pilares a fiscalização da prática da profissão; estabelecer parcerias como as entidades de classe, principalmente, com a ABEn, UNATE e Sindicato das Parteiras do Rio de Janeiro, em prol da conquista do órgão fiscalizador na profissão, que caracterizasse o controle pela própria enfermagem e a necessidade de estabelecer normativas administrativas, éticas e técnico-assistenciais como norteadoras do exercício profissional no campo.

A criação do COREN-RJ ocorreu no contexto da implantação do Sistema Nacional de Saúde, que deu origem a diversas iniciativas políticas, pois o campo é espaço de força desigual e os agentes sociais que nele se encontram, lutam para transformar e manter suas posições, construindo alianças. Esta concepção implicou em colocar em relevo a existência de discursos concorrentes, à época, das relações de saber e poder, dinâmica que incluiu os diferentes enfoques teóricos acerca da saúde e suas relações.

Deste modo, agentes sociais se faziam necessárias e dentre tantas outras, a enfermeira Nalva Pereira Caldas e suas companheiras de luta foram as líderes para a implantação do COREN-RJ, pelo acúmulo de capital simbólico no decorrer dos anos de suas trajetórias profissionais.

Isto implicou que, a enfermeira Nalva Pereira Caldas fosse a primeira presidente do COREN-RJ, cujos títulos acadêmicos e profissionais (Prof^a. e Diretora da FE/UERJ, integrando comissões na ABEn/RJ e Conselho Fiscal do Sindicato de Enfermeiros quando de sua criação) pudessem ser entendida como representação de prosperidade simbólica, tendo por efeito o acúmulo de capital simbólico, que remeteu ao reconhecimento no campo.

Além disto, pode-se depreender que o rito institucional de posse ocorreu em espaço de representação de poder e prestígio, pelas representações objetivas presentes no texto imagético. Isto articulado à presença dos retratados, foi possível se inferir como aliança simbólica, sendo a representação da magnitude do rito.

Com base na análise do discurso imagético contido nos álbuns fotográficos do COREN-RJ, se objetivou analisar os ritos institucionais, entendidos como maneiras ordenadas e oficiais de manifestar, publicamente, o sistema de condições. Isto conduziu que, o funcionamento fosse oficializado por agentes sociais reconhecidos e percebidos como legítimas.

Além disto, elas foram produtos da tradição transmissíveis, culturalmente, e sancionados pelo consenso grupal, exigindo como condição básica, a crença em sua eficácia e manutenção da finalidade proposta da criação do sistema COFEN.

Os ritos evidenciados na análise fotográfica se relacionam com os estágios de: agregação, analisado no rito de posse da primeira Diretoria do COREN-RJ (1975), seguido do estágio a margem pelos ritos da Semana de Enfermagem e Oficina de Trabalho, e o momento de separação – término da primeira e início da segunda gestão – no rito de transmissão de cargo, cada qual como ritos de passagens.

Nesta perspectiva, com as devidas adaptações e proporções, o primeiro estágio agregou, no sentido de organização da categoria pelos seus próprios pares – enfermeiros (as), técnicos(as) e auxiliares de enfermagem; o segundo, a margem, entendido como transitório por aqueles que ocuparam as funções/cargos, por meio de eleição da categoria, por tempo determinado, bem

como a Oficina de Trabalho e; o terceiro, a separação, quando ocorreu o desligamento de um grupo para outro, também, por eleição.

A discussão dos efeitos simbólicos produzidos pelo COREN-RJ, durante a primeira gestão, mediante as fotografias analisadas, fez-se necessário organizar os dados considerando: efeito de lugar, de atributos pessoais e de paisagem, que conduziu ao legado para a profissão.

Os efeitos de lugar pelo estágio ritualístico de agregação, pode-se evidenciar que ocorreu no Auditório do INAMPS, considerado ser um dos campos centrais da saúde de poder e prestígio.

Outro efeito foi referente aos atributos pessoais. Este evidenciou, em visão global/panorâmica das imagens analisadas, o significado por meio da linguagem visual que a indumentária pode contribuir, quando homens e mulheres, cada qual a sua maneira, trajavam não só suas vestes, mas também se comportavam, fossem na execução do hino nacional, nos discursos, cumprimentos e em outros momentos analisados e discutidos dos ritos institucionais, de forma adequada, expressados pela *hexis* corporal.

Na sequência dos efeitos, o de paisagem não foi diferente. Eles evidenciaram as flores, no *click* fotográfico ao destacar a sensibilidade e fartura; a bandeira foi outra representação objetual marcante, com significação de nacionalidade; as obras de arte, cada uma com seu estilo pictórico, deu relevo de requinte e cultura aos espaços dos ritos institucionais, dentre outros. Isto resultou na potencialização do poder simbólico instituído no rito.

Nesta lógica racionalizada, o legado para a profissão da primeira gestão foi deixado pela presidente, Nalva Pereira Caldas, e suas companheiras de luta em prol do desenvolvimento da Enfermagem fluminense, bem como para o crescimento da profissão no Brasil.

Este legado, pelo discurso fotográfico, faz remeter à importância da valorização da profissão, em particular para a sua identidade. Ademais, a implantação do Conselho de Enfermagem do Rio de Janeiro contribuiu para dar visibilidade ao trabalho da categoria, por meio dos ritos institucionais, como descritos, analisados e discutidos, no processo do nascedouro e implantação da Autarquia.

Nalva Pereira Caldas e os membros da plenária, na primeira gestão do COREN-RJ, souberam superar os obstáculos, considerando a representação e a

realidade circunstanciada. Elas direcionaram para o esforço de poder se fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer à luz do referencial teórico, impondo de forma legítima, o que era de melhor para o momento para a Enfermagem fluminense, no sentido de (re)(des)fazer grupos.

Depreendeu-se disto que a primeira gestão empreendeu esforços para a realização dos ritos institucionais, o que resultou na demarcação dos limites da identidade com alianças dentro e fora da categoria. Dito de outra maneira, no campo da saúde, político e militar, se impondo nos ritos pela produção dos efeitos produzidos de lugar, figura, eficácia, se fazendo reconhecer.

Acredita-se que isto tenha sido possível, em virtude do poder mágico de fazer e (re)(des)fazer grupos, agregando o processo dos estágios de cada rito, tendo produzido como legado o efeito de consagração. Este foi exercido pelo capital cultural, luta simbólica, no sentido da inculcação da identidade profissional da Enfermagem engendrada no *modus operandi* no campo.

Isto requereu ser entendido como a força da representação do rito institucional, em que no período de 2010 a 2014, herdei, por intervenção e eleição, o bastão na condução da liderança da profissão no âmbito fluminense, bem como os que virão, pois remete a responsabilidade, compromisso e ética na gestão.

Como herança da primeira gestão, o legado foi deixado, foi e será transmitido à(s) próxima(s) gestão(ões), em mais ritos de passagens, que consagrou(rá) e legitimou(rá) aquele(a) que conduz(irá) o cetro da liderança da profissão na delimitação espacial fluminense.

A fotografia como fonte imagética sobre os ritos institucionais para construção histórica da implantação do COREN-RJ foi relevante, e tratada como fenômeno de uma época que possibilitou, por verossimilhança, o entendimento da realidade em uma versão e interpretação do passado, ratificando sua contribuição no desenvolvimento do conhecimento sobre a trajetória da entidade de classe na modalidade de Autarquia.

Isto, mais uma vez, ratifica a força que as imagens, pois os textos escritos, por si só, carecem de informações sobre a cultura, pois ela possibilita, quando decodificadas, serem reveladoras de informações dos signos de sua época.

Ademais, ela como materialidade bidimensional possibilita dimensões emanadas repletas de simbolismo ao revelarem as aparências visuais como marca

do registro. Isto implica, em arriscar na assertiva de que, a convenção social sublinha a construção do estatuto do signo fotográfico.

Próximo ao fim das considerações finais, chama-se atenção para a necessidade premente em se estabelecer política Institucional de preservação/identificação dos documentos escritos e imagéticos, sob o risco da amnésia simbólica do que nos foi legado.

Isto implica que os herdeiros necessitam pensar e terem atitudes sobre a documentação, que sobrevive à seleção natural. As formas de apropriação do dado, sua fragilidade e o tempo que a informação pode ser guardada em suporte digital cresce nos domínios da história, na proporção direta do surgimento de novas tecnologias, contando inclusive com especialistas que constantemente se ocupem de atualizar as informações e guardá-las é a possibilidade de construção de versões e interpretações, pois a escrita da história é uma invenção do presente vivido.

Enfim, espera-se que a presente pesquisa seja instigadora de novas pesquisas, pois a massa documental que se encontra na Autarquia ficou adormecida durante anos e, ainda, tem muito a contribuir para o preenchimento das lacunas da História da Enfermagem.

O seu despertar, cabe aos pesquisadores, com suas perguntas e inquietações, fazerem com que elas possam responder aos questionamentos, ao se debruçarem sobre a massa documental – escritos e imagéticos -, em diálogo com os objetos de pesquisa de interesse, retroalimentando o COREN-RJ, reforçando a identidade profissional fluminense e brasileira, para que cada vez mais o reconhecimento social e cultural merecido seja visto e entendido pelos profissionais da Enfermagem, aspirantes e pela população do país.

REFERÊNCIAS

ABEN-BA (Bahia). Disponível em: <<http://www.abenbahia.org.br>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

ALERJ; NÚCLEO DE MEMORIA CARIOCA E FLUMINENSE . **Presidentes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/claudio_moacyr.html>. Acesso em: 21 set. 2014.

AGUIAR, Simone; PORTO, Fernando. **Dia da Enfermeira Brasileira: Comemorações anterior ao Decreto n. 2.956/1938**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://lacenf.com.br/wp-content/uploads/2013/05/Dia-da-Enfermeira-Brasileira-Comemorações-anterior-ao-Decreto-n-2.956-1938.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.

ALMEIDA FILHO, Antonio José. **A Escola Anna Nery (EAN) no “front” do campo da educação em enfermagem e o (re) alinhamento de posições de poder (1931 - 1949)**. 2004. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Ana Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ALMEIDA FILHO, Antonio José de; MONTENEGRO, Hercília Regina do Amaral; SANTOS, Tânia Cristina Franco. A nova ordem no combate à tuberculose no Brasil: implicações para a enfermagem. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Local, v. 10, n. 1, p.114-123, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/449>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas**. São Paulo: Pioneira, 2001.

ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Souza. **Sob o signo da imagem: A produção fotográfica e o controle dos códigos de representação social da classe dominante do Rio de Janeiro da primeira metade do século XX**. 1991. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1991.

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Souza; LOPES, Marcos Felipe de Brum. Foto-ícones: a história por detrás das imagens?: Considerações sobre a narrativa das imagens técnicas. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra Jatayh (Org.). **Imagens da História**. São Paulo: Aderaldo & Rothscild Editores, 2008.

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Souza; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elveiser, 2012. p. 263-281.

ANDRESKI, Stanislav. Ditadura. In: SILVA, Benedito (Org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 364-365. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Documentação.

Arquivo Nacional. **Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República**. Disponível em: <http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BARREIRA, Ieda de Alencar. **A Enfermeira-Ananéri no “País do Futuro”**: a aventura da luta contra a tuberculose. 1992. 355 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

BELLAGUARDA, Maria Lígia dos Reis. **Nexos e Circunstâncias na criação do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (1975-1986)**. 2013. 303 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha. **O Grupamento Feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a 2ª Guerra Mundial**: uma abordagem sob o olhar fotográfico 1942-1945. 2002. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BOUCHER, François. **História da indumentária no ocidente**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas - o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Perspectiva, 2003a.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2003b.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença – contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zoouk, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012.

BRASIL. Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932. **Regula e Fiscaliza O Exercício da Medicina, da Odontologia, da Medicina Veterinária e das Profissões de Farmacêutico, Parteira e Enfermeira, no Brasil, e Estabelece Penas**. Rio de Janeiro, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d20931>. Acesso em: 03 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955. **Regula o exercício da enfermagem profissional**. Rio de Janeiro, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2604.htm > Acesso em: 03 de nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973. **Dispõe Sobre A Criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e Dá Outras Providências**. Brasília, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d20931>. Acesso em: 03 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 6.229, de 17 de julho de 1975. **Dispõe Sobre A Organização do Sistema Nacional de Saúde**. Brasília, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d20931>. Acesso em: 03 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. **Concede Anistia e Dá Outras Providências**. Brasília, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d20931>. Acesso em: 03 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. **Modifica Dispositivos da Lei Nº 5.682, de 21 de Julho de 1971 (lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos Termos do Artigo 152 da Constituição, Alterado Pela Emenda Constitucional Nº 11, de 1978; Dispõe Sobre Preceitos do Decreto-lei Nº 1.541, de 14 de Abril de 1977, e Dá Outras Providências**. Brasília, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d20931>. Acesso em: 03 nov. 2013.

Brasil. **Sistema Único de Saúde**. Brasília: Conass, 2011. 1 v. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v.1.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2014.

CALLAN, Georgina O'hara. **Enciclopédia da Moda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CALDAS, Nalva Pereira et. al. **Recomendações dos Congressos Brasileiros de Enfermagem, 1947-1981, estudo analítico**. Rio de Janeiro, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion; ANDRADE, Ana Maria Mauad de Souza. Imagem: os exemplos da Fotografia e do Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS,

Ronaldo (Org.). Domínios da História. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 401-418.

CARVALHO, Anayde Corrêa de. **Associação Brasileira de Enfermagem**. Documentário. 1962-1976, Brasília, 1976.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato – o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920**. São Paulo: USP/FAPERSP, 2008.

CARVALHO, Vânia Carneiro de et al. Fotografia e história: ensaio bibliográfico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.235-300, jan./dez. 1994.

CEE. **Ofício CEE n. 286/06 de 1976**. 1976.

CESCA, Cleusa Gertrudes Gimenes. **Organização de Eventos**: Manual para Planejamento e Execução. São Paulo: Summus, 1997.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**: A fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 - 1930). [s. L.]: Dp&a Editora/faperj, 2002. 140 p.

CFESS. **História**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CFF. **História**. Disponível em: <<http://www.cff.org.br>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

CFM. **A Instituição**. Disponível em: <<http://portal.cfm.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CFMV. **Sobre a Instituição**. Disponível em: <<http://www.cfmv.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CFP. **Conheça o CFP**. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CFO. **Histórico**. Disponível em: <<http://cfo.org.br/historico>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

COFEN. **Relatório de Gestão**. 1975-1976.

COFEN. **O Cofen**. Disponível em: <<http://novo.portalcofen.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

COHEN, David. **A linguagem do corpo - o que você precisa saber**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos (rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p.85-104, jun. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jul. 2014.
COREN-RJ. **Livro de Ata de Posse**. 1975.

COREN-RJ. **Livro de Ata de Reunião de Diretoria do COREN-RJ, 1ª Reunião**. 1976a.

COREN-RJ. **Livro de Ata de Reunião de Diretoria do COREN-RJ, 3ª Reunião**. 1976b.

COREN-RJ. **Livro de Ata de ROP do COREN-RJ, 3ª ROP**. 1976c.

COREN-RJ. **Livro de Ata de ROP do COREN-RJ, 4ª ROP**. 1976d.

COREN-RJ. **Livro de Ata de ROP do COREN-RJ, 12ª ROP**. 1977a.

COREN-RJ. **Livro de Ata de ROP do COREN-RJ, 14ª ROP**. 1977b.

COREN-RJ. **Ofício COREN-RJ nº 204/78**. 1978a.

COREN-RJ. **Ofício COREN-RJ nº 254/03/1978**. 1978b.

COREN-RS. **COREN-RS**. Disponível em: <<http://www.portalcoren-rs.gov.br/index.php?categoria=servicos&pagina=noticias>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

COSTA, Renata Oliveira da; OLIVEIRA, Isabel Cristina dos Santos. Produção Científica dos Congressos Brasileiros de Enfermagem nos anos 70: contribuição para a enfermagem pediátrica. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [s.l.], v. 08, n. 01, p.83-90, 2006. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_1/original_11.htm>. Acesso em: 12 out. 2013.

COURY, Amanda Ferreira. **Fatos e fotos da enfermeira da Cruz Vermelha Brasileira no enfrentamento da gripe espanhola (1918)**. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

COUTINHO, Nair Portela Silva. A questão democrática nas Entidades de Classes-Conselhos. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p.157-174, jul. 1985.

COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria Cristina. Ernesto Geisel. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 01 jun. 2014.

CREMERJ. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.cremerj.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

DEMPSEY, Amy. Cubismo. In: **Estilos, escolas e movimento. Guia enciclopédico da arte moderna**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

DESLANDES, Anna Karina de Matos. **Cuidado e enfermeiras na revista da Semana no âmbito da Reforma Sanitária**. 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DIAS, Sônia. Emílio Garrastazu Médici (Verbetes Biográfico). In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 01 jun. 2014.

DOURADO, Edilmar Pereira Vilela; ARONE, Evanisa Maria. Maria Lucia Pimentel de Assis Moura - liderança da enfermagem frente ao Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p.627-634, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

DURAND, Gilbert. **Les Structures Anthropologiques de L'Imaginaire**. Paris: Dumond, 1992.

ESTREITO, Giovanni Mesquita do. **Tinóco e os primórdios da aviação militar brasileira: álbuns de família como patrimônio histórico cultural**. 2013. 113 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FAVIEIRO, Ceres Pizzato. **Conselhos Profissionais de Saúde e suas transformações, a partir da nova constituição: um estudo comparado entre os conselhos de farmácia, de enfermagem e de medicina**. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FONSECA, Elaine Franco Ribeiro. **A imagem pública da parteira-enfermeira da Pró-Matre do Rio de Janeiro no período de 1928-1931**. 2011. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FREITAS, Genival Fernandes de. **Histórico. Memória e história da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo: 70 anos**. Disponível em: <<http://www.ee.usp.br/eeusp/historico.asp>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

GARCIA, Carmen Lúcia Lupi Monteiro. **Conselhos profissionais em tempos de Educação Continuada: a proposta do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN**. 2012. 118 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GIRARDI, Sabado Nicolau. O perfil do "emprego" em saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.423-439, dez. 1986. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 maio 2014.

GOMES, Maria da Luz Barbosa; BAPTISTA, Suely de Souza; SILVA, Ilda Cecília Moreira da. **A luta pela politização dos Enfermeiros: sindicalismo no Rio de Janeiro (1978-1984)**. Rio de Janeiro: Editora Escola de Enfermagem Anna Nery-UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Celma; CARVALHO, Viviane Lemes da Silva. Entidades representativas da enfermagem no Estado de Goiás: um relato histórico. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 1, p.105-109, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

GUGLIELMI, Anna. **A linguagem secreta do corpo; a comunicação não verbal**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HISSATUGO, Bruno. **Retratos maternos: fotografias e cartas de imigrantes japoneses em São Paulo**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Língua Literatura e Cultura Japonesa, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8157/tde-14012013-153028>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JUSBRASIL. **Entidade de Classe**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/296162/entidade-de-classe>>. Acesso em: 12 out. 2014.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Caixões infantis expostos: o problema dos sentimentos na leitura de uma fotografia. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (Org.). **Desafios da imagem – fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas: Papirus, 1998. p. 65-112.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

LIMA, Aline Mendes. **Ofereço minha foto como recordação: representações negras em álbuns familiares**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/3758>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

LURIE, Alisson. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MANCIA, Joel Rolim; BURLAMAQUE, Clélia Soares. Contando uma história: o processo de construção da ABEn-RS. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, Df, v. 54, n. 2, p.340-355, abr./jun. 2001.

MANCIA, Joel Rolim et al. Congresso Brasileiro de Enfermagem - sessenta anos de história. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, Df, v. 3, n. 62, p.471-471, maio/jun. 2009.

MASCARENHAS, Nildo Batista. **A inserção da enfermeira brasileira no campo da saúde pública (1920-1925)**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MENDONÇA, Edinamária Conceição. **IMAGEM ESPECULAR: Visões do Maranhense no Discurso do Álbum Comemorativo do Tricentenário de São Luís**. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Memória Social, Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=180967>. Acesso em: 18 jul. 2014.

MONTEIRO, Charles. Pensando sobre História, Imagem e Cultural Visual. **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.3-16, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/410/679>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

MOREIRA, Almerinda; GARCIA, Carmen Lucia. A Associação Brasileira de Enfermagem e a criação do Conselho Profissional no Brasil. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.97-110, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewArticle/314>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

NASCIMENTO, Simone de Aguiar do. **"O Dia da Enfermeira" nas páginas da Revista da Semana (1929-1930): Anna Nery e os lucros simbólicos**. 2013. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NASSER, Marcia da Rocha Meirelles. **O movimento do Estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem para os egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1929 – 1956)**. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NEAL, Fred Warner. Democracia. In: SILVA, Benedito (Org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 316-317. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Documentação

NETO, Mercedes. **A produção da crença na imagem da enfermeira da Cruz vermelha Brasileira no período da I Guerra Mundial (1917-1918)**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NICZ, Luiz Fernando. Aspectos institucionais e organizacionais: previdência social no Brasil. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (Org.). **Administração e saúde no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1982. p. 163-196.

OGUISSO, Taka. Maria Rosa Sousa Pinheiro - a grande líder da enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 56, n. 1, p.76-78, jan./fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

OGUISSO, Taka. Organizações profissionais de enfermagem. **Revista Paulista de Enfermagem**, [s.l.], v. 17, n. 1/3, p.5-14, jan./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.abensp.org.br/revista-paulista-de-enfermagem>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival Fernandes de. Irmã Tereza Notarnicola. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, Df, 2006, v. 59, n. 6, p.762-768, Não é um mês valido! 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

OLIVEIRA, Maria Ivete Ribeiro de; FERRAZ, Neide Maria Freire. A ABEn na criação, implantação e desenvolvimento dos Conselhos de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 54, n. 2, p.208-212, abr./jun. 2011.

OLIVEIRA, Sonô Taira. **A vida e o tempo de Rachel Haddock Lobo como diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery (1931-1933)**. 2002. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

OTTO, Clarícia. **A feminização do Magistério: poder e violência simbólica**. Seminário Fazendo Gênero. Cidadania x violência na educação: questões de corpo e gênero. UFSC. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST5/Claricia_Otto_05.pdf > Acesso e: 20 set. 2014.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 3, p.479-499, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222011000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jul. 2014.

PEREIRA, Maria José Bistafa et al. A enfermagem no Brasil no contexto da força de trabalho em saúde: perfil e legislação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, Df, v. 62, n. 5, p.771-777, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672009000500022&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 mar. 2014.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Semiótica Visual: os percursos do olhar**. São Paulo: Contexto, 2004.

POPPER, Karl. **A miséria do historicismo**. São Paulo: Editora Cultrix, 1961.

PORTO, Fernando et al. A Prática do Ensino na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: um registro da mídia impressa (1946). **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, Df, v. 56, n. 6, p.707-711, nov./dez. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672003000600025&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2014.

PORTO, Fernando; SANTOS, Tania Cristina Franco. Triangulação dos dados na pesquisa em história da enfermagem. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, io de Janeiro, v. 10, n. 1, p.25-27, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewArticle>>. Acesso em: 01 maio 2013.

PORTO, Fernando. **Os ritos institucionais e a imagem pública da enfermeira brasileira na imprensa ilustrada: o poder simbólico no click fotográfico (1919-1925)**. 2007. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PORTO, Fernando; FREITAS, Genival Fernandes de; GONZÁLEZ, José Siles. Fontes Históricas e Ético-Legais, possibilidades e inovações. **Cultura de Los Cuidados**, [s. l.], Ano XIII, v. 25. 2009.

PORTO, Fernando; SANTOS, Tânia Cristina Franco. O rito e os emblemas na formatura das enfermeiras brasileiras no Distrito Federal (1924 - 1925). **Esc Anna Nery Rev Enferm**, [s. L.], v. 13, n. 2, p.249-255, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n2/v13n2a03.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2013.

PORTO, Fernando; NETO, Mercedes. Enfermeira na imprensa ilustrada brasileira (1890-1925): assinatura imagética. **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.199-221, jan. 2014. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/421-737>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

PROENÇA, Caio de Carvalho. Pesquisando em fontes visuais. **Revista Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.22-34, jan./jun. 2012. EDIPUCRS. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/issue/archive>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zанhar, 2014.

RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. Resgate histórico das primeiras Semanas de Enfermagem no Brasil e a conjuntura nacional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 54, n. spe, p.423-427, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000700007>. Acesso em: 16 out. 2014.

ROCHE, Daniel. **A. Cultura das aparências – uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

SANTIAGO, Gheysa Luciana. **A importância da legislação profissional com ênfase no Conselho Regional de Enfermagem**. 2012. 12 f. TCC (Graduação) -

Curso de Enfermagem, Escola de Saúde e Biociências, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Toledo, 2012.

SANTOS, Tania Cristina Franco; BARREIRA, Leda de Alencar. **O Poder Simbólico da Enfermagem Norte-Americana no ensino da Enfermagem na Capital do Brasil (1928-1938)**. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Tania Cristina Franco. **A Câmera Discreta e o Olhar Indiscreto: A Persistência da Liderança Norte-Americana no Ensino da Enfermagem na Capital do Brasil (1928-1938)**. 1998. 229 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Renata Lucas Mercês; BARREIRA, leda de Alencar. Nalva Pereira Caldas, uma trajetória de sucesso. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.397-402, set./dez. 2005.

TOMAZONI, Mário Alberto. **Álbuns da cidade de Caxias (1935-1947): as reformas urbanas fotografadas**. 2011. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História das Sociedade Ibericas e Americanas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais – a pesquisa qualitativa na educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

UFRGS. **História**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/eenf/copy_of_a-escola/historia>. Acesso em: 01 maio 2014.

VALENTINO, Cyrlston Martins. Conselhos e ordens de fiscalização do exercício profissional: perfil jurídico a partir da jurisprudência do STF. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 17, n. 3334, ago. 2012. Não paginado. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22434>>. Acesso em: 21 set. 2013.

APÊNDICE 1

Criação e Primeiro Presidente dos Conselhos Regionais de Enfermagem do Brasil

ANO	COREn	1ª PRESIDENTE
1975	AL	Cinira Alves de Matos
1975	AP	Dulce de Oliveira Azevedo
1975	AM	Maria da Graça Kanawati Soares
1975	BA	Iraídes Texeira de Carvalho Andrade
1975	CE	Manuel Deusimar Batista
1975	DF	Maria Lúcia Martins Pinha
1975	ES	Maruza Helena Rios dos Santos
1975	GO	Josefa Dias Lima
1975	MA	Maria José Chaves Costa
1975	MT	Erzila de Almeida Perri
1975	MG	Maria José Silva
1975	PA	Maria do Socorro França Gabriel
1975	PB	Maria da Glória Uchoa dos Santos
1975	PR	Neuza Aparecida de Ramos
1975	PE	Maria do Rosário Souto Nóbrega
1975	PI	Maria do Amparo Barbosa
1975	RN	Oscarina Saraiva Coêlho
1975	RJ	Nalva Pereira Caldas
1975	RS	Deborah de Azevedo Veiga
1975	SC	Rosita Saupe
1975	SP	Maria Camargo de Oliveira Falcão
1975	SE	Maria Augusta Silva Cruz

Fonte: Relatório de gestão COFEN, 1975-1976.

APÊNDICE 2

Termo de Autorização Institucional



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2013.

Ilustríssimas Senhoras

Eu, PEDRO DE JESUS SILVA, responsável pelo projeto de pesquisa para dissertação de Mestrado/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, venho pelo presente solicitar vossa autorização para utilização do nome deste Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro – Coren-RJ, coletar dados documentais nos arquivos existentes nos setores da referida Autarquia, bem como divulgar os registros documentais que por ventura venham ser necessários em algum momento do trabalho de pesquisa sob o título provisório RITOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO, Orientado pelo Professor Fernando Rocha Porto, com endereço eletrônico ramosporto@openlink.com.br, telefone (21) 99643-7780.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo descrever as circunstâncias de institucionalização do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro; analisar os ritos institucionais no âmbito da Primeira Diretoria eleita do Coren-RJ; discutir os efeitos simbólicos de um órgão de fiscalização do exercício profissional em prol do desenvolvimento da enfermagem do Rio de Janeiro.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. O pesquisador está apto a prestar quaisquer esclarecimentos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

SEDE: Av. Presidente Vargas, 502 – 4º, 5º e 9º andar – Centro – RJ – CEP: 20071-0001

Telefax: (0xx21) 2233-6337 – 2516-1353 – 2253-4814 – 2233-1025 – 3232-8730

HOME PAGE www.coren-rj.org.br

SUBSEÇÕES: Cabo Frio (0xx22) 2645-2662 – Campos (0xx22) 2726-0053
 Campo Grande (0xx21) 2415-3813 – Niterói (0xx21) 2719-7377 – Nova Friburgo (0xx22) 2521-1596
 Nova Iguaçu (0xx21) 2668-3776 – Petrópolis (0xx24) 2237-0921 – Volta Redonda (0xx24) 3342-7210

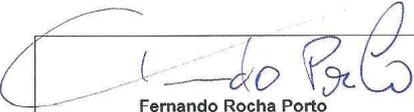


Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta Autarquia.

Autorização Institucional

Eu, Maria Therezinha Nóbrega da Silva e Nádia Mattos Ramalho, Vice-presidente e 1ª Secretária, respectivamente, do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro declaramos que fomos informadas dos objetivos da pesquisa acima, e concordamos em autorizar a execução da mesma nesta Autarquia. Caso necessário, a qualquer momento desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à esta instituição ou ainda, qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização.

 Pedro de Jesus Silva Pesquisador	 Maria Therezinha Nóbrega da Silva Vice-presidente do Coren-RJ	 Nádia Mattos Ramalho 1ª Secretária do Coren-RJ
---	--	---


Fernando Rocha Porto
 Orientador

Documento em duas vias:

1ª via instituição

2ª via pesquisador

SEDE: Av. Presidente Vargas, 502 – 4º, 5º e 9º andar – Centro – RJ – CEP: 20071-0002

Telefax: (0xx21) 2233-6337 – 2516-1353 – 2253-4814 – 2233-1025 – 3232-8730

HOME PAGE www.coren-rj.org.br

SUBSEÇÕES: Cabo Frio (0xx22) 2645-2662 – Campos (0xx22) 2726-0053

Campo Grande (0xx21) 2415-3813 – Niterói (0xx21) 2719-7377 – Nova Friburgo (0xx22) 2521-1596

Nova Iguaçu (0xx21) 2668-3776 – Petrópolis (0xx24) 2237-0921 – Volta Redonda (0xx24) 3342-7210

APÊNDICE 3

Termo de Autorização Institucional

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 2014

À Vice-presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro
Excelentíssima Profa Dra. Maria Therezinha da Nobrega Silva

À Presidência do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIRIO
Excelentíssima Profa Dra Sonia Regina de Souza

Assunto: Solicitação de ajuste para utilização de fotos

Tendo em vista o processo de análise e discussão, sob aprovação de número 505.123/2013(CEP/UNIRIO) e Termo de Autorização Institucional datado de 4 de novembro de 2013 (COREN-RJ), referente ao estudo intitulado “Ritos Institucionais para implantação do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro” de minha autoria, Enfermeiro Pedro de Jesus Silva, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Porto, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Enfermagem/UNIRIO, após exame de qualificação houve alguns ajustes, a saber:

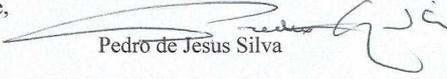
Itens	Antes da qualificação	Após a qualificação
Objeto de estudo	ritos institucionais na ocorrência da criação e implantação do Conselho Regional de Enfermagem no Rio de Janeiro, por meio do álbum fotográfico Institucional, sob a presidência de Nalva Pereira Caldas (gestão 1975-1978).	ritos institucionais, em imagens, na ocorrência da institucionalização do COREN-RJ
Objetivos	Descrever as circunstâncias de institucionalização do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro; Analisar os ritos institucionais no âmbito da Primeira Diretoria eleita no COREN RJ Discutir os efeitos simbólicos de um órgão de fiscalização do exercício profissional em prol do desenvolvimento da enfermagem do Rio de Janeiro.	Descrever as circunstâncias da institucionalização do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro; Analisar os ritos institucionais, em imagens, no âmbito da primeira Diretoria eleita no Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro e; Discutir os efeitos simbólicos desses ritos institucionais na institucionalização Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro
Método e Noções de Base	Nas dependências do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (COREN-RJ) encontram-se 04 álbuns fotográficos, devidamente organizados, totalizando 92 fotos em tons de cinza distribuídas em 92 páginas (frente e verso). Para tanto, se terá como	Nas dependências do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (COREN-RJ) encontram-se quatro álbuns fotográficos, devidamente organizados, totalizando noventa e duas fotos em tons de cinza distribuídas em noventa e duas páginas (frente e verso).

<p>critério de inclusão de análise as fotografias que retratem a presença da Presidente do COREN-RJ à época, sendo excluída àquelas com a sua ausência. Contudo, destaca-se a possibilidade de algumas fotos excluídas serem utilizadas como texto imagético para circunstanciar as imagens a serem analisadas, entendidas como informações complementares, como elemento de composição da matriz de análise.</p> <p>Cabe destacar que as fotos selecionadas para inserção em meio ao texto, serão àquelas autorizadas pelas retratadas ou descendentes diretos ou indiretos, em caso de impossibilidade por motivo adverso, a fisionomia será descaracterizada ou a imagem será manipulada para a retirada do(a) retrato(a), de maneira a não prejudicar a análise e discussão do produto de pesquisa</p>	<p>Para tanto, das noventa e duas fotos, se selecionou as mais relevantes, considerando que se utilizou a estratégia de saturação, tendo por entendimento que vinte e duas fotografias não mais acrescentavam ao discurso imagético, perfazendo o total de setenta fotos.</p> <p>Ademais, como dito antes no projeto de pesquisa, de que se iria solicitar autorização das pessoas retratadas, houve a necessidade de algumas alterações, a saber: considerando que a análise ocorreu em conjunto, com quantidade de monta de fotos panorâmicas; considerando o entendimento que como os nomes das autoridades foram citadas em documentos da Autarquia; considerando que as pessoas presentes não citadas em documentos escritos assinaram imageticamente sua presente nos ritos estudados; considerando que o álbum trata-se de documento de preservação da memória Institucional; considerando que a história se faz com a presença de pessoas/agentes sociais, retira-las seria apagá-las da memória institucional pelo que presenciaram como testemunha ocular. Desta forma, optou-se por não descaracterizar as suas fisionomias dos retratados em respeito às lutas e conquistas na profissão.</p>
--	---

Mediante ao exposto, em especial sobre as fotografias, solicita-se que o COREN-RJ e que o CEP/UNIRIO possam autorizar a possibilidade da emenda dos termos em negrito no quadro supramencionado.

Desde já agradeço a atenção recebida, na certeza do entendimento do exposto acima, bem como me coloco a disposição para eventuais informações sobre o assunto em apreço.

Atenciosamente,


Pedro de Jesus Silva

Justifico as emendas descritas em negrito no quadro em anexo. Em 04.11.2014.
Maria Therezinha Nobrega da Silva
Vice-Presidente do COREN-RJ
COREN-RJ - 2467

ANEXO 1**Matriz de Análise Fotográfica****1. Dados de Identificação**

Local do acervo:

2. Dados para o Plano de Expressão

Crédito da imagem fotográfica:

Tipo de foto:

Formato;

Plano:

3. Dados para o plano de Conteúdo

Local retratado:

Fundo retratado

Pessoas retratadas:

Tema da imagem retratada:

Atributos:

Pessoais:

Paisagem:

4. Dados Complementares obtidos de outra imagem fotográfica

Origem da informação:

Informação complementar:

Fonte: (Porto, 2007).

ANEXO 2

Parecer Consubstanciado do CEP

<p align="center">UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO- UNIRIO</p>	
<p align="center">PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</p>	

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RITOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLANTAÇÃO DO
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE
JANEIRO

Pesquisador: PEDRO DE JESUS SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 24623713.0.0000.5285

Instituição Proponente: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
UNIRIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 505.123

Data da Relatoria: 27/11/2013

Apresentação do Projeto:

Estudo histórico na perspectiva da cultura visual sobre os ritos institucionais para implantação do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (COREN-RJ). Parte de questionamentos sobre como se deu a criação e implantação do COREN-RJ e como se deu o rito de posse.

Objetivo da Pesquisa:

Descrever as circunstâncias de institucionalização do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro;

analisar os ritos institucionais no âmbito da Primeira Diretoria eleita no COREN RJ e discutir os efeitos simbólicos de um órgão de fiscalização do exercício profissional em prol do desenvolvimento da enfermagem do Rio de Janeiro.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador informa que a pesquisa poderá oferecer riscos mínimos no momento da entrevista, no sentido de trazer a memória situações, diretas ou indiretas, que possam causar algum desconforto ou emoção que possa deixá-la sensível. Informa que para tanto a presença de uma Enfermeira com especialização em Geriatria ou Gerontologia assegurará o atendimento caso seja necessário. Quanto aos benefícios a pesquisa contribuirá para o ensino e pesquisa da História da Enfermagem divulgar e dar visibilidade a profissão

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para o conhecimento da História da profissão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta os termos obrigatórios.

Recomendações:

Recomenda-se que o TCLE seja apresentado em uma folha (vide modelo CEP UNIRIO)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não Há

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO- UNIRIO**



Continuação do Parecer: 505.123

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo aprovado. O pesquisador responsável deverá enviar ao CEP UNIRIO os relatórios parciais e final da pesquisa em atendimento a Resolução 466/12.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo aprovado. O pesquisador responsável deverá enviar ao CEP UNIRIO os relatórios parciais e final da pesquisa em atendimento a Resolução 466/12.

RIO DE JANEIRO, 26 de Dezembro de 2013

**Assinador por:
Sônia Regina de Souza
(Coordenador)**

Endereço: Av. Pasteur, 296

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail:

cep.unirio09@gmail.com